



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 29849/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.007440/2016-86.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/09/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11859009** e o código CRC **C3975E86**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11859009



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Ofício 29849 (11859009) - SEI 53900.007440/2016-86 / pg. 1

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ANEXO I

REQUERIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE

Ao Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Requerimento de Demonstração de Interesse para execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, em:

() Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.

(X) Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

Localidade da sede: Av. Nossa Senhora do Carmo, 931, Sion - BH/MG - CEP: 30310-000

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Nome e CPF do Representante Legal: ISRAEL DO VALE NETO - CPF: 076.734.098-10

Localidade de interesse para execução do serviço: **VARGINHA / MG**

Sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? (X)

Não haverá sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? ()

Eu, ISRAEL DO VALE NETO, portador do CPF nº 076.734.098-10, na condição de representante legal da entidade acima identificada, venho apresentar, a essa Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Requerimento de Demonstração de Interesse para execução do serviço de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, na localidade acima descrita.

Nestes termos, peço deferimento.

Belo Horizonte, 5 de Fevereiro de 2016



ISRAEL DO VALE NETO
Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa
CPF: nº 076.734.098-10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> 2016-86 / pg. 1

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ANEXO II
PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO

Ao Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta para execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço.

IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

Endereço da sede: Av. Nossa Senhora do Carmo, 931, Sion - BH/MG - CEP: 30310-000

Nome e CPF do Representante Legal: ISRAEL DO VALE NETO - CPF: 076.734.098-10

Endereço eletrônico (e-mail): israel.vale@redeminas.mg.gov.br

Sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? (X)

Não haverá sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? ()

No caso de instituição de educação superior:

Número de alunos matriculados na instituição: _____

DADOS DO EDITAL

Edital de seleção pública nº: 94/2015/SEI-MC de 23 de dezembro de 2015.

Localidade: **VARGINHA / MG** Canal: **25B**

Objeto:

() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.

(X) Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

Com vistas à instrução da presente proposta, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado.

(b) a entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens.

(c) somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência, que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.

Nestes termos, peço deferimento.

Belo Horizonte, de Fevereiro de 2016.



ISRAEL DO VALE NETO
Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa
CPF: nº 076.734.098-10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> 2016-02-26 / pg. 2

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Associações Públicas e demais entidades de caráter público criadas por lei.

Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Localidade: Varginha / MG

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos

Canal: 25 E

Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 22/12/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 22/02/2016

Data do protocolo desta proposta: 5/2/2016

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	OBSERVAÇÕES
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
<p>a) Requerimento ao (à) Secretário (a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, nos moldes do modelo constante do Anexo II, contendo as declarações que:</p> <ul style="list-style-type: none"><i>A entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i><i>A entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens;</i><i>Somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.</i>	Sim



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o previsto na Portaria nº 4.335/2015 e Edital de Seleção Pública nº 94/2015?

(x) Sim, habilitada () Não, inabilitada



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Luis Barreto Vianna Rocha**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 22/03/2016, às 13:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1033649** e o código CRC **297901D6**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



RFB a sua atualização cadastral.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.229.281/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE 13/08/1
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE MINAS DE TELEVISAO		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 114-7 - FUNDACAO PUB. DE DIREITO PUB. EST. OU DO DF		
LOGRADOURO AV NOSSA SENHORA DO CARMO	NÚMERO 931	COMPLEMENTO
CEP 30.310-000	BAIRRO/DISTRITO SION	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (0031) 2899-000
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MG		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITU 25/02/2001
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITU *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **21/03/2016** às **14:46:13** (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e [le aqui.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://portal-e-autenticacao-receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

https://portal-e-autenticacao-receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

Arquivo: C:\Users\B... \Documents\2016\20160321\20160321_144613_21229281000129.pdf 5 pg. 5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
eita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23085031-e213-4908-b07e-53edd9fd4193>

ata.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp
https://minutadigital.com.br/pt-br/2019/03/20/2019-03-20-2136-9386-b07e-53ad-d9f4-198
Alexandre Henrique de Assis Moura, 19/03/2019, 17:05:31, 3510930040204462616pg. 6

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Resultado da Consulta

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
17	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	MG	Belo Horizonte	GTVD	3	M	
5	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA Geradora: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	MG	Campo Belo	RTV	2	A	P
9+ E	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	MG	Belo Horizonte	TV	3	L	

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

NOTA TÉCNICA Nº 6415/2016/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76**

Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público interno com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

EDITAL Nº: 94/2015/SEI-MC	Data de publicação: 22/12/2015
Interessado: Fundação TV Minas Cultural e Educativa	CNPJ: 21.229.281/0001-29
Município/UF: Varginha / MG	Serviço: TVE
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: 22/02/2016	
Data de postagem desta proposta: 5/2/2016	Canal: 25 E
Requerimento tempestivo?	(x) sim () não

ANÁLISE

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto no artigo 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, conforme Checklist em anexo (1033649).
3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela referida Portaria, bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:
- pela habilitação da proposta ora em análise e o consequente deferimento do pleito;
 - pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado preliminar obtido no processo de seleção em questão;
 - pelo registro desta informação no Edital de Resultado Preliminar o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União, facultando às entidades a interposição de um único recurso relativo às fases de classificação e habilitação, no prazo de trinta dias a contar da referida publicação;
 - pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 22/03/2016, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituta**, em 22/03/2016, às 16:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Luis Barreto Vianna Rocha, Analista Técnico-Administrativo**, em 23/03/2016, às 07:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1033717** e o código CRC **F09F37D1**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadessignatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 9312/2016/SEI-MC

Ao Senhor

ISRAEL DO VALE NETO

Representante Legal da Fundação TV Minas Cultural e Educativa

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Varginha / MG - Processo nº 53900.007440/2016-86, relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6415/2016/SEI-MC**, com vistas à comunicação do resultado **preliminar** da análise da proposta dessa entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de trinta dias, contado da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade, caso discorde da decisão, apresente recurso, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. O teor do resultado das análises preliminares encontra-se disponível para vistas por meio de peticionamento eletrônico do CADSEI através do seguinte caminho:

Área:	Ouvidoria
Serviço/Categoria:	Atendimento ao Público
Solicitação:	Vistas de Processo ou Documento

4. Dúvidas sobre vistas de processos e CADSEI devem ser dirigidas aos canais do Setor de Atendimento ao Público deste Ministério. Os canais para contato com o Ministérios das Comunicações são os seguintes:



[EI - Peticionamento eletrônico](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900
 Telefone: (61) 2027-6464
 E-mail: atp@comunicacoes.gov.br

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, térreo, Brasília/DF, CEP 70044-900
Telefone: (61) 2027-6832 e 2027-6449
E-mail: sic@comunicacoes.gov.br

Ouvidoria

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-sede, sala T-25, Brasília/DF, CEP 70044-900
Telefone: (61) 2027-6449

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 22/03/2016, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1033754** e o código CRC **4B61B35D**.



Data de Envio:

28/03/2016 16:54:54

De:

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

israel.vale@redeminas.mg.gov.br
presidencia@redeminas.mg.gov.br
jordana.almeida@redeminas.mg.gov.br
felipe.pilo@redeminas.mg.gov.br
thiagoflores@redeminas.mg.gov.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_1033717.html
Oficio_1033754.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Ao

Grupo de Trabalho de radiodifusão Educativa e Consignaões da União – GTED

Prezados Senhores,

A fim de instruir processos de recurso administrativo no Edital de seleção pública EDITAL Nº 94/2015/SEI-MC, solicitamos vistas nos seguintes processos:

UF	LOCALIDADE	PROC_REQUERENTE	NOME_REQUERENTE
BA	Ilheus	53900.010301/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
BA	Ilheus	53900.010764/2016	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA - CESUAP
BA	Ilheus	53900.010656/2016	FUNDACAO GERALDO DE SOUZA LIMA
CE	Cascavel	53900.010834/2016	INSTITUTO DE CIENCIAS DA SAUDE - ICS
CE	Cascavel	53900.010317/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
CE	Nova Olinda	53900.010321/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
CE	Nova Olinda	53900.010749/2016	FACULDADES PROMOVE DE BELO HORIZONTE
GO	Jatai	53900.010320/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
BA	Feira de Santana	53900.009164/2016	FUNDACAO GLORIA
MG	Varginha	53900.007440/2016	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
PI	Piripiri	53900.010323/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
PR	Toledo	53900.010334/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
PR	Toledo	53900.009163/2016	FUNDACAO GLORIA
RO	Ariquemes	53900.010316/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
RO	Porto Velho	53900.010304/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
RR	Boa Vista	53900.010290/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
RS	Passo Fundo	53900.010322/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
RS	Santa Maria	53900.010328/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
TO	Gurupi	53900.010318/2016	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR BLAURO CARDOSO DE MATTOS
BA	Feira de Santana	53900.010263/2016	FUNDACAO MAMAE AFRICA DE CARAVELAS
RO	Cacoal	53900.008511/2016	FUNDACAO BRASIL ECOAR

Atenciosamente

Marcos Lissandro Barros

27 99803 4557

31 99767 1818



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infolog-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Requisição de vista de processo (1052/776) SEI 53900094/2016-2066-pg. 12

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10830/2022/MCOM

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Fundação TV Minas Cultural e Educativa
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Varginha/MG - Processo nº 53900.007440/2016-86, relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6160/2022/SEI-MCOM** (SEI nº 9855134), desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 60 dias (sessenta dias), contado da data do recebimento deste ofício (**o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018, observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do MCOM**) para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação listada na mencionada Nota Técnica, sob pena de indeferimento.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 11/05/2022, às 16:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9855188** e o código CRC **34C18ADC**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Documento 10830/2022/MCOM - SEI 53900.007440/2016-86 - pg. 13

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Data de Envio:

12/05/2022 10:41:29

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mctic.gov.br>

Para:

PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR
cadsei.sergio@inconfidencia.com.br
edson.souza@redeminas.mg.gov.br
minicom@inconfidencia.com.br
juridico@inconfidencia.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCTI - 9855134 - Nota Técnica 6160.pdf
Oficio_9855188.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	280.166.536-34

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **09/01/2023**

Hora: **12:21:20**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2023-01-09/2023-01-09-12-21-20-86-86d.pdf 16

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	053.966.646-73

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **09/01/2023**

Hora: **12:19:30**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	850.761.476-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **09/01/2023**

Hora: **12:17:53**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Ata de Realização da Câmara de (600/42) de

CEB 332.00.0470/20-86-86d pg 18

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 819.828.287-49

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio

Data: 09/01/2023

Hora: 12:17:29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2023-01-09/2023-01-09-12-17-29.pdf

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	508.222.926-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **09/01/2023**

Hora: **12:17:03**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 819.828.287-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **09/01/2023**

Hora: **12:16:25**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Arquivo: 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193.pdf

SEB 2023.00.0049/2023-86-86.ppt 21

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		992.965.516-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUMCULT	19.141.308/0001-85	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Congonhas

Usuário: [kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio](#)Data: **09/01/2023**Hora: **12:16:10**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo: Composição da Entidade (600/42) (6)

CEB 333.00.00/0/20-86-86 pg. 22 22

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 21.229.281/0001-29											
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AMAURE MARIA CONCEIÇÃO KLAUSING	278.545.666-15	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
IVAN ALVES SOARES	275.036.406-00	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
JOICE AMARAL PACHECO	917.311.516-91	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
MARISA GUIMARÃES LEITE	462.834.126-53	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
RONAN SCORALICK ABDO	468.864.606-25	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2026-86-86g.p23 23

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Usuário: kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio

Data: 09/01/2023

Hora: 12:15:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Ata de Sessão da Câmara (09/01/2023)

SEB 332.00.049/2023-86 pg. 24 24

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:14:33 do dia 09/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Ata de Sessão da Câmara (06/07/2020) - SEB 332.00.0470/20-86-86 pg. 26 26

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AFCEJIHILJ**

Documento/Certidão nº **22.203.196** Exercício: **2023**

Emissão em: **09/01/2023**

Requerimento em: **12:13:27**

Validade: **08/02/2023**

Nome: **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**

CNPJ: **21.229.281.0001.29**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[h.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml](https://cnd.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml)

<https://infoleg.br/autenticacao-e-verificacao-da-camara-leg-23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2023-01-09-12-13-27-27>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
09/01/2023CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
09/04/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 062979871.00-60

CNPJ/CPF: 21.229.281/0001-29

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA TENENTE BRITO MELO

NÚMERO: 1090

COMPLEMENTO: ANDAR 2,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180074

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000609210878



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA


<div><div>NUMERO DE INSCRIÇÃO</div><div>21.229.281/0001-29</div><div>MATRIZ</div></div>	<div><div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div></div>	<div><div>DATA DE ABERTURA</div><div>13/08/1985</div></div>
<div><div>NOME EMPRESARIAL</div><div>FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA</div></div>		
<div><div>TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div><div>REDE MINAS DE TELEVISAO</div></div>		<div><div>PORTE</div><div>DEMAIS</div></div>
<div><div>CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL</div><div>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div></div>		
<div><div>CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS</div><div>Não informada</div></div>		
<div><div>CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA</div><div>114-7 - Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal</div></div>		
<div><div>LOGRADOURO</div><div>R TENENTE BRITO MELO</div></div>	<div><div>NUMERO</div><div>1090</div></div>	<div><div>COMPLEMENTO</div><div>ANDAR 2</div></div>
<div><div>CEP</div><div>30.180-074</div></div>	<div><div>BAIRRO/DISTRITO</div><div>BARRO PRETO</div></div>	<div><div>MUNICIPIO</div><div>BELO HORIZONTE</div></div>
<div><div>ENDEREÇO ELETRÓNICO</div><div>PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR</div></div>		<div><div>TELEFONE</div><div>(31) 3254-3032</div></div>
<div><div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div><div>MG</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>ATIVA</div></div>		<div><div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div><div>25/02/2001</div></div>
<div><div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div></div>		
<div><div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>		<div><div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div><div>*****</div></div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/01/2023 às 12:09:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpireva/Cnpireva_Comprovante.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consulta-autenticidade?documento=23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

SE 5339007040/2016-86 pg. 31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:00:41 do dia 12/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/03/2023.

Código de controle da certidão: **18AC.97ED.359D.BD18**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> 20/26-86-86d pg. 32

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.229.281/0001-29
Razão Social: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
Endereço: AV N OSSA SENHORA DO CARMOS 931 / SION / BELO HORIZONTE / MG / 30310-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/01/2023 a 05/02/2023

Certificação Número: 2023010701225432697971

Informação obtida em 09/01/2023 12:10:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mofisg-autenticidade-caixa.gov.br/Caixa/21.229.281-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2023-01-09/2023-02-05-86-86d.pdf>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certidão nº: 892854/2023

Expedição: 09/01/2023, às 12:09:53

Validade: 08/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Localidade: Varginha/MG

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 25E

Edital de Seleção Pública nº 94/2015, de 21/12/2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 22/12/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 10830/2022): (60 dias, contados de 12/05/2022)

Data do protocolo desta proposta: 21/06/2022

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

Localidade em faixa de fronteira? () Sim (x) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? () Sim (x) Não

Entidade concorre como filial? () Sim (x) Não

<p align="center">LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO</p>	<p align="center">OBSERVAÇÕES (ref. petição SEI 10071278)</p>
<p align="center">DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA</p>	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p><i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;</i></p> <p><i>(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios</i></p> <p><i>os, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº</i></p>	

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

3-5

b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

6
Atualização SEI
(10614958)



Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:

a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e	32-37
b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	38-64 LC > 1 LG > 1 SG > 1
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	SÉRGIO 11-17 99296551668 KATIA 20 50822292653 EDSON 18 81982828749 EDUARDO 19 05396664673 (Cpf obtido consulta internet) FABIO 22 85076147600 LUIZ 23 28016653634 (Cpf obtido consulta internet)
PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA	
a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 e está em conformidade com art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63?	Atualização SEI (10614958)



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/03/2023, às 10:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10614610** e o código CRC **DDC54070**.



NOTA TÉCNICA Nº 392/2023/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.**

Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1.

EDITAL Nº: 94/2015	Data de publicação: 22/12/2015
Interessado: Fundação TV Minas Cultural e Educativa	CNPJ: 21.229.281/0001-29
Município/UF: Varginha/MG	Serviço: TVE
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: (ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022; (ref. ofício de notificação 10830/2022): (60 dias, contados de 12/05/2022)	
Data de postagem desta proposta: 21/06/2022	Canal: 25E
Requerimento tempestivo?	(x) sim () não

ANÁLISE

2. Visando ao prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto na Portaria nº 3.238/2018, conforme Checklist anexo (SEI nº 10614610).
3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela referida Portaria, bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.
4. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no **art. 12** do Decreto-Lei nº 236/1967 e no **art. 14, §3º** do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 9 de janeiro de 2022 (SEI nº 10614958).
5. A entidade possui outorgas do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, nas localidades de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, relativamente a outorga de TVE, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado na localidade ora sob exame, conforme Anexo (SEI nº 10614958). Há exceção para um dirigente referente à uma outorga de FME (p.7; Congonhas/MG).
6. Portanto, em nenhum caso, há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:
- pela habilitação da proposta ora em análise e o consequente deferimento do pleito;
 - pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado obtido no processo de seleção em questão;
 - pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 07/03/2023, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 16:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10614971** e o código CRC **94260A26**.



Anexos

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Publicação em Diário da República 2023-03-08 16:07:42 20-16-86 pg.939

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:36363636 (16507/2)

SEI nº 53900.007440/2016-86 pg 40

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 494 / 2023

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 392/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10614971), constante do processo nº 53900.007440/2016-86 (relacionado ao processo nº 53900.056089/2015-76), de sorte a **acolher** o pedido da **Fundação TV Minas Cultural e Educativa** para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, tendo em vista o correto atendimento à exigência documental, conforme nova análise decorrente de aplicação do art. 51 e parágrafo único da Portaria nº 3.238.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/03/2023, às 11:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10750280** e o código CRC **E6CF00AC**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 10750280



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Despacho de Decisão nº 494/2023

SEI 53900.007440/2016-86 pg. 4 de 1

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 5027/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Fundação TV Minas Cultural e Educativa
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Varginha/MG - Processo nº 53900.007440/2016-86, relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76. Edital nº 94/2015.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 392/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10614971), da Nota Técnica nº 393/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10614974), e do Despacho de Decisão SEI nº 10750280, desta Secretaria, informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018, observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade, apresente recurso (caso discorde da decisão), fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
4. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal [gov.br](https://www.gov.br). Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 30/03/2023, às 11:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10750281** e o código CRC **3A1EE472**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 5027/2023/MCOM - Processo nº 53900.007440/2016-86 - Nº SEI: 10750281



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Data de Envio:

04/04/2023 10:55:47

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR
cadsei.sergio@inconfidencia.com.br
edson.souza@redeminas.mg.gov.br
minicom@inconfidencia.com.br
juridico@inconfidencia.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCOM - 10614971 - Nota Técnica 392.pdf
SEI_MCOM - 10614610 - Checklist.pdf
Oficio_10750281.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:07:16 do dia 27/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Associação Unio Óptica (11683421) - CNPJ 0355000074402206686 / pág. 466

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	280.166.536-34

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 27/07/2023

Hora: 14:06:33



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atuação Banco Unibanco S/A (11663426) Call: 0800-00074402206686 / ppg.477

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	850.761.476-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 27/07/2023

Hora: 14:06:04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atuação da Câmara de Contas (11663426) 001.03550-0007/4402206686/ ppg. 488

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	053.966.646-73

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 27/07/2023

Hora: 14:05:43



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atuação Banco Unibanco S/A (11663426) Call: 0800-0007440220 6686 / ppg 499

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	508.222.926-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 27/07/2023

Hora: 14:05:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atuação da Câmara de Contas (11663426) Call: 03550-0000 / 440220 6686 / ppg.500

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 819.828.287-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 27/07/2023

Hora: 14:04:42



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 992.965.516-68											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUMCULT	19.141.308/0001-85	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Congonhas

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 27/07/2023

Hora: 14:04:10



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Atuação baseada em Óptica (116635421)

CNPJ: 0355000074402206686 / ppg.532

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 21.229.281/0001-29											
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AMAURE MARIA CONCEIÇÃO KLAUSING	278.545.666-15	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
IVAN ALVES SOARES	275.036.406-00	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
JOICE AMARAL PACHECO	917.311.516-91	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
MARISA GUIMARÃES LEITE	462.834.126-53	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
RONAN SCORALICK ABDO	468.864.606-25	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Autenticado eletronicamente (1683542)

CNPJ: 0355000074402206686 / pgg.533

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Id solicitação: 57dbab8aabfad

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Número do Fistel:
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 802 - Plano Básico de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: ATO Nº 1.976, DE 30/03/2010, PUBLICADO NO DOU. DE 01/04/2010.	

Endereço Sede	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Endereço Correspondência	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Varginha	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 25	Frequência: 539 MHz	Classe: B	ERP Máxima: -kW
HCI: m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 0

Informações da Estação

Informações Gerais			
Número da Estação:		Número Indicativo:	
Data Último Licenciamento:		Número da Licença:	
Estação Principal			
Localização			
Latitude: -	Longitude: -	Cota da base: 0 m	
Transmissor Principal			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	
Linha de Transmissão Principal			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms



23/12/2011

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Antena Principal					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
--------------	---------------	----------------	-------	--------------	----------	--------------	----------

Histórico de Documentos Emitidos

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
--------------	---------------	----------------	-------	--------------	----------	--------------	----------

Horário de funcionamento

--



23/12/2011 12:07:11
Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atuação do Conselho Nacional de Ética (11/06/2012)

Canal 03550-0000 / 440220 6686 / ppg 557

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

el.gov.br/se/public/view/b/srd.php

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-

49b8-b07e-53edd9fd4193

2/2

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

[illegible]

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.229.281/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/08/1985
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE MINAS DE TELEVISAO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 114-7 - Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal		
LOGRADOURO R TENENTE BRITO MELO	NÚMERO 1090	COMPLEMENTO ANDAR 2
CEP 30.180-074	BAIRRO/DISTRITO BARRO PRETO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR	TELEFONE (31) 3254-3032	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MG		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/10/2023** às **12:21:09** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura3.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 06 - Declaração de Autenticidade (10/10/23) 11:58:00 AM / 55506344 / 55502005-840 / pg.1686 / pg. 60

Importa salientar que a Fundação TV Minas Cultural e Educativa - TV Minas, pessoa jurídica de direito privado, foi instituída pelo Decreto Estadual nº 23.807, de 14 de agosto de 1984, por autorização do art. 36 da Lei Estadual nº 8.502, de 19 de dezembro de 1983. **Contudo com o advento da Lei Estadual nº 22.294/2016, a entidade foi extinta, com efeitos jurídicos a partir da realização de transferência de sua concessão de TV pela União, conforme constam dos art. 6º e 7º da referida norma, senão vejamos: Art. 6º Fica extinta a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas -, instituída pelo Decreto nº 23.807, de 14 de agosto de 1984. Parágrafo único. A extinção de que trata o caput produzirá efeitos a partir da autorização da Presidência da República para transferência da concessão de TV Educativa. Art. 7º Ficam transferidos para a EMC os bens móveis, os arquivos e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pela TV Minas até a data de transferência das outorgas e autorizações a que se refere o parágrafo único do art. 6º, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais. Parágrafo único. Ficam mantidas as marcas Rádio Inconfidência para os serviços de radiodifusão sonora e Rede Minas para os serviços de radiodifusão de imagens e sons a serem executados pela EMC, após a transferência das respectivas outorgas e autorizações. Nota nº 00209/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU. Grifos acrescidos.**

Portanto, faz-se necessário a notificação das entidades interessadas sobre o impedimento acima mencionado, sobretudo a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, com vistas a **esclarecer a sua extinção e a consequente transferência de seu acervo à Empresa Mineira de Comunicação - EMC -**, inclusive a **execução dos serviços de radiodifusão e seus ancilares (RTV)**, nos termos da **Lei Estadual nº 22.294, de 20 de setembro de 2016**.

3. Diante disso, realizada a notificação a essa Fundação TV Minas Cultural e Educativa, o presente expediente presta-se a esclarecer as nuances jurídicas e consequências derivadas da previsão de sua extinção prevista na Lei Estadual nº 22.294, de 20 de setembro de 2016.

4. Pois bem. Para o devido esclarecimento, temos por essencial observarmos e analisarmos os termos dos arts. 6º, 7º, 8º e 27, dispostos na Lei Estadual nº. 22.294/2016 que altera a denominação da Rádio Inconfidência Ltda. para Empresa Mineira de Comunicação - EMC -, extingue a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas - e dá outras providências:

Art. 6º Fica extinta a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas -, instituída pelo [Decreto nº 23.807, de 14 de agosto de 1984](#).

Parágrafo único. **A extinção** de que trata o caput produzirá efeitos **a partir da autorização da Presidência da República** para transferência da concessão de TV Educativa.

Art. 7º Ficam transferidos para a EMC os bens móveis, os arquivos e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ajustes celebrados pela TV Minas até a data de transferência das outorgas e autorizações a que se refere o parágrafo único do art. 6º, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Parágrafo único. **Ficam mantidas as marcas** Rádio Inconfidência para os serviços de radiodifusão sonora e Rede Minas para os serviços de radiodifusão de imagens e sons a **serem executados pela EMC, após a transferência das respectivas outorgas e autorizações.**

Art. 8º A EMC sucederá a TV Minas nos contratos e convênios celebrados, e o Estado, por meio da SEC, sucederá a TV Minas nos demais direitos e obrigações judiciais e extrajudiciais.

(Vide art. 129 da [Lei nº 23.304, de 30/5/2019](#), em vigor a partir de 30/6/2019.)

Parágrafo único. As competências da TV Minas serão incorporadas pela EMC, **observados os procedimentos para a transferência das outorgas e autorizações** concedidas à TV Minas.

[...]

Art. 27. Os procedimentos relativos à extinção, transformação ou mudança de lotação de cargos, à transferência da execução de contratos, convênios, arquivos e bens móveis, à transferência de bem imóveis e de servidores e demais procedimentos administrativos previstos nesta Lei, exceto o disposto no art. 6º, poderão ser realizados a partir da data de publicação desta Lei.

5. Nesse sentido, em que pese o fato da citada Lei encontrar-se em vigor, nota-se que o legislador entendeu por condicionar os efeitos da referida extinção à autorização da Presidência da República para a transferência da concessão da TV Educativa, o que **ainda não ocorreu**.

6. A condição estabelecida na legislação mineira está de acordo com o previsto no art. 223 da CR/88, que trata da comunicação social. Vejamos:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º **O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional**, na forma dos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193 3pg 5353900.007440/2016-86 / pg.

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

7. É relevante frisarmos que os procedimentos de efetivação da extinção da Fundação TV Minas Cultural e Educativa e sua consequente incorporação pela EMC ainda encontram-se em andamento e, até que seja implementada a condição estabelecida na Lei Estadual nº. 22.294/2016, deverá prevalecer a existência da TV Minas.

8. Nesse ponto, é mister pontuarmos que a norma constante no art. 6º da citada Lei reveste-se de eficácia limitada, uma vez que depende de uma condição para a produção de seus efeitos, qual seja: a autorização do Presidente da República. Portanto, até que sejam concluídos os procedimentos para sua efetiva incorporação pela Empresa Mineira de Comunicação Ltda. - EMC, a Fundação TV Minas Cultural e Educativa continuará a responder pela execução de contratos, convênios, acordos e sua respectivas obrigações.

9. A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais examinou a questão em momento oportuno e exarou importante entendimento acerca da literalidade dos termos constantes na Lei Estadual nº. 22.294/2016 que tratam da extinção da Fundação TV Minas. Assim, veja-se o teor da Nota Jurídica AGE/MG nº. 4.957/2017:

Da literalidade do art. 7º, supra, parece ressarir que, a partir da vigência da lei, ocorrerá a transferência imediata, para a EMC, da execução dos contratos e convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pela TV Minas, especialmente diante da locução verbal constituída de verbo auxiliar no presente mais participípio (tempo composto) "ficam transferidos". O verbo auxiliar "ficam" é que é flexionado, indicando o tempo, o modo, o número e a pessoa da ação verbal. E ele está no presente.

Contudo, essa primeira impressão, aliada ao que dispõe a parte final do art. 7º - **"até a data de transferência das outorgas e autorizações a que se refere o parágrafo único do art. 6º, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais"** - resulta na ideia de diferimento no tempo. Ou seja, **a lei autoriza, sim, a transferência imediata da execução dos contratos, convênios acordos... até a transferência das outorgas e autorizações, mas não determina que deva ser imediatamente**. Ao contrário, consente a dilação, **a realização dentro de certo período de tempo, cujo termo final será a efetiva extinção da Fundação TV Minas**, conforme o art. 6º, parágrafo único, **ocasião em que a reorganização da Rádio Inconfidência para Empresa Mineira de Comunicação deverá estar concluída**.



Como pode ser verificado da leitura da Nota Jurídica, o cerne da questão posta em análise consiste no fato de que a Empresa Mineira de Comunicação ainda
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> 4pg 54 53900.007440/2016-86 / pg.

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

encontra-se em fase de implementação. Há que se considerar que, inobstante o fato da Lei Estadual que viabilizou sua consecução ter sido publicada do exercício de 2016, seus termos começaram a ser efetivamente implementados com o Registro do Estatuto Social da EMC na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, ou seja, somente em 2019.

11. Nessa senda, a premissa a ser observada é a de que até o presente momento não houve a total transferência para a EMC, das execuções de contratos, convênios, acordos e demais obrigações pertencentes à Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Portanto, a efetiva extinção da emissora TV Minas se dará tão somente a partir da conclusão do processo de transferência da outorga de TV Educativa da TV MINAS para EMC, processo esse de competência do próprio Ministério de Comunicações do Governo Federal.

12. Ato contínuo, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais aponta, ainda em sede da Nota Jurídica AGE/MG nº. 4.957/2017, os seguintes termos:

Essa interpretação se fortalece diante do que preceitua o art. 27, que faculta a realização dos procedimentos para as transferências das execuções a partir da publicação da lei, mas, aqui também, **não impondo que se tomem as medidas legais necessárias de forma imediata**, ao dispor que podem ser realizados os procedimentos **"a partir"** da publicação da lei. Logo, também aqui **está autorizada a efetivação da incorporação da TV Minas pela Rádio Inconfidência**, com as consequências daí advindas, **de forma diferida**, com a **edição dos necessários normativos para ajuste da incorporação**, do estatuto e do equacionamento de todas as demais questões de natureza jurídica, notadamente, no que concerne aos contratos e convênios, relativas a adequações de natureza orçamentária, **visto que se trata de incorporação de uma fundação pública por uma empresa pública, com regimes jurídicos administrativos diferenciados**. (Destacamos)

13. Como se vê, outro fato sobremaneira complexo e que delonga a concretização de todos os procedimentos e medidas legais envoltos à efetivação da incorporação da TV Minas pela Rádio é o fato de se ter uma Fundação Pública de Direito Público de um lado e uma Empresa Pública de Direito Privado de outro. A incorporação de uma entidade pela outra demanda também ajustes e adequações do um regime jurídico, visto as distintas naturezas jurídicas. Muitas questões foram solucionadas juridicamente e fisicamente, mas algumas não dependem exclusivamente da gestão, mas de edição de atos próprios do Governo de Minas.

14. Saliente-se que o processo não é simples e traz alguns obstáculos que precisam ser contornados. Essas formas diferentes de se fazer teoricamente a mesma coisa precisam ser conjugadas corretamente. Isso porque não é relevante eliminar todos os processos de uma empresa em detrimento da outra.

15. Desta feita, não há que se falar em impedimento da continuidade da operação ora requerida, haja vista que até o momento não houve a completa transferência de todo o acervo da Fundação TV Minas para a Empresa Mineira de Comunicação, motivo pelo qual **solicitamos a este Ilmo. Ministro de Estado que dê o efetivo prosseguimento dos procedimentos de formalização da transferência de outorgas RTV/RTVD à Fundação Educacional e Cultural de Ipanema - REDE SIIPFR, conforme requerido no presente processo administrativo.**



em mais para o momento, entendendo que foram esclarecidas as questões que

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

obstaram o prosseguimento do feito, **pugna a Fundação TV Minas pela continuidade do processo administrativo de transferência de autorização**, nos termos ora requisitados e nos colocamos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Sérgio Rodrigo Reis

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Edson Siquara de Souza, Diretor**, em 28/06/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Rodrigo Reis, Presidente**, em 29/06/2022, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48723620** e o código CRC **FA4CB532**.

Referência: Processo nº 2210.01.0000676/2020-93

SEI nº 48723620

Rua Tenente Brito Melo, 1090 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte - CEP 30180-074

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> 6pg SEI 53900.007440/2016-86 / pg.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 21751/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal do Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa)
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Varginha/MG - Processo nº 53900.007440/2016-86, relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76. Edital nº 94/2015.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 12129/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11033097), informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A este respeito, informamos que o encaminhamento da Nota Técnica se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 31/10/2023, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11033472** e o código CRC **61E112E7**.



Data de Envio:

14/11/2023 13:33:33

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCOM - 11033097 - Nota Técnica.pdf
Oficio_11033472.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 393/2023/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.056089/2015-76 e apensos/relacionados.**
Assunto: **Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Revisão de Ato (Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015). Sem mudança de resultado. Ampla Defesa e Contraditório.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, de acordo com o que estabelece o Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 22/12/2015 e a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no DOU de 21 de junho de 2018.

ANÁLISE


2. Conforme detalhadamente explicitado na Nota Técnica nº 6160/2022/SEI-MCOM (SEI nº 9855134), foi necessária a realização de notificações (por meio do Edital nº 04/2022 e de Ofício) e de novas análises, considerando a nova documentação apresentada com base na Portaria nº 3.238/2018, deixando-se claro que a pena de não apresentação dos documentos seria o indeferimento do pedido.

3. As entidades que responderam à notificação referente ao Edital nº 04/2022 foram as seguintes:

- a) Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Processo apenso nº 53900.007440/2016-86: Proposta **Habilitada** e Deferida, conforme Nota Técnica nº 392/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10614971).
- b) CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia LTDA (Pessoa Jurídica Mantenedora: Uninter Educacional S.A.) - Processo apenso nº 53900.010931/2016-12: Proposta Prejudicada, por aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018;
- c) Fundação Zeca Jatobá - Processo apenso nº 53900.007679/2016-56: Proposta Prejudicada, por aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018;
- d) Fundação Educativa e Cultural Vale do Rio Doce - FUNEVALE - Processo apenso nº 53900.010695/2016-26: Proposta Prejudicada, por aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.

4. **Conforme o artigo 22 da Portaria nº 3.238/2018, as propostas serão analisadas de acordo com a ordem de classificação, sendo que a primeira habilitação prejudica a análise das demais.**

5. As demais entidades não apresentaram resposta e foram Indeferidas pelo não atendimento à exigência documental. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

DADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
					

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11568702&infra...
Anexo 1 - Edital de Seleção Pública (Principal) - 12-10-2015/53900.010931/2016-12 - pg. 636 / pg. 69

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

1/6

Fundação TV Minas Cultural e Educativa	Fundação Pública vinculada ao Governo Estadual	53900.007440/2016-86	1º Lugar	HABILITADA	Entidade vencedora do procedimento de seleção. Nota Técnica nº 392/2023 (SEI nº 10614971)
Faculdades Promove de Belo Horizonte	<i>Instituição de Educação Superior sem</i> sede na localidade	53900.010742/2016-31	2º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Uninter Educacional S.A.	<i>Instituição de Educação Superior sem</i> sede na localidade	53900.010931/2016-12	3º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Faculdades Unidas do Norte de Minas	<i>Instituição de Educação Superior sem</i> sede na localidade	53900.010853/2016-48	4º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Centro de Ensino Superior de Apucarana	<i>Instituição de Educação Superior sem</i> sede na localidade	53900.010802/2016-16	5º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos	<i>Instituição de Educação Superior sem</i> sede na localidade	53900.010338/2016-68	6º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Brasil Ecoar	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem</i> sede na localidade	53900.008494/2016-69	7º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Zeca Jatobá	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem</i> sede na localidade	53900.007679/2016-56	8º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Fundação Cultural Agenor Zanon	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem</i> sede na localidade	53900.010724/2016-50	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Educativa e Cultural Vale do Rio Doce	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem</i> sede na localidade	53900.010695/2016-26	9º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.



Fundação Educativa e Cultural de Congonhas	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada <u>sem</u> sede na localidade</i>	53900.010502/2016-37	10º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada <u>sem</u> sede na localidade</i>	53900.007654/2016-52	11º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação de Incentivo à Pesquisa	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada <u>sem</u> sede na localidade</i>	53900.010828/216-64	12º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada <u>sem</u> sede na localidade</i>	53900.000745/2016-67	13º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Ruy Baromeu	<i>Pessoa Jurídica de Natureza Privada <u>sem</u> sede na localidade</i>	53900.009945/2016-85	13º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.

6. Ocorre que a classificação dessa tabela está com base na ordem verificada pelo IGC das propostas apresentadas em 2016. Considerando-se as novas apresentações de documentos (novos convênios e IGCs), a nova tabela classificatória, para ordem de análise, ficou da seguinte forma:

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
Fundação TV Minas Cultural e Educativa	Fundação Pública vinculada ao Governo Estadual	53900.007440/2016-86	1º Lugar	HABILITADA	Entidade vencedora do procedimento de seleção. Nota Técnica nº 392/2023 (SEI nº 10614971)
Uninter Educacional S.A.	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010931/2016-12	2º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Faculdades Promove de Belo Horizonte	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010742/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Faculdades Unidas do Norte Minas	Instituição de Educação Superior sem	53900.010853/2016-48	4º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11568702&infra...

Anexo Educação Supra-proposta (Principal) - 12-10-2016/53900.010502/2016-37 pg. 6-66 / pg. 71

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

	sede na localidade				complementar solicitada.
Centro de Ensino Superior de Apucarana	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010802/2016- 16	5º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010338/2016- 68	6º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Educativa e Cultural Vale do Rio Doce	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010695/2016- 26	7º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Fundação Zeca Jatobá	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.007679/2016- 56	8º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Fundação Brasil Ecoar	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.008494/2016- 69	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Cultural Agenor Zanon	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010724/2016- 50	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Educativa e Cultural de Congonhas	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010502/2016- 37	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.007654/2016- 52	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação de Incentivo à Pesquisa	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010828/216- 64	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11568702&infra...

Anexo Educacional Supra Process (PNUC/PNUZ) - 12-10-2016/53900.010802/2016-16 pg. 6-26 / pg. 7-2

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.000745/2016-67	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Ruy Baromeu	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.009945/2016-85	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.

7. Cumpre destacar que, no caso em comento, que é atípico (revisão de ato ocorrido em decorrência de nova interpretação da CONJUR), a Nota Técnica nº 6160/2022/SEI-MCOM (SEI nº 9855134) já informou às proponentes que o resultado seria alterado e já oportunizou a chance recursal.

8. Desta forma, o próximo passo do procedimento, seria a publicação de novo Edital declarando a **Fundação TV Minas Cultural e Educativa** (pessoa jurídica de direito público), **vencedora** do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão. Ressalte-se que, no presente caso concreto, não cabe a anulação do Edital anterior (Edital nº 141/2016/SEI-MC, de 24/03/2016, publicado no D.O.U. de 29/03/2016 - SEI nº 1116166), pois se tratava do Edital preliminar, anterior à Portaria nº 3.238/2018, não se tratava do Edital final de Resultado.

9. Contudo, em razão da atipicidade do certame, por cautela jurídica, e ainda considerando a mudança da tabela de classificação (mesmo não havendo mudança de resultado em relação ao Edital anterior), opina-se, antes do prosseguimento do processo com vistas à finalização do certame, pela comunicação do resultado obtido nesta seleção pública a todas as participantes, garantindo-lhes a **ampla defesa e contraditório**, concedendo-lhes novo prazo para que, se for o caso, apresentem recurso.

CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, opinamos pela comunicação das decisões explicitadas às participantes, encaminhando cópia da presente Nota Técnica, concedendo-lhes prazo de 30 (trinta) dias para que, havendo interesse, apresentem recurso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 07/03/2023, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 16:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/03/2023, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://www.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=anexo_visualizar&id_documento=11568702&infra...

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10614974** e o código CRC **4D537878**.

Minutas e Anexos

Não possui.

Referência: Processo nº 53900.056089/2015-76 SEI nº 10614974

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 12129/2023/SEI-MCOMReferência: **Processo nº 53900.056089/2015-76 e apensos/relacionados.****Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Revisão de Ato (Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015). Resultado Final de Processo de Seleção para Outorga - Objeto Adjudicado. Novo Edital.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio canal 25E, de acordo com o que estabelece o Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 22/12/2015 e a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no DOU de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).

ANÁLISE

2. Conforme explicado na Nota Técnica nº 393/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10614974), foram realizadas as novas análises no certame.

3. Conclusivamente, restou destacado que o próximo passo, seria a publicação de novo Edital declarando o **Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa** - pessoa jurídica de direito público), como **entidade vencedora** do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão. Ressalte-se que, no presente caso concreto, não cabe a anulação do Edital anterior (Edital nº 141/2016/SEI-MC, de 24/03/2016, publicado no D.O.U. de 29/03/2016 - SEI nº 1116166), pois se tratava do Edital preliminar, anterior à Portaria nº 3.238/2018, não se tratava do Edital final de Resultado.

4. Contudo, em razão da atipicidade do certame, por cautela jurídica, e ainda considerando a mudança da tabela de classificação (mesmo não havendo mudança de resultado em relação ao Edital anterior), antes do prosseguimento do processo com vistas à finalização, foi realizada a comunicação do resultado obtido nesta seleção pública a todas as participantes, garantindo-lhes a **ampla defesa e contraditório**, concedendo-lhes novo prazo para que, se fosse o caso, apresentassem recurso.

5. Finalizado o prazo não houve apresentação de recurso pelas participantes.

6. Então, não mais havendo a mudança de resultado, cabe apenas publicar novo Edital que declara como entidade vencedora do certame o **Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa)**.

7. Registre-se que, apesar do advento da [Lei Estadual nº 22.294/2016](#), em que a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade integrante da administração indireta do Governo de Minas Gerais foi extinta, os efeitos jurídicos só serão produzidos a partir da transferência da concessão da estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativos, para a Empresa Mineira de Comunicação – EMC, entidade também integrante da administração indireta do Estado, conforme entendimento da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, definido na Nota Jurídica AGE/MG nº 4.957/2017 e descrito no item 9 do Ofício TVMINAS/GT nº 49/2022 (SEI nº 11160169). Assim, como a Fundação TV Minas Cultural e Educativa continua ativa (SEI nº 11158630), entende-se que o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

com.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12009544&infra...

presente pleito poderá ter continuidade para a emissão da outorga para o Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa).

8. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no **art. 12** do Decreto-Lei nº 236/1967 e no **art. 14, §3º** do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 27 de julho de 2023 (SEI nº 11033470). A entidade possui outorgas do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, nas localidades de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, relativamente a outorga de TVE, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado na localidade ora sob exame, conforme Anexo (SEI nº 11033470). Há exceção para um dirigente referente à uma outorga de FME (Congonhas/MG).

9. Por fim, vale ressaltar que, mesmo que o canal digital 25 (vinte e cinco), ID 57dbab8aabfad, esteja registrado com a finalidade comercial no Mosaico, constam dos registros da SECOE que o citado canal está definido como par digital do canal analógico 7 (sete), que encontra-se vago e registrado com a finalidade educativa (SEI nº 11160266 - págs. 1 e 2). Para não restar dúvidas, foi realizada consulta à Coordenação-Geral de Licitação e Outorgas sobre possível reserva do canal 25 (vinte e cinco) para as concorrências em andamento, cuja resposta foi que não existe reserva para o canal (SEI nº 11160266 - págs. 3 e 4). Portanto, o canal 25 (vinte e cinco) poderá ser utilizado para a emissão da outorga do presente processo seletivo de radiodifusão educativa.

CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, opinamos:

- a) pela declaração do resultado, indicando o **Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa)** como entidade vencedora do presente processo de seleção, homologando-se este procedimento, e adjudicando à vencedora o seu objeto;
- b) pelo encaminhamento de cópia da presente Nota Técnica às proponentes;
- c) pelo arquivamento dos processos das demais entidades concorrentes, considerando a conclusão do procedimento de seleção, se for o caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 11/10/2023, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 11/10/2023, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11033097** e o código CRC **36B1222F**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Edital SEI nº 11033104.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=12009544&infra...

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

EDITAL N° 97/2023/SEI-MCOM

O **SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), na Nota Técnica nº 393/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 12129/2023/SEI-MCOM, constantes do Processo nº 53900.056089/2015-76, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha**, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, referente ao Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, e adjudicar seu objeto ao **Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa)**, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

Caso, após a publicação da presente homologação, a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhem-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO Não houve apresentação de recursos referentes à Nota Técnica nº 393/2023
Fundação TV Minas Cultural e Educativa	Fundação Pública vinculada ao Governo Estadual	53900.007440/2016-86	1º Lugar	HABILITADA	Entidade vencedora do procedimento de seleção. Nota Técnica nº 392/2023 (SEI nº 10614971)
Uninter Educacional S.A.	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010931/2016-12	2º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Faculdades Promove de Belo Horizonte	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010742/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Faculdades Unidas do Norte de Minas	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010853/2016-48	4º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Centro de Ensino Superior de Apucarana	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010802/2016-16	5º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010338/2016-68	6º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Educativa e Cultural Vale do Rio Doce	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010695/2016-26	7º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Fundação Zeca Jatobá	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.007679/2016-56	8º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Fundação Brasil Ecoar	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.008494/2016-69	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Cultural Agenor Zanon	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010724/2016-50	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Educativa e Cultural de Congonhas	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010502/2016-37	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.007654/2016-52	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação de Incentivo à Pesquisa	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.010828/216-64	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.000745/2016-67	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Fundação Ruy Baromeu	Pessoa Jurídica de Natureza Privada sem sede na localidade	53900.009945/2016-85	9º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193





Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 30/10/2023, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11174732** e o código CRC **43F015C1**.

Referência: Processo nº 53900.056089/2015-76

Documento nº 11174732

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

super.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=anexo_visualizar&id_documento=12160854&infra...

Publicado em: 31/10/2023 | Edição: 207 | Seção: 3 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), na Nota Técnica nº 393/2023/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 12129/2023/SEI-MCOM, constantes do Processo nº 53900.056089/2015-76, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, referente ao Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, e adjudicar seu objeto ao Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa), nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

Caso, após a publicação da presente homologação, a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhem-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

WILSON DINIZ WELLISCH

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	SITUAÇÃO
					Não houve apresentação de recursos referentes à Nota Técnica nº 393/2023
Fundação TV Minas Cultural e Educativa	Fundação Pública vinculada ao Governo Estadual	53900.007440/2016-86	1º Lugar	HABILITADA	Entidade vencedora do procedimento de seleção. Nota Técnica nº 392/2023 (SEI nº 10614971)
Uninter Educacional S.A.	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010931/2016-12	2º Lugar	Prejudicada	Aplicação do art. 22 da Portaria nº 3.238/2018.
Faculdades Promove de Belo Horizonte	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010742/2016-31	3º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Faculdades Unidas do Norte de Minas	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010853/2016-48	4º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.
Centro de Ensino Superior de Apucarana	Instituição de Educação Superior sem sede na localidade	53900.010802/2016-16	5º Lugar	Indeferida	Não apresentou a documentação complementar solicitada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

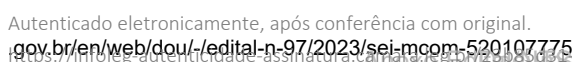
gov.br/en/web/dou/-/edital-n-97/2023/sei-mcom-520107775

[3/sei-mcom-520107775](#)

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



223b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 21.229.281/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/08/1985
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
REDE MINAS DE TELEVISAO

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
114-7 - Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal

LOGRADOURO
R TENENTE BRITO MELO

NUMERO
1090

COMPLEMENTO
ANDAR 2

CEP
30.180-074

BAIRRO/DISTRITO
BARRO PRETO

MUNICIPIO
BELO HORIZONTE

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR

TELEFONE
(31) 3254-3032

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
MG

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
25/02/2001

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 16/11/2023 às 15:13:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

Atividade: 22.39-32-01 (Atividade de desenvolvimento de programas de computador sob encomenda) - CNAE (2012) SEI 5150390740072002066-pg. 84

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Id solicitação: 57dbaad41e8bd

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Número do Fistel:
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: ATO 12.148/2000,RESOLUCAO 291/2002	

Endereço Sede		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Varginha	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 7	Frequência: 177 MHz	Classe: B	ERP Máxima: -kW
HCI: m	Pareamento:	Decalagem: +	Fase: 0

Informações da Estação

Informações Gerais			
Número da Estação:		Número Indicativo:	
Data Último Licenciamento:		Número da Licença:	
Estação Principal			
Localização			
Latitude: -	Longitude: -		Cota da base: 0 m
Transmissor Principal			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	
Linha de Transmissão Principal			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms



23.16.11.23

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Antena Principal					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais



Canais de Radiodifusão

TodosDownload Canais

19 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtros																		
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFolha	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria de Estação	Latit	
		212292810001				(Todos)												
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50004057928	P	Comercial	RTV	800	MG	Campo Belo		5		79	C	Principal	20° 54'	
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50404873472	P	Educativo	GTVD	247	MG	Belo Horizonte		17		491	E	Principal	19° 58'	
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50442279272	P	Comercial	RTVD	801	MG	Campo Belo		14		473	C	Principal	20° 54'	
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	5045744499	P	Comercial	RTVD	801	MG	Conceição do Mato Dentro		51		695	B	Principal	19° 02'	
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	5044116949	P	Comercial	RTVD	801	MG	Pouso Alto		17		491	C	Principal	22° 12'	
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	5044108049	P	Comercial	RTVD	801	MG	Anaés		17		491	C	Principal	21° 21'	
Ver Estações	TV-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445557149	P	Comercial	RTVD	801	MG	Caldas		17		491	C		21° 52'	
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	5044116787	P	Comercial	RTVD	801	MG	Maria da Fé		17		491	C	Principal	22° 17'	
Ver Estações	TV-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50443957820	P	Comercial	RTVD	801	MG	Carmo da Mata		19		503	B		20° 34'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652454	P	Educativo	RTVD	801	MG	Vermeira		17		491	A		21° 33'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652292	P	Educativo	RTVD	801	MG	Conceição da Barra de Minas		17		491	C		21° 07'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445634200	P	Comercial	RTVD	801	MG	Santa Hipólito		17		491	C		18° 17'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445634120	P	Comercial	RTVD	801	MG	São Bento Abade		17		491	B		21° 35'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445634804	P	Comercial	RTVD	801	MG	São Francisco do Glória		17		491	B		20° 47'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445635282	P	Comercial	RTVD	801	MG	São João de Alegria		17		491	C		22° 19'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445635444	P	Comercial	RTVD	801	MG	São Sebastião do Rio Preto		17		491	C		19° 17'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445646489	P	Educativo	RTVD	801	MG	Sardópolis		17		491	B		18° 46'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652795	P	Educativo	RTVD	801	MG	Senador Modestino Gonçalves		17		491	B		17° 58'	
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652616	P	Educativo	RTVD	801	MG	Serra Leopoldina de Minas		17		491	C		15° 48'	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

is.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php

is.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?arq=br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

is.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?arq=br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 21.229.281/0001-29 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidade da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir) Avaliar
(/Servicos/certidaointernet/PJ/Avaliacao?protocolo=20231116.E58D1287)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir/ResultadoEmissao/NDUkODk3OCMyMzQ2Nzg5IyoiKilxMjl5Mjg5MDA...>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.229.281/0001-29
Razão Social: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
Endereço: AV N OSSA SENHORA DO CARMOS 931 / SION / BELO HORIZONTE / MG / 30310-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/11/2023 a 06/12/2023

Certificação Número: 2023110705172198240562

Informação obtida em 16/11/2023 15:09:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

213-49b8-b07e-53edd9fd4193) SLEI 2023110705172198240562-66-90g. 90

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certidão nº: 64599408/2023

Expedição: 16/11/2023, às 15:09:23

Validade: 14/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
16/11/2023

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
14/02/2024

NOME/NOME EMPRESARIAL: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 062979871.00-60

CNPJ/CPF: 21.229.281/0001-29

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA TENENTE BRITO MELO

NÚMERO: 1090

COMPLEMENTO: ANDAR 2,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180074

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000707555063

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

fazenda.mg.gov.br/sol/ctrl/SOL/CDT/DETALHE_7462descServico=Solicitar+Certidao+de+DedebitosTributarios&numProto...

1/1

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **EJJJILKNQK**

Documento/Certidão nº **25.094.898** Exercício: **2023**

Emissão em: **16/11/2023**

Requerimento em: **15:07:23**

Validade: **16/12/2023**

Nome: **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**

CNPJ: **21.229.281.0001.29**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://cnd.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml>

<http://www.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 21.229.281/0001-29											
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AMAURE MARIA CONCEIÇÃO KLAUSING	278.545.666-15	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
IVAN ALVES SOARES	275.036.406-00	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
JOICE AMARAL PACHECO	917.311.516-91	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
MARISA GUIMARÃES LEITE	462.834.126-53	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
RONAN SCORALICK ABDO	468.864.606-25	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:17:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Ata da 2ª Reunião Ordinária (30/12/2022) - Lei 32600/2022-66-pg. 95

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	992.965.516-68

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:18:12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Arquivo assinado de acordo com o (Lei nº 12.372/2012) - Lei nº 12.372/2012 - 20062066-66 / 96

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 819.828.287-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:19:36



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Arquivo assinado de (23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193) - Lei 3218-2006-06-97 pg. 97

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		992.965.516-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUMCULT	19.141.308/0001-85	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Congonhas

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:19:51



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31e2113-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	508.222.926-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:20:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Arquivo assinado em PDF (350724) 992) - Lei 13.600-2018/20062066-pg. 99

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	053.966.646-73

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:21:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 03 - Ata da Reunião de 06/12/2022 (p. 932) - SEI 01500506-40/20062066-96 - 100

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	850.761.476-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:21:30



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 03 - Ata da Reunião do Conselho (01/21/2022) - SEI 01500506-40/20062066-06 - 101

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	280.166.536-34

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 16/11/2023

Hora: 10:22:03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo da Ata da Reunião do Conselho (01/21/2022) - SEI 01500506-40/20062066-06/102 102

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:16:34 do dia 16/11/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atividade de Educação (01/2022) - Lei 9.126/2006 - pg. 104

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Localidade: **Varginha/MG**

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 25E

Edital de Seleção Pública nº 94/2015, de 21/12/2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 22/12/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 10830/2022): (60 dias, contados de 12/05/2022)

Data do protocolo desta proposta: 21/06/2022

Requerimento tempestivo? ☒ Sim ☐ Não

Localidade em faixa de fronteira? ☐ Sim ☒ Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ Sim ☒ Não

Entidade concorre como filial? ☐ Sim ☒ Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES (ref. petição SEI 10071278)
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p><i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;</i></p> <p><i>(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios</i></p> <p><i>os, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº</i></p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

3-5

b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

6
Atualização SEI
(10614958)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

<p>c) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, quando for o caso;</p>	<p>Atribuições 9</p> <p>7</p> <p>SÉRGIO RODRIGO REIS Presidente 99296551668</p> <p>10</p> <p>KATIA MARILIA SILVEIRA CARNEIRO Dir geral</p> <p>Diretores:</p> <p>8</p> <p>EDSON SIQUARA DE SOUZA</p> <p>EDUARDO CÉSAR SILVA GOMES</p> <p>11</p> <p>FABIO CALDEIRA CASTRO SILVA</p> <p>12</p> <p>LUIZ HENRIQUE YAGELOVIC</p>
<p>d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p>	<p>26</p> <p>Atualização SEI (11218932) 06/12/23</p>
<p>e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;</p>	<p>27</p> <p>Atualização SEI (11218932) 16/12/23</p>
<p>f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;</p>	<p>28</p> <p>Atualização SEI (11218932) Atualizar</p>
<p>g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;</p>	<p>29</p> <p>Atualização SEI (11218932) 14/02/24</p>
<p>h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;</p>	<p>30</p> <p>Atualização SEI (11218932) 16/12/23</p>
<p>i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e</p>	<p>31</p> <p>Atualização SEI (11218932) 14/05/24</p>
<p>j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.</p>	<p>Não se aplica</p>



<u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u>	
a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e	32-37
b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	38-64 LC > 1 LG > 1 SG > 1
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	SÉRGIO 11-17 99296551668 KATIA 20 50822292653 EDSON 18 81982828749 EDUARDO 19 05396664673 (Cpf obtido consulta internet) FABIO 22 85076147600 LUIZ 23 28016653634 (Cpf obtido consulta internet)
PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA	
a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 e está em conformidade com art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63?	Atualização SEI (11218932)



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 05/12/2023, às 10:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218936** e o código CRC **5C127BA5**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 20518/2023/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86.**

Assunto: **Formalização de Portaria. Exigência Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de formalização de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. Com a publicação do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13), o procedimento se encontra em fase de formalização de Portaria.

3. Em razão das diligências apontadas pela Consultoria Jurídica em processos análogos, recomendando constante atualização das certidões/dados, restou verificado que há documentos que precisam ser atualizados pela entidade. Assim, é preciso cientificar a proponente da necessidade de juntada da seguinte documentação:

a) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos **federais** e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

b) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, **que comprove o número do CPF** (por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte) dos seguintes dirigentes: **Eduardo Cesar Silva Gomes e Luiz Henrique Yagelovic**;

c) considerando o disposto no item 7 da Nota Técnica nº 12129/2023 (SEI nº 11218930, p. 8), com o advento da **Lei Estadual nº 22.294/2016**, a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade integrante da administração indireta do Governo de Minas Gerais foi extinta considerando que os efeitos jurídicos só serão produzidos a partir da transferência da concessão da estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativos, para a Empresa Mineira de Comunicação – EMC, entidade também integrante da administração indireta do Estado, conforme entendimento da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocuSign Envelope ID: 23B85D31-E213-49B8-B07E-53EDD9FD4193

SEI53900000144020030866 ppg1099

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, definido na Nota Jurídica AGE/MG nº 4.957/2017 e descrito no item 9 do Ofício TVMINAS/GT nº 49/2022; considerando que a Fundação TV Minas Cultural e Educativa continua ativa e se entendeu que o presente pleito poderá ter continuidade para a emissão da outorga para o Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa); cumpre solicitar manifestação da entidade sobre os pleitos feitos pelo extinto DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL) para seleções de outorga referentes aos Editais nº 94/2015, nº 88/2016 e nº 166/2016, no sentido de **responder expressamente o seguinte questionamento: há interesse do GOVERNO DE MINAS GERAIS no prosseguimento de sua participação (iniciada pelo DETEL) nesses certames, de modo que as próximas notificações sejam feitas e direcionadas para o órgão da adm. direta ou a entidade da adm. indireta vinculada indicada e que possua competência definida para execução dos serviços de radiodifusão em nome Governo do Estado?**

d) **(caso tenha expirado o mandato dos dirigentes)** ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

f) **(caso tenha expirado o mandato dos dirigentes)** novo formulário de requerimento de outorga, com as declarações exigidas pelo §2º do art. 15 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (requerimento de outorga, **corretamente preenchido e assinado em todas as páginas pelos dirigentes**, com todas as declarações indicadas, conforme modelo anexo);

h) **(caso tenha expirado o mandato dos dirigentes)** prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte **(dos novos diretores, havendo mudança)**.

4. Por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), que também rege o certame, **a não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na transmissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.** Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3.399/2018, publicada em 09 de julho de 2018), **as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico** e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de **exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério** (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos que seja encaminhada à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 3), contados da data do seu recebimento, **sob pena de indeferimento do pleito.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 06/12/2023, às 10:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 06/12/2023, às 12:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 06/12/2023, às 15:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11218938** e o código CRC **DB17D3F6**.

Minutas e Anexos

Checklist SEI nº 11218936.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Para as Pessoas Jurídicas de Direito Público (Entes Federativos, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
DADOS DA FILIAL (Se for o caso)			
Pretende concorrer como filial?	() Sim () Não	CNPJ:	
		CEP:	
Endereço da filial:			
DADOS DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA (Se for o caso)			
Nome da IES:			
Endereço da sede/campus com o qual pretende concorrer:			
Organização Acadêmica:		() Universidade () Centro Universitário () Faculdade	
Índice Geral de Cursos Contínuo:		Valor: _____ Ano: _____	
DADOS DO EDITAL			
Número do Edital:		Data de publicação:	
Localidade de interesse:		UF: _____	
Serviço:	() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada () Radiodifusão de Sons e Imagens		Canal: _____

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os procedimentos de seleção dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, venho encaminhar este **REQUERIMENTO DE OUTORGA** relativo ao edital, localidade e Estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;
- (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- (k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;
- (l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;
- (n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e
- (o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Data, Local e Assinatura do representante legal (todos)

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11218938



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:355965d0b1462206366 pgg1 122

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 33978/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.007440/2016-86. Varginha/MG (FME).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA nº 20518/2023/SEI-MCOM** (SEI nº 11218938), que trata de **pendências** encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente documentação, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
4. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais.
5. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**,
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em
06/12/2023, às 15:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº
10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>,
informando o código verificador **11218940** e o código CRC **4C565EFB**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11218940



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31ce213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Data de Envio:

11/12/2023 11:54:47

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

SEI_MCOM - 11218938 - Nota Técnica.pdf
Oficio_11218940.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Localidade: **Varginha/MG**

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 25E

Edital de Seleção Pública nº 94/2015, de 21/12/2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 22/12/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 10830/2022): (60 dias, contados de 12/05/2022)

Data do protocolo desta proposta: 21/06/2022

Requerimento tempestivo? ☒ Sim ☐ Não

Localidade em faixa de fronteira? ☐ Sim ☒ Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ Sim ☒ Não

Entidade concorre como filial? ☐ Sim ☒ Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES (ref. petição SEI 10071278)
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p><i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;</i></p> <p><i>(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios</i></p> <p><i>os, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº</i></p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

6
Atualização SEI
(10614958)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53bedd9fd4193>

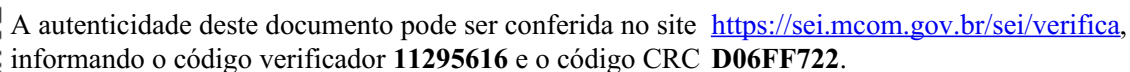
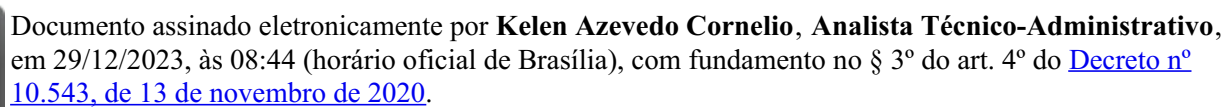
autenticidade da assinatura:camara.leg.br/23b85d31-e213-49b3-b07e-53edcd9fd4193

3-5
Atualização (11293022) 3

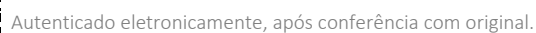
23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

<p>a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>	<p>SÉRGIO 11-17 99296551668 KATIA 20 50822292653 EDSON 18 81982828749 EDUARDO 19 05396664673 FABIO 22 85076147600 LUIZ 23 28016653634</p> <p>·</p> <p>Atualizar novas nomeações Atualização (11293022) 7- 11</p> <p>·</p> <p>Presidente Gustavo Medicino de Oliveira 04309109675</p> <p>·</p> <p>dir executiva p12 Renata Maria Renaut do Santos 33959722753</p> <p>·</p> <p>dir conteúdo p19-20 Luciano Correia Gonçalves 03526788600</p> <p>·</p> <p>Dir políticas p15 Edson Siquara de Souza 81982828749</p> <p>·</p> <p>dir planejamento p13-14 Eduardo Cesar Silva Gomes 05396664673</p> <p>·</p> <p>Dir captação p16 Joana Maria Teixeira Coelho Moreira 04360807619</p>
<p>PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA</p>	
<p>a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 e está em conformidade com art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63?</p>	<p>Atualização SEI (11218932)</p>





SEI n° 11295616



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 23161/2023/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86.**

Assunto: **Formalização de Portaria. Exigência Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de formalização de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. Com a publicação do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13), o procedimento se encontra em fase de formalização de Portaria.

3. Em razão das diligências apontadas pela Consultoria Jurídica em processos análogos, recomendando constante atualização das certidões/dados, restou verificado que há documentos que precisam ser atualizados pela entidade. Assim, é preciso cientificar a proponente da necessidade de juntada da seguinte documentação:

a) considerando o disposto no item 7 da Nota Técnica nº 12129/2023 (SEI nº 11218930, p. 8), com o advento da [Lei Estadual nº 22.294/2016](#), a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade integrante da administração indireta do Governo de Minas Gerais foi extinta considerando que os efeitos jurídicos só serão produzidos a partir da transferência da concessão da estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativos, para a Empresa Mineira de Comunicação – EMC, entidade também integrante da administração indireta do Estado, conforme entendimento da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, definido na Nota Jurídica AGE/MG nº 4.957/2017 e descrito no item 9 do Ofício TVMINAS/GT nº 49/2022; considerando que a Fundação TV Minas Cultural e Educativa continua ativa e se entendeu que o presente pleito poderá ter continuidade para a emissão da outorga para o Governo de Minas Gerais (Fundação TV Minas Cultural e Educativa); cumpre solicitar manifestação da entidade sobre os pleitos feitos pelo extinto DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS (DETEL) para seleções de outorga referentes aos Editais nº 94/2015, nº 88/2016 e nº 166/2016, no sentido de **responder expressamente o seguinte questionamento: há interesse do GOVERNO DE MINAS**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:35596606 (12/06/2023)

SEI539000001462206366 ppg1222

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

GERAIS no prosseguimento de sua participação (iniciada pelo DETEL) nesses certames, de modo que as próximas notificações sejam feitas e direcionadas para o órgão da adm. direta ou a entidade da adm. indireta vinculada indicada e que possua competência definida para execução dos serviços de radiodifusão em nome Governo do Estado?

4. Informe-se que a Fundação respondeu corretamente e tempestivamente, em 29/12/2023, ao solicitado na Nota Técnica nº 20518/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218938), por meio do protocolo nº 53115.034551/2023-41, conforme Checklist (SEI nº 11295616). No entanto, **cumpra que a entidade responda a pergunta acima no que concerne a todas as localidades enunciadas**, pois a entidade só se referiu à localidade de Varginha/MG na resposta do protocolo nº 53115.034551/2023-41. Faz-se necessário registrar se houve então desistência expressa do Governo de Minas em relação às outras seleções.

5. Por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), que também rege o certame, a não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na transmissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais. Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3.399/2018, publicada em 09 de julho de 2018), as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos que seja encaminhada à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 3), contados da data do seu recebimento, **sob pena de indeferimento do pleito.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 29/12/2023, às 10:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/12/2023, às 10:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11295664** e o código CRC **DA8D386A**.

Minutas e Anexos

Não possui.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11295664



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Documentos e Anexos (11295664) - SEI 53900.007440/2016-86 ppg1223

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 38198/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (GOVERNO DE MINAS GERAIS)
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.007440/2016-86. Varginha/MG (FME).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA nº 23161/2023/SEI-MCOM** (SEI nº 11295664), que trata de **pendências** encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente documentação, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
4. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais.
5. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 29/12/2023, às 10:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11295665** e o código CRC **40F46FAF**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11295665



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31ce213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:32561122(386p/42) SEI 53900.007440/2016-86 125

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Data de Envio:

05/01/2024 08:12:23

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11295665.html

Nota_Tecnica_11295664.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **GCEMIFPMPL**

Documento/Certidão nº **25.525.846** Exercício: **2024**

Emissão em: **15/01/2024**

Requerimento em: **11:41:18**

Validade: **14/02/2024**

Nome: **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**

CNPJ: **21.229.281.0001.29**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://cnd.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml>

<http://www.camara.gov.br/legis/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Canais de Radiodifusão

TodosDownload Canais

19 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtros																	
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFolha	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria de Estação	Latit
		212292810001				(Todos)											
Ver Estações	TV-C3 (Aguardando Ato de RF)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50004057928	P	Comercial	RTV	800	MG	Campo Belo		5		79	C	Principal	20° 54'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50404873472	P	Educativo	GTVO	247	MG	Belo Horizonte		17		491	E	Principal	19° 58'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50442779272	P	Comercial	RTVO	801	MG	Campo Belo		14		473	C	Principal	20° 54'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445744499	P	Comercial	RTVO	801	MG	Conceição do Mato Dentro		51		695	B	Principal	19° 02'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441116949	P	Comercial	RTVO	801	MG	Pouso Alto		17		491	C	Principal	22° 12'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441080499	P	Comercial	RTVO	801	MG	Anaés		17		491	C	Principal	21° 21'
Ver Estações	TV-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445557149	P	Comercial	RTVO	801	MG	Caldas		17		491	C	Principal	21° 50'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441116787	P	Comercial	RTVO	801	MG	Maria da Fé		17		491	C	Principal	22° 17'
Ver Estações	TV-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50443557820	P	Comercial	RTVO	801	MG	Carmo da Mata		19		503	B		20° 34'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445552454	P	Educativo	RTVO	801	MG	Verginha		17		491	A	Principal	21° 33'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445552292	P	Educativo	RTVO	801	MG	Conceição da Barra de Minas		17		491	C		21° 07'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445534200	P	Comercial	RTVO	801	MG	Santa Hipólito		17		491	C		18° 17'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445534120	P	Comercial	RTVO	801	MG	São Bento Abade		17		491	B		21° 35'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445534804	P	Comercial	RTVO	801	MG	São Francisco do Glória		17		491	B		20° 47'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445535282	P	Comercial	RTVO	801	MG	São João de Alegria		17		491	C		22° 19'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445535444	P	Comercial	RTVO	801	MG	São Sebastião do Rio Preto		17		491	C		19° 17'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445546489	P	Educativo	RTVO	801	MG	Sardópolis		17		491	B		18° 40'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445552795	P	Educativo	RTVO	801	MG	Senador Modestino Gonçalves		17		491	B		17° 50'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445552616	P	Educativo	RTVO	801	MG	Serra Leopoldina de Minas		17		491	C	Principal	15° 48'



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

is.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Imprimir



Inscrição: 21.229.281/0001-29
Razão Social: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
Endereço: AV N OSSA SENHORA DO CARMOS 931 / SION / BELO HORIZONTE / MG / 30310-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:03/01/2024 a 01/02/2024

Certificação Número: 2024010318492319626341

Informação obtida em 15/01/2024 11:12:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

FUNDACAO TV MINAS C. E EDUCATIVA - CNPJ: 21.229.281/0001-29

AVISO

SEM DÉBITOS PENDENTES ATÉ A PRESENTE DATA.

COMPROVAÇÃO JUNTO A

Ministério das Comunicações

FINALIDADE

Outorga de Serviço de Radiodifusão

C E R T I F I C A, que consta nos Cadastros desta Municipalidade, que o contribuinte acima informado, NADA DEVE com referência a Impostos e taxas.

A presente certidão é válida por um prazo de 60 (sessenta) dias após sua emissão. Fica Ressalvado o direito da Prefeitura do Município de Varginha exigir a qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados.

QUALQUER EMENDA, OU RASURA TORNARÁ NULO O PRESENTE DOCUMENTO.

Varginha (MG), Segunda-feira, 15 de Janeiro de 2024

A veracidade desta certidão está condicionada à verificação de sua cópia original na Internet, no endereço:

<http://www.varginha.mg.gov.br>

Número de controle: CW5VYWCURQI8AAL1





Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	043.608.076-19

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 15/01/2024

Hora: 12:43:01



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo da Ata da Reunião do Conselho (01912327) - SEI 01500506-40/2006-06-06-131

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	053.966.646-73

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 15/01/2024

Hora: 12:42:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 03 - Ata da Reunião de 09/01/2024 (p. 132) - SEI 01500506-40/2006-06-06-132

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	819.828.287-49

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 15/01/2024

Hora: 12:42:21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 03 - Ata da Reunião de 06/01/2024 (p. 133) - SEI 01500506-40/2006-06-06-133

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	035.267.886-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 15/01/2024

Hora: 12:42:06



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo da Ata da Reunião do Conselho (01912327) - SEI 01500506-40/2006066-06/134 134

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	339.597.227-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 15/01/2024

Hora: 12:41:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 03 - Ata da Reunião de 09/02/2024 - SEI 01500506-00024006866-06 / 135 135

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	043.091.096-75

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio

Data: 15/01/2024

Hora: 12:41:27



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 21.229.281/0001-29											
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AMAURE MARIA CONCEIÇÃO KLAUSING	278.545.666-15	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
EDSON SIQUARA DE SOUZA	819.828.287-49	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
IVAN ALVES SOARES	275.036.406-00	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR DE POLÍTICAS DE TELECOMUNICAÇÕES)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
JOICE AMARAL PACHECO	917.311.516-91	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
MARISA GUIMARÃES LEITE	462.834.126-53	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETORA ARTÍSTICA)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
RONAN SCORALICK ABDO	468.864.606-25	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR EXECUTIVO)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
SERGIO RODRIGO REIS	992.965.516-68	FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MG	Belo Horizonte
		FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	21.229.281/0001-29	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MG	Belo Horizonte



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Anexo da Ata da Reunião de Conselho de Administração - 2006-06-137

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:40:35 do dia 15/01/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/02/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Atividade de Educação (0192/827) - Lei 313/2006-20/2006-06-140 140

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Localidade: **Varginha/MG**

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 25E

Edital de Seleção Pública nº 94/2015, de 21/12/2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 22/12/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 10830/2022): (60 dias, contados de 12/05/2022)

Data do protocolo desta proposta: 21/06/2022

Requerimento tempestivo? ☒ Sim ☐ Não

Localidade em faixa de fronteira? ☐ Sim ☒ Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ Sim ☒ Não

Entidade concorre como filial? ☐ Sim ☒ Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES (ref. petição SEI 10071278)
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p><i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;</i></p> <p><i>(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios</i></p> <p><i>os, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº</i></p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

6
Atualização SEI
(10614958)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53bedd9fd4193>

autenticidade da assinatura: camara.leg.br/23b85d31-e213-49b3-b07e-53edcd9fd4193

3-5
Atualização (11293022) 3

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	28 Atualização SEI (11218932) Atualização (11293022) 16/06/24
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	29 Atualização SEI (11218932) 14/02/24
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	30 Atualização SEI (11218932) (11315827) 14/02/24
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	31 Atualização SEI (11218932) 14/05/24
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.	Não se aplica
<u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u>	
a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e	32-37
b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	38-64 LC > 1 LG > 1 SG > 1
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadegassinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, Analista Técnico-Administrativo, em 15/01/2024, às 13:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11315686** e o código CRC **369D4862**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

SEI nº 11315686



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Id solicitação: 62befe937e7c6

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	
Nome Fantasia: REDE MINAS DE TELEVISÃO	
Telefone: (31) 32899000	E-mail: presidencia@redeminas.mg.gov.br
CNPJ: 21.229.281/0001-29	Número do Fistel: 50445652454
Tipo Usuário: Adm Indireta Estadual	Tipo Taxa: 50% (órgãos do governo)
Data do contrato:	Serviço: 801 - Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/06/2043	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Tenente Brito Melo	Complemento: Centro de Cultura Presidente Itamar Franco	
Bairro: Barro Preto	Numero: 1090	
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30180074

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Major Venâncio	Complemento: Edifício Sílvia Massa	
Bairro: Centro	Numero: 29	
Município: Varginha	UF: MG	CEP: 37002501

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Varginha		UF: MG	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 17	Frequência: 491 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 1.7046kW
HCI: 40 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1015569606	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento: 30/12/2023	Número da Licença: 53500.108816/2023-19



24/16:02:44 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://anatelebrasil.com.br/autenticacao/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/204608201698647pg. 147

Informações da Geradora	
CNPJ: 21.229.281/0001-29	Nome Entidade: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 21° 33' 32.00" S	Longitude: 45° 26' 26.02" W	Cota da base: 954.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 029691300528	Modelo: TE7060-1,4K-330D
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 0.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA-A0	Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS		
Comprimento da Linha: 25 m	Atenuação: 2.58 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFSLC-H-4-360-17-B-L	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 8.69 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 170 °	Polarização: Horizontal	HCI: 50 m	ERP Máxima: 1.7 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.34	5°: 2.4	10°: 2.48	15°: 2.57	20°: 2.66	25°: 2.77	30°: 2.88	35°: 2.97	40°: 3.06	45°: 3.12	50°: 3.15	55°: 3.16
60°: 3.12	65°: 3.06	70°: 2.96	75°: 2.83	80°: 2.66	85°: 2.48	90°: 2.27	95°: 2.05	100°: 1.83	105°: 1.6	110°: 1.38	115°: 1.17
120°: 0.97	125°: 0.79	130°: 0.63	135°: 0.48	140°: 0.35	145°: 0.25	150°: 0.16	155°: 0.09	160°: 0.03	165°: 0.01	170°: 0	175°: 0.01
180°: 0.04	185°: 0.1	190°: 0.17	195°: 0.26	200°: 0.36	205°: 0.5	210°: 0.65	215°: 0.81	220°: 0.99	225°: 1.2	230°: 1.41	235°: 1.63
240°: 1.85	245°: 2.08	250°: 2.29	255°: 2.5	260°: 2.69	265°: 2.84	270°: 2.96	275°: 3.06	280°: 3.12	285°: 3.15	290°: 3.14	295°: 3.1
300°: 3.04	305°: 2.95	310°: 2.85	315°: 2.75	320°: 2.65	325°: 2.55	330°: 2.45	335°: 2.38	340°: 2.33	345°: 2.29	350°: 2.29	355°: 2.3

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21° 1'33.51" S Lon 45° 26' 26.02" W	5°: Lat 21° 23'6.01" S Lon 45° 25'27.2" W	10°: Lat 21° 22'45.13" S Lon 45° 24'23.53" W	15°: Lat 21° 21'25'1.21" S Lon 45° 23'59" W	20°: Lat 21° 25'37.36" S Lon 45° 23'20.44" W	25°: Lat 21° 24'54.02" S Lon 45° 22'6.59" W	30°: Lat 21° 25'8.8" S Lon 45° 21'13.99" W	35°: Lat 21° 25'28.23" S Lon 45° 20'22.21" W	40°: Lat 21° 26'10.47" S Lon 45° 19'48.11" W	45°: Lat 21° 26'41.04" S Lon 45° 19'45.19" W	50°: Lat 21° 29'20.42" S Lon 45° 19'45.21" W	55°: Lat 21° 31'3.71" S Lon 45° 22'38.43" W
60°: Lat 21° 31'22.72" S Lon 45° 22'25.4" W	65°: Lat 21° 31'42.72" S Lon 45° 22'14.2" W	70°: Lat 21° 32'32'1.92" S Lon 45° 22'0.12" W	75°: Lat 21° 32'23.82" S Lon 45° 21'52.69" W	80°: Lat 21° 32'46.23" S Lon 45° 21'47.33" W	85°: Lat 21° 33'31.94" S Lon 45° 21'39.02" W	90°: Lat 21° 33'31.94" S Lon 45° 21'37.91" W	95°: Lat 21° 34'4.73" S Lon 45° 19'42.14" W	100°: Lat 21° 35'12.57" S Lon 45° 16'10.73" W	105°: Lat 21° 36'25.29" S Lon 45° 14'48.83" W	110°: Lat 21° 37'30.84" S Lon 45° 14'38.91" W	115°: Lat 21° 39'27.21" S Lon 45° 12'45.14" W
120°: Lat 21° 40'32.39" S Lon 45° 13'21.53" W	125°: Lat 21° 41'53.39" S Lon 45° 13'45.13" W	130°: Lat 21° 43'48.79" S Lon 45° 13'14.06" W	135°: Lat 21° 45'37.52" S Lon 45° 13'24.29" W	140°: Lat 21° 47'25.3" S Lon 45° 13'52.57" W	145°: Lat 21° 47'5.56" S Lon 45° 16'12.31" W	150°: Lat 21° 48'20.94" S Lon 45° 17'13.08" W	155°: Lat 21° 48'45.19" S Lon 45° 18'47.26" W	160°: Lat 21° 49'41.17" S Lon 45° 20'5.98" W	165°: Lat 21° 50'12.87" S Lon 45° 13'37.09" W	170°: Lat 21° 49'55.11" S Lon 45° 13'19.27" W	175°: Lat 21° 50'6.5" S Lon 45° 4'52.28" W
180°: Lat 21° 50'29.27" S Lon 45° 6'26.02" W	185°: Lat 21° 50'53.74" S Lon 45° 4'28.42" W	190°: Lat 21° 50'46.48" S Lon 45° 9'42.54" W	195°: Lat 21° 50'17.44" S Lon 45° 11'16.27" W	200°: Lat 21° 21'49'9.99" S Lon 45° 45'32'33.8" W	205°: Lat 21° 48'23.71" S Lon 45° 3'53.95" W	210°: Lat 21° 45'53.16" S Lon 45° 45'34'6.88" W	215°: Lat 21° 45'55.69" S Lon 45° 5'46.92" W	220°: Lat 21° 45'18.28" S Lon 45° 45'37'4.4" W	225°: Lat 21° 44'37.24" S Lon 45° 8'22.67" W	230°: Lat 21° 21'44'4.01" S Lon 45° 39'57.55" W	235°: Lat 21° 42'39.54" S Lon 45° 0'28.58" W
240°: Lat 21° 41'26.79" S Lon 45° 1'12.25" W	245°: Lat 21° 40'25.13" S Lon 45° 2'21.11" W	250°: Lat 21° 21'39'12.6" S Lon 45° 43'15.34" W	255°: Lat 21° 37'45.83" S Lon 45° 3'28.56" W	260°: Lat 21° 36'29.32" S Lon 45° 45'44'33.6" W	265°: Lat 21° 34'57.66" S Lon 45° 4'10.42" W	270°: Lat 21° 33'31.02" S Lon 45° 4'34.71" W	275°: Lat 21° 21'32'5.32" S Lon 45° 43'59.91" W	280°: Lat 21° 30'40.22" S Lon 45° 3'47.69" W	285°: Lat 21° 21'29'9.03" S Lon 45° 43'57.08" W	290°: Lat 21° 27'38.31" S Lon 45° 3'47.51" W	295°: Lat 21° 21'26'7.19" S Lon 45° 27'36.36" W
300°: Lat 21° 21'24'43.6" S Lon 45° 42'47.6" W	305°: Lat 21° 23'58.77" S Lon 45° 41'4.33" W	310°: Lat 21° 23'5.02" S Lon 45° 39'47.79" W	315°: Lat 21° 22'9.13" S Lon 45° 38'38.82" W	320°: Lat 21° 20'50.51" S Lon 45° 45'37'51.7" W	325°: Lat 21° 21'20'1.71" S Lon 45° 45'36'34.9" W	330°: Lat 21° 19'23.65" S Lon 45° 5'11.66" W	335°: Lat 21° 19'48.76" S Lon 45° 3'18.06" W	340°: Lat 21° 20'25.35" S Lon 45° 1'33.38" W	345°: Lat 21° 21'21'7.57" S Lon 45° 45'30'0.18" W	350°: Lat 21° 21'49.08" S Lon 45° 28'39.1" W	355°: Lat 21° 21'3.17" S Lon 45° 27'36.36" W

Distância por radial											
0°: 22.19	5°: 19.41	10°: 20.29	15°: 16.33	20°: 15.6	25°: 17.65	30°: 17.94	35°: 18.24	40°: 17.8	45°: 17.94	50°: 12.08	55°: 7.98
60°: 7.98	65°: 7.98	70°: 8.13	75°: 8.13	80°: 8.13	85°: 8.28	90°: 8.28	95°: 11.65	100°: 17.94	105°: 20.73	110°: 21.61	115°: 26
120°: 26	125°: 27.03	130°: 29.66	135°: 31.71	140°: 33.62	145°: 30.69	150°: 31.71	155°: 31.13	160°: 31.86	165°: 32.01	170°: 30.83	175°: 30.83



24.16.02.44

https://anatel.gov.br/verificacao-assinatura-camara-legis/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Anexo D - Dados da Antena - 02b8a1f1601423664231-5333ab-055666b2046082016g8648pg. 148

180°: 31.42	185°: 32.3	190°: 32.45	195°: 32.15	200°: 30.83	205°: 30.4	210°: 26.44	215°: 28.05	220°: 28.49	225°: 29.08	230°: 30.4	235°: 29.52
240°: 29.37	245°: 30.25	250°: 30.83	255°: 30.4	260°: 31.71	265°: 30.69	270°: 31.27	275°: 30.4	280°: 30.4	285°: 31.27	290°: 31.86	295°: 32.45
300°: 32.59	305°: 30.83	310°: 30.1	315°: 29.81	320°: 30.69	325°: 30.54	330°: 30.25	335°: 28.05	340°: 25.85	345°: 23.8	350°: 22.05	355°: 23.22

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.7 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53115006616202287	9640	Portaria	MC	31/05/2023	19/06/2023	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		02/10/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	



MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

* MINUTA DE DOCUMENTO

DECRETO DE DE DE .

Outorga concessão
a o GOVERNO DE
MINAS GERAIS
(FUNDAÇÃO TV
MINAS CULTURAL E
EDUCATIVA), para
executar o serviço de
radiodifusão de sons e
imagens, com fins
exclusivamente
educativos, na localidade
de Varginha, Estado de
Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição; art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; e art. 6º, § 1º, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo Administrativo nº 53900.056089/2015-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária serão objeto do contrato de concessão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 202_.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53900.007440/2016-86, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, cujo objeto foi adjudicado a o GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA) , CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 22 de dezembro de 2015, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº __/202_/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no §3º do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/03/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11366685** e o código CRC **C799DDEC**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11366685



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Minuta de Exposição de Motivos (PBB nº 12/2005) SEI 53900.007440/2016-86 153

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA DE PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar: Processo para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.
2. Objetivos que se pretende alcançar: Necessidade de encaminhamento do Decreto Presidencial de outorga da concessão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §2º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.
3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo: GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29
4. Estratégia e prazo para implementação: Não há.
5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas: a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias . Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.
6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição: Não há.
7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência): Não se aplica.
8. Síntese do Parecer Jurídico: Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2012086-86g.pdf> 154

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/03/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11366686** e o código CRC **D2C78668**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11366686



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-legis/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2016-86/pg.155155>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 2268/2024/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. Conforme toda a narrativa já detalhada na consolidação da Nota Técnica nº 393/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218930) e na Nota Técnica nº 12129/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218930, p.7), houve publicação de Edital de Resultado, sagrando-se vencedor o GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA) - Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

3. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (Checklist SEI nº 11315686). Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, visto que a sua protocolização ocorrera no prazo estabelecido do Edital nº 04/2022, publicado em 02 de fevereiro de 2022.

4. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, §§ 1º e 2º, em conformidade com os §§ 1º e 2º do artigo 13 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020. Destaque-se que, por se tratar de entidade pública, as exigências contidas na norma são distintas em relação às das entidades privadas.

5. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 bem como



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193-2024-09-26-16:56:56

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

encontra consonância com o disposto no anexo próprio da Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), e pelo exigido no correspondente Edital de Seleção Pública.

6. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, sendo que as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do *caput* - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10071278, págs. 38-64). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11315686).

7. Colacionou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos SEI nº 11315686.

8. Então, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira e fiscal, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 em conjunto com o disposto na Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023).

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15/01/2024 (SEI nº 11315827).

10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. **Ressalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVD (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):**

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e ([Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018](#))

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. ([Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020](#))

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. ([Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020](#))

§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. ([Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020](#))

No entanto, de acordo com o art. 504. da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.assinturamare.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

"o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que **a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.**

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U, conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684.

13. **Destaque-se ainda que, conforme expresso no Ofício TVMINAS/RTV nº 1/2024, datado de 05/01/2024 (Requerimento SEI nº 11314081, p.2), em resposta a questionamento feito pela área, o GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA) informou só ter interesse na presente outorga, restando assim configurada a desistência expressa da entidade na sua participação em todas as demais seleções de outorga referentes aos editais nº 94/2015, nº 88/2016 e nº 166/2016.**

14. Por fim, atendendo ao disposto na legislação vigente, após a adjudicação do objeto ao vencedor do procedimento seletivo, o Ministério das Comunicações publicará ato do qual constarão, dentre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - o serviço a ser prestado; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - a área da prestação do serviço; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (agora MCOM) portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

15. Importante mencionar que com a entrada em vigor no dia 1º de setembro de 2020 do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão, retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação de Portaria (no caso de permissões) ou de Decreto Presidencial (no caso de concessões), quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exime a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato.

16. Assim, preenchidos todos os requisitos, entende-se possível a remessa dos autos à Consultoria Jurídica - Conjur para verificação da regularidade dos atos a serem submetidos à Presidência Pública, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de outorga das concessões de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:31222200 (13/08/2024) - 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193-61866pgd.558

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

serviços de radiodifusão em sons e imagens, nos termos do §1º do art. 6º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

CONCLUSÃO

1 7 . Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Decreto Presidencial e Exposição de Motivos com Parecer de Mérito (links das Minutas anexos), para que:

- a) se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- c) após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 09/02/2024, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2024, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11366687** e o código CRC **16D82FFE**.

Minutas e Anexos

- Checklist SEI nº 11315686.
- Minuta de Decreto SEI nº 11366684.
- Minuta de Exposição de Motivos SEI nº 11366685.
- Minuta de Parecer de Mérito SEI nº 11366686.



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)

Assunto: Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 2268 (11366687), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal opina pelo encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Decreto Presidencial (11366684) e Exposição de Motivos (11366685) com Parecer de Mérito (11366686), para que se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e, em seguida, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 05/03/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11357287** e o código CRC **40C47220**.

Minutas e Anexos

Minuta de Decreto Presidencial (11366684)

Minuta de Exposição de Motivos (11366685)

Minuta de Parecer de Mérito (11366686)

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11357287



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Despacho 0211-0000 (15/03/2024) - SEI 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193-11357287-40C47220.pdf 6060

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 47862/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (11366687)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (11366687), a qual trata de fase de publicação de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 12/03/2024, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11406533** e o código CRC **FA1A3C7C**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11406533



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Documento nº 11406533

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193 ppg1661

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00360/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (SEI - 00738.000083/2024-06), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 15 de março de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1440345580 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-03-2024 15:08. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://inteligencia-autenticidade-assinatura/agu.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193> Cota n. 00360/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1440345580) / pg. 162

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53900.007440/2016-86**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para conhecimento da Cota nº 00360/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11425276), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 18/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11426562** e o código CRC **8552E78F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11426562



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000083/2024-06. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 47635/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio da **COTA n.º 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11378839**):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, é necessário consultar à SECOE sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos** permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocuSign Envelope ID: 23B85D31-E213-49B8-B07E-53EDD9FD4193



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da AGU foquem em questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratam da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, **com fins exclusivamente educativos**, pode ser enquadrada nos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora **com fins exclusivamente educativos**, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos (SEI - **11388447**):

(...)

2. Em atenção ao solicitado pela d. Consultoria Jurídica por meio da Cota nº 00195/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que atualmente existem 567 processos de renovação de outorga de radiodifusão educativa em trâmite nesta Secretaria, sendo 463 referentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) e 104 referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV).

3. Deste modo, considerando o quantitativo de processos de renovação de outorgas de rádio e tv em caráter educativo em trâmite nessa Pasta, entende-se que a expedição de Parecer Referencial contribuirá para o melhor andamento das atividades no setor.

4. Por fim, esta Secretaria permanece à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos e/ou questionamentos adicionais.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora com fins exclusivamente educativos**. Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial) ou comunitária.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** com fins exclusivamente educativos, aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassimatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocuSign Envelope ID: 23B85D31-E213-49B8-B07E-53EDD9FD4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, que é superior a quatrocentos e sessenta processos (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), além dos pedidos administrativos posteriores que poderão apresentados sobre o mesmo assunto, tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve tar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.

20. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

21. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

22. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

23. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação pela Lei nº 14.812, de 2024).


24. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

25. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

26. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR; art. 152 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 02 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2023).

27. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

28. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de  rga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

-autenticidad de la firma: camara-legal/23b85d31-e213-49b3-b07e-53eed9fd4193

29. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

30. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

31. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

32. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

33. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

34. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

35. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Apenas podem prestar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: i) estados, Distrito Federal e municípios; ii) instituições de educação superior (IES), credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas (universidades, centros universitários e faculdades); iii) fundações de direito privado.



público e de direito privado (vide art. 136, incisos I, II e III, § 1º, incisos I, II e III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso; iii) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; iv) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação; v) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, se for caso (sociedade empresária); vi) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; vii) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; viii) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; ix) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e x) declaração de que: a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCOM, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada; a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga; a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado; nenhum dos sócios ou dirigentes da mantenedora ou da mantida participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; nenhum dos dirigentes da mantenedora ou da mantida está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; nenhum dos dirigentes e sócios da mantenedora ou da mantida foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos previstos nos art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 da Lei; pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante da mantenedora pertence direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos; a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos (vide art. 113 do RSR ANEXO XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

38. É oportuno destacar que eventual existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica, constituída sob a forma de sociedade empresária, não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão **não** requer a comprovação do pagamento do valor do preço público da outorga, visto que se trata de outorga não onerosa, não sendo aplicável, portanto, o art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar o limite de vinte outorgas de serviço de radiodifusão sonora. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, **caput**, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da **sociedade empresária** detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da entidade detentora da outorga e a atuação para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT.
iii) A gestão editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, com redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR e nos ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.	Art. 113, XI, do RSR, e ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
ix) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso	ANEXOS XIII a XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
x) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
xi) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xii) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando for o caso de sociedade empresária	Art. 113, inciso IV, do RSR.
Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.deputados/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Doc: 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193 - 20240604 16:38:00 - 7070

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

xiv) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xv) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xvi) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xvii) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.
xix) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, quando for o caso.	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023
xx) documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, quando for o caso	ANEXO XV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023

48. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR). **Além disso, as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga.**

49. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

50. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar outra entidade que presta o serviço de radiodifusão, quando for a hipótese de **sociedade empresarial**, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Doc: 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193 (42/603/2) - 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos **[em frequência modulada/ondas médias]**, no município de **[identificação do município]**, estado de **[identificação do Estado]**.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos; vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) e registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1429587038 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 16:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00375/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000083/2024-06

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio educativa. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 8 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000083202406 e da chave de acesso 50ebec01



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432822668 e chave de acesso 50ebec01 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2024 17:21. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 4995/2024/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Devolução à Consultoria Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. A Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11366687) de formalização da outorga foi encaminhada à Conjur, que retornou o processo com a seguinte manifestação (Cota nº 00360/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SEI nº 11425276):

1. Por meio do PARECER REFERENCIAL n. 00004/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI - 00738.000083/2024-06), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos.
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.

3. Como o citado Parecer MJR 4/2024 se refere a outra área, a de renovação (COPEC), a presente área, COREC, não teve acesso direto a este documento da Conjur, sendo necessário se obter uma cópia (ANEXO MJR Cópia - SEI nº 11427839).

4. Ao se analisar o MJR, foi constatado que **não se aplica ao presente processo**, que não se trata de renovação, pois, conforme item 19 do referido Parecer, "é imperioso afirmar que esta MJR aplica-se **exclusivamente à análise de processos administrativos de renovação de outorga** para prestação do serviço de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos".



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:33333333 (14/03/2024) - 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193-61886p.pdf.7575

CONCLUSÃO

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

5. Diante do exposto, reiteramos as informações da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11366687), e sugerimos a devolução dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Decreto Presidencial e Exposição de Motivos com Parecer de Mérito (links das Minutas anexos), para que:

- a) se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- c) após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 18/03/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/03/2024, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 19/03/2024, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11427842** e o código CRC **8AD7EBF5**.

Minutas e Anexos

Checklist SEI nº 11315686.

Minuta de Decreto SEI nº 11366684.

Minuta de Exposição de Motivos SEI nº 11366685.

Minuta de Parecer de Mérito SEI nº 11366686.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11427842



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)

Assunto: Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Devolução à Consultoria Jurídica.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 4995 (11427842), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal sugere a devolução dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Decreto Presidencial (11366684) e Exposição de Motivos (11366685) com Parecer de Mérito (11366686), para que se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e, após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 08/04/2024, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11432630** e o código CRC **8088E2A1**.

Minutas e Anexos

Minuta de Decreto Presidencial (11366684)

Minuta de Exposição de Motivos (11366685)

Minuta de Parecer de Mérito (11366686)

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11432630



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Despacho 0211-0100 (11432630) - 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193-11432630.pdf.777

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49228/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 4995/2024/SEI-MCOM (11427842)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº4995/2024/SEI-MCOM (11427842), a qual trata de fase de publicação de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/04/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11464711** e o código CRC **BE5D707A**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2072-6119/6915

PARECER n. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão de sons e imagens. TV educativa. Decreto de outorga.

EMENTA: RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. SELEÇÃO PÚBLICA. DECRETO DE OUTORGA. POSSIBILIDADE.

I – A outorga de radiodifusão com fins exclusivamente educativos não exige prévia licitação. Mas requer a realização de processo de seleção na forma da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

II – Após a homologação do procedimento de seleção, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional para posterior celebração do contrato de concessão.

III – Pela ausência de óbices jurídicos à edição do Decreto de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de seleção pública para outorga de **serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos**, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal **25E**, que foi objeto do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015.

2. Por meio do Ofício interno nº 49228/2024/MCOM (SEI-11464711), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE solicitou análise e manifestação desta Consultoria Jurídica a respeito da **publicação de Decreto de outorga** em favor da **Fundação TV Minas Cultural e Educativa**, inscrita no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**.

3. O processo de seleção (NUP: 53900.056089/2015-76) foi homologado por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, que divulgou o resultado do certame e adjudicou o respectivo objeto à referida entidade vencedora.

4. Por meio do Checklist (SEI-11315686) foi realizada a análise documental dos requisitos necessários para o deferimento da outorga. Na Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687), a SECOE concluiu que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento da outorga em favor da entidade declarada como vencedora do certame.

5. A localidade em que será prestado o serviço não está localizada em faixa de fronteira.

6. Constam do processo minutas de Decreto Presidencial (SEI-11366684) e de Exposição de Motivos (SEI-11366685) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

7. É o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

9. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

o Dos requisitos para a formalização da outorga de TV educativa

10. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da Constituição, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193 / 131593550-007440-2016-86 / pg. 179

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

11. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). O § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

12. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

13. A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à “divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” sem caráter comercial ou finalidade lucrativa, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda e o patrocínio dos programas transmitidos (art. 13 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e arts. 123 e 124 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Portanto, as TVs educativas devem destinar integralmente seu tempo à emissão de programas educativo-culturais (art. 124, § 1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

14. Só podem executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: (i) a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; (ii) as instituições de educação superior credenciadas pelo Ministério da Educação; e (iii) as fundações de direito público ou privado (art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Para obter a outorga, as universidades e fundações devem comprovar que possuem recursos próprios para o empreendimento (art. 14, § 1º, do Decreto-lei nº 236, de 1967). Com exceção das pessoas de direito público, as demais entidades interessadas devem possuir, entre as finalidades institucionais previstas nos respectivos atos constitutivos ou estatuto, a de executar serviços de radiodifusão (art. 136, § 3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

15. No caso de fundações privadas que não sejam elas próprias instituições de educação superior (IES), é necessário que mantenham algum tipo de vínculo jurídico com uma IES credenciada pelo Ministério da Educação com sede ou campus localizado no Estado (ou Distrito Federal) em que o serviço será executado e que garanta suporte pedagógico e técnico para a produção de programas educacionais (art. 138, §§ 4º a 6º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Embora a norma mencione o termo “convênio”, qualquer instrumento jurídico, independentemente de sua denominação, que contemple as informações e cláusulas exigidas pelo § 5º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, poderá ser admitido para esse fim.

16. Não é exigida licitação para a outorga do serviço de radiodifusão educativa (art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236 e art. 13, § 1º, do RSR). Porém, o art. 133 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exige que as outorgas de concessão ou permissão de radiodifusão educativa sejam precedidas de procedimento de seleção.

17. O Ministério das Comunicações deve dar publicidade ao procedimento de seleção pública por meio da publicação de extrato do respectivo edital, cujo inteiro teor deve ser divulgado no sítio eletrônico desta Pasta na Internet (art. 135 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

18. As entidades interessadas em participar da seleção devem apresentar requerimento de outorga juntamente com todos os documentos necessários para a sua habilitação no prazo estipulado no edital (art. 138 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). No caso de instituição de educação superior que esteja sob a condição de "mantida", o requerimento deve ser apresentado em conjunto com sua mantenedora (art. 137 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). A documentação que deve ser apresentada, conforme a natureza da pessoa jurídica interessada, está descrita nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

19. Encerrada a fase de inscrição, o Ministério das Comunicações deve proceder a classificação das interessadas conforme a ordem de preferência estabelecida no art. 140 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023. Em seguida, o Ministério das Comunicações deve verificar se a entidade classificada em primeiro lugar preenche todos os requisitos para habilitação (art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Deverá ser inabilitada a entidade que: (i) deixe de apresentar a documentação exigida ou a apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as regras do edital; (ii) deixe de cumprir outras exigências do edital; (iii) possua outorga de radiodifusão para o mesmo tipo de serviço na mesma localidade; (iv) promova a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou (v) exceda ou venha a exceder os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967 (art. 143 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Em caso de inabilitação, o Ministério das Comunicações deve examinar a documentação das demais entidades conforme a ordem de classificação (art. 144 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

20. Após encerrada a fase de recursos, o Secretário de Comunicação Social Eletrônica deve homologar o resultado definitivo da seleção em ato que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, em que constará a decisão a eventuais recursos que tenham sido apresentados (art. 147 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

21. Caso se trate de localidade em faixa de fronteira, o Ministério das Comunicações deve solicitar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), conforme previsto na Lei nº 6.634, de 1979, e no Decreto nº 85.064, de 1980 (art. 148 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

22. Concluído o processo de seleção, compete ao Presidente da República editar o Decreto de outorga^[1] do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos (art. 6º, § 1º, do RSR) para que seja submetida à deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 1º, da Constituição). Em caso de deliberação favorável do Poder Legislativo e desde que preenchidos os requisitos necessários, deverá ser firmado o contrato de concessão para a outorga do serviço (art. 31-A, § 11, do RSR).

o **Do atendimento aos requisitos para a edição do Decreto de outorga**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

apiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23. Por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, foi divulgado o resultado da seleção pública, havendo sido declarada como vencedora da **FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**. Trata-se de fundação pública vinculada ao Governo Estadual de Minas Gerais.
24. Em se tratando a entidade vencedora de pessoa jurídica de direito público, não se exige que dentre suas finalidades institucionais conste a execução de serviços de radiodifusão, de modo que está atendido o § 3º art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
25. Tratando-se a interessada de fundação pública estadual, está atendida a regra do *caput* do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e não se aplica a exigência de apresentação de vínculo jurídico com instituição de educação superior prevista nos §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
26. De acordo com a documentação apresentada (SEI-10071278 e SEI-11293022), todos os dirigentes da interessada são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.
27. Em sua Nota Técnica, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica informou que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, o que fez nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15/01/2024 (SEI nº 11315827).

28. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua Nota Técnica e no Checklist por ela realizado que a documentação apresentada pela interessada está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito	Base normativa	Forma de comprovação
(I) Requerimento de outorga corretamente preenchido.	Art. 15, § 1º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023	Atendido (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(II) Cópia do ato constitutivo da entidade e suas alterações com registro no órgão competente. <i>Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato constitutivo da mantenedora e da IES mantida.</i>	Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).</i>	Atendido (SEI-10071278)
(III) Cópia do ato de nomeação ou eleição dos dirigentes da interessada. <i>Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato de nomeação da mantenedora e da IES mantida.</i>	Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(IV) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente ^[2] .	Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).</i>	Não se aplica.
(V) Declaração de que trata o § 2º do art. 15 do RSR.	Art. 15, § 2º, do RSR	A declaração consta do requerimento de outorga (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(VI) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis ou, quando a entidade não houver completado um exercício fiscal, balanço de abertura.	Art. 15, § 4º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).</i>	Atendido (SEI-10071278)
(VII) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 15, § 4º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Aplicável apenas no caso de IES privada constituída sobre a forma de sociedade empresária.</i>	Não se aplica
(VIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 15, § 7º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-10614958)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

09/05/2024 10:06:24 - 213-49b8-b07e-53edd9fd4193

09/05/2024 10:06:24 - 213-49b8-b07e-53edd9fd4193 / pg. 181

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão^[3].

30. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional (art. 6º, § 1º, do RSR). Nos termos do art. 149 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, deve constar do ato de outorga: (i) o nome e o CNPJ da pessoa jurídica outorgada; (ii) o serviço a ser prestado; (iii) a Instituição de Educação Superior (IES) responsável pela execução do serviço e sua mantenedora, se for o caso; (iv) a localidade de prestação do serviço e o canal; e (v) as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

32. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a correção da denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

33. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão:

Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

34. A SECOE justificou a inclusão do dispositivo em questão nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolção dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. **Ressalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVD (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):**

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018)

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

11. No entanto, de acordo com o art. 504. da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023, "o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U, conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684. (grifos no original)

35. Como já apontado pela Secretaria, o serviço de retransmissão de televisão (RTV) é um serviço ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, regido por normatização própria (Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 476 e seguintes da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

36. Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

37. Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

38. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

39. Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.

40. Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684).

41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da mencionada autorização.

42. Oriente, por fim, a realização da mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição de Motivos (SEI-11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI-11366686).



43. Após os ajustes ora recomendados, as minutas estarão adequadas aos fins a que se destinam, bem como aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado

IV - CONCLUSÃO

44. Ante o exposto, concluo que não há óbice jurídico à outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens em favor da entidade interessada, observadas as orientações deste Parecer, especialmente as constantes dos itens 29, 32, 40, 41 e 42.

45. Após os ajustes recomendados, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas estarão adequadas aos fins a que se destinam e aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

46. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, emita o Decreto de outorga, caso em que o ato deverá ser submetido à deliberação do Congresso Nacional.

47. Ressalvo ainda que a outorga de radiodifusão de que se trata somente se aperfeiçoará após a celebração do contrato de concessão.

48. A Coordenação de Apoio Administrativo deve providenciar o espelhamento no Sapiens do processo principal da seleção pública (NUP: 53900.056089/2015-76).

49. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior

Brasília, 08 de maio de 2024.

DAVI PEREIRA ALVES
Procurador Federal
Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Notas

1. [^] *A outorga de radiodifusão só se aperfeiçoa com a celebração do contrato de permissão ou de concessão, conforme o caso. Nesse sentido, vide os §§ 38 a 43 do PARECER n. 00116/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53900.040055/2015-60).*
2. [^] *No caso de associações ou fundações, é possível admitir como "documento equivalente" para os fins do inciso VI do art. 99 da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023: (i) certidão do cartório de registro de pessoas jurídicas que informe quais são os atuais administradores da entidade e respectivo mandato acompanhada de cópia registrada do estatuto social da entidade; (ii) cópia da ata de eleição dos administradores da entidade acompanhada de cópia do estatuto social registrados no cartório competente; ou (iii) certidão de inteiro teor do cartório de registro de pessoas jurídicas que acompanhe esses mesmos documentos (ata de eleição de administradores e estatuto social). Vide o DESPACHO n. 02154/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53500.077990/2021-32).*
3. [^] *Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).*



Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1487578302 e chave de acesso efc3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-05-2024 16:28. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPORA SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADO: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

ASSUNTO: Radiodifusão de sons e imagens. Finalidade educativa. Emissão de outorga.

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pelo **Dr. Davi Pereira Alves, Procurador Federal e Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos**, referente ao deferimento do pedido de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 4995/2024/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para a **entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa**, explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **atentando para as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do citado PARECER**, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss. do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6º e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; e da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023.
5. Em relação à orientação apresentada no item 29 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.
6. Deste modo e após observar as orientações apresentadas **nos itens 29, 32, 40 a 42 do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão à **entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa**, com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da emissão da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.
8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1493897587 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:20. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00839/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86
INTERESSADOS: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Decreto de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de maio de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1494319410 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>.
Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:54. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53900.007440/2016-86**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, para conhecimento do Parecer nº00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11518157), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 09/05/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11518935** e o código CRC **42E7076A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11518935



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Id solicitação: 57dbab8aabfad

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Número do Fistel:
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 802 - Plano Básico de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: ATO Nº 1.976, DE 30/03/2010, PUBLICADO NO DOU. DE 01/04/2010.	

Endereço Sede	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Varginha	UF: MG		
Parâmetros Técnicos			
Canal: 25	Frequência: 539 MHz	Classe: B	ERP Máxima: -kW
HCI: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 0

Informações da Estação

Informações Gerais					
Número da Estação:	Número Indicativo:				
Data Último Licenciamento: 0	Número da Licença:				
Estação Principal					
Localização					
Latitude: 0	Longitude: 0	Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal					
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado				
Fabricante:	Potência de Operação: kW				
Linha de Transmissão Principal					
Modelo:	Fabricante:				
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms		
Antena Principal					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW



24/10/2013 10:05:03 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Anexo da Licença de Uso do Canal de Rádio (23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193) - 2006-06-18 188

Padrão de Antena dBd											
0º: 0	5º: 0	10º: 0	15º: 0	20º: 0	25º: 0	30º: 0	35º: 0	40º: 0	45º: 0	50º: 0	55º: 0
60º: 0	65º: 0	70º: 0	75º: 0	80º: 0	85º: 0	90º: 0	95º: 0	100º: 0	105º: 0	110º: 0	115º: 0
120º: 0	125º: 0	130º: 0	135º: 0	140º: 0	145º: 0	150º: 0	155º: 0	160º: 0	165º: 0	170º: 0	175º: 0
180º: 0	185º: 0	190º: 0	195º: 0	200º: 0	205º: 0	210º: 0	215º: 0	220º: 0	225º: 0	230º: 0	235º: 0
240º: 0	245º: 0	250º: 0	255º: 0	260º: 0	265º: 0	270º: 0	275º: 0	280º: 0	285º: 0	290º: 0	295º: 0
300º: 0	305º: 0	310º: 0	315º: 0	320º: 0	325º: 0	330º: 0	335º: 0	340º: 0	345º: 0	350º: 0	355º: 0

Coordenadas por radial											
0º: Lat 0 Lon 0	5º: Lat 0 Lon 0	10º: Lat 0 Lon 0	15º: Lat 0 Lon 0	20º: Lat 0 Lon 0	25º: Lat 0 Lon 0	30º: Lat 0 Lon 0	35º: Lat 0 Lon 0	40º: Lat 0 Lon 0	45º: Lat 0 Lon 0	50º: Lat 0 Lon 0	55º: Lat 0 Lon 0
60º: Lat 0 Lon 0	65º: Lat 0 Lon 0	70º: Lat 0 Lon 0	75º: Lat 0 Lon 0	80º: Lat 0 Lon 0	85º: Lat 0 Lon 0	90º: Lat 0 Lon 0	95º: Lat 0 Lon 0	100º: Lat 0 Lon 0	105º: Lat 0 Lon 0	110º: Lat 0 Lon 0	115º: Lat 0 Lon 0
120º: Lat 0 Lon 0	125º: Lat 0 Lon 0	130º: Lat 0 Lon 0	135º: Lat 0 Lon 0	140º: Lat 0 Lon 0	145º: Lat 0 Lon 0	150º: Lat 0 Lon 0	155º: Lat 0 Lon 0	160º: Lat 0 Lon 0	165º: Lat 0 Lon 0	170º: Lat 0 Lon 0	175º: Lat 0 Lon 0
180º: Lat 0 Lon 0	185º: Lat 0 Lon 0	190º: Lat 0 Lon 0	195º: Lat 0 Lon 0	200º: Lat 0 Lon 0	205º: Lat 0 Lon 0	210º: Lat 0 Lon 0	215º: Lat 0 Lon 0	220º: Lat 0 Lon 0	225º: Lat 0 Lon 0	230º: Lat 0 Lon 0	235º: Lat 0 Lon 0
240º: Lat 0 Lon 0	245º: Lat 0 Lon 0	250º: Lat 0 Lon 0	255º: Lat 0 Lon 0	260º: Lat 0 Lon 0	265º: Lat 0 Lon 0	270º: Lat 0 Lon 0	275º: Lat 0 Lon 0	280º: Lat 0 Lon 0	285º: Lat 0 Lon 0	290º: Lat 0 Lon 0	295º: Lat 0 Lon 0
300º: Lat 0 Lon 0	305º: Lat 0 Lon 0	310º: Lat 0 Lon 0	315º: Lat 0 Lon 0	320º: Lat 0 Lon 0	325º: Lat 0 Lon 0	330º: Lat 0 Lon 0	335º: Lat 0 Lon 0	340º: Lat 0 Lon 0	345º: Lat 0 Lon 0	350º: Lat 0 Lon 0	355º: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0º: 0	5º: 0	10º: 0	15º: 0	20º: 0	25º: 0	30º: 0	35º: 0	40º: 0	45º: 0	50º: 0	55º: 0
60º: 0	65º: 0	70º: 0	75º: 0	80º: 0	85º: 0	90º: 0	95º: 0	100º: 0	105º: 0	110º: 0	115º: 0
120º: 0	125º: 0	130º: 0	135º: 0	140º: 0	145º: 0	150º: 0	155º: 0	160º: 0	165º: 0	170º: 0	175º: 0
180º: 0	185º: 0	190º: 0	195º: 0	200º: 0	205º: 0	210º: 0	215º: 0	220º: 0	225º: 0	230º: 0	235º: 0
240º: 0	245º: 0	250º: 0	255º: 0	260º: 0	265º: 0	270º: 0	275º: 0	280º: 0	285º: 0	290º: 0	295º: 0
300º: 0	305º: 0	310º: 0	315º: 0	320º: 0	325º: 0	330º: 0	335º: 0	340º: 0	345º: 0	350º: 0	355º: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza



24.10.05.03 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo da Ata da Comissão de Acompanhamento da Obra - 2006/066-PP-189

Horário de funcionamento



Id solicitação: 57dbaad41e8bd

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Número do Fistel:
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Secundário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: ATO 12.148/2000,RESOLUCAO 291/2002	

Endereço Sede	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Varginha	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 7	Frequência: 177 MHz	Classe: B	ERP Máxima: -kW
HCI: 150 m	Pareamento:	Decalagem: +	Fase: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento: 0	Número da Licença:

Estação Principal	
Localização	
Latitude: 0	Longitude: 0 Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW



24/10/2024 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/240062066-pg./191.191

Padrão de Antena dBd											
0º: 0	5º: 0	10º: 0	15º: 0	20º: 0	25º: 0	30º: 0	35º: 0	40º: 0	45º: 0	50º: 0	55º: 0
60º: 0	65º: 0	70º: 0	75º: 0	80º: 0	85º: 0	90º: 0	95º: 0	100º: 0	105º: 0	110º: 0	115º: 0
120º: 0	125º: 0	130º: 0	135º: 0	140º: 0	145º: 0	150º: 0	155º: 0	160º: 0	165º: 0	170º: 0	175º: 0
180º: 0	185º: 0	190º: 0	195º: 0	200º: 0	205º: 0	210º: 0	215º: 0	220º: 0	225º: 0	230º: 0	235º: 0
240º: 0	245º: 0	250º: 0	255º: 0	260º: 0	265º: 0	270º: 0	275º: 0	280º: 0	285º: 0	290º: 0	295º: 0
300º: 0	305º: 0	310º: 0	315º: 0	320º: 0	325º: 0	330º: 0	335º: 0	340º: 0	345º: 0	350º: 0	355º: 0

Coordenadas por radial											
0º: Lat 0 Lon 0	5º: Lat 0 Lon 0	10º: Lat 0 Lon 0	15º: Lat 0 Lon 0	20º: Lat 0 Lon 0	25º: Lat 0 Lon 0	30º: Lat 0 Lon 0	35º: Lat 0 Lon 0	40º: Lat 0 Lon 0	45º: Lat 0 Lon 0	50º: Lat 0 Lon 0	55º: Lat 0 Lon 0
60º: Lat 0 Lon 0	65º: Lat 0 Lon 0	70º: Lat 0 Lon 0	75º: Lat 0 Lon 0	80º: Lat 0 Lon 0	85º: Lat 0 Lon 0	90º: Lat 0 Lon 0	95º: Lat 0 Lon 0	100º: Lat 0 Lon 0	105º: Lat 0 Lon 0	110º: Lat 0 Lon 0	115º: Lat 0 Lon 0
120º: Lat 0 Lon 0	125º: Lat 0 Lon 0	130º: Lat 0 Lon 0	135º: Lat 0 Lon 0	140º: Lat 0 Lon 0	145º: Lat 0 Lon 0	150º: Lat 0 Lon 0	155º: Lat 0 Lon 0	160º: Lat 0 Lon 0	165º: Lat 0 Lon 0	170º: Lat 0 Lon 0	175º: Lat 0 Lon 0
180º: Lat 0 Lon 0	185º: Lat 0 Lon 0	190º: Lat 0 Lon 0	195º: Lat 0 Lon 0	200º: Lat 0 Lon 0	205º: Lat 0 Lon 0	210º: Lat 0 Lon 0	215º: Lat 0 Lon 0	220º: Lat 0 Lon 0	225º: Lat 0 Lon 0	230º: Lat 0 Lon 0	235º: Lat 0 Lon 0
240º: Lat 0 Lon 0	245º: Lat 0 Lon 0	250º: Lat 0 Lon 0	255º: Lat 0 Lon 0	260º: Lat 0 Lon 0	265º: Lat 0 Lon 0	270º: Lat 0 Lon 0	275º: Lat 0 Lon 0	280º: Lat 0 Lon 0	285º: Lat 0 Lon 0	290º: Lat 0 Lon 0	295º: Lat 0 Lon 0
300º: Lat 0 Lon 0	305º: Lat 0 Lon 0	310º: Lat 0 Lon 0	315º: Lat 0 Lon 0	320º: Lat 0 Lon 0	325º: Lat 0 Lon 0	330º: Lat 0 Lon 0	335º: Lat 0 Lon 0	340º: Lat 0 Lon 0	345º: Lat 0 Lon 0	350º: Lat 0 Lon 0	355º: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0º: 0	5º: 0	10º: 0	15º: 0	20º: 0	25º: 0	30º: 0	35º: 0	40º: 0	45º: 0	50º: 0	55º: 0
60º: 0	65º: 0	70º: 0	75º: 0	80º: 0	85º: 0	90º: 0	95º: 0	100º: 0	105º: 0	110º: 0	115º: 0
120º: 0	125º: 0	130º: 0	135º: 0	140º: 0	145º: 0	150º: 0	155º: 0	160º: 0	165º: 0	170º: 0	175º: 0
180º: 0	185º: 0	190º: 0	195º: 0	200º: 0	205º: 0	210º: 0	215º: 0	220º: 0	225º: 0	230º: 0	235º: 0
240º: 0	245º: 0	250º: 0	255º: 0	260º: 0	265º: 0	270º: 0	275º: 0	280º: 0	285º: 0	290º: 0	295º: 0
300º: 0	305º: 0	310º: 0	315º: 0	320º: 0	325º: 0	330º: 0	335º: 0	340º: 0	345º: 0	350º: 0	355º: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza



24.10.05.24 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.intenticidade.assina.tj-rj.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo da Ata de Audiência de Conciliação (0152/520) - SEI 31500500-400/2006066-06/192 192

Horário de funcionamento



Canais de Radiodifusão

TodosDownload Canais

19 total de registros1 - 50AtualizarFiltrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFolha	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria de Estação	Latit
Ver Estações	TV-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50004057928	S	Comercial	RTV	800	MG	Campo Belo		5		79	C	Principal	20° 54'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50404873472	P	Educativo	GTVD	247	MG	Belo Horizonte		17		491	E	Principal	19° 58'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50442279272	P	Comercial	RTVD	801	MG	Campo Belo		14		473	C	Principal	20° 54'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445744499	P	Comercial	RTVD	801	MG	Conceição do Mato Dentro		51		695	B	Principal	19° 02'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441116949	P	Comercial	RTVD	801	MG	Pouso Alto		17		491	C	Principal	22° 12'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441080499	P	Comercial	RTVD	801	MG	Anaés		17		491	C	Principal	21° 21'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441557149	P	Comercial	RTVD	801	MG	Caldas		17		491	C	Principal	21° 52'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441116787	P	Comercial	RTVD	801	MG	Maria da Fé		17		491	C	Principal	22° 17'
Ver Estações	TV-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50441957820	P	Comercial	RTVD	801	MG	Carmo da Mata		19		503	B	Principal	20° 34'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652454	P	Educativo	RTVD	801	MG	Verginha		17		491	A	Principal	21° 33'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652292	P	Educativo	RTVD	801	MG	Conceição da Barra de Minas		17		491	B	Principal	21° 07'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445634200	P	Comercial	RTVD	801	MG	Santa Hipólito		17		491	C	Principal	18° 17'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445634120	P	Comercial	RTVD	801	MG	São Bento Abade		17		491	B	Principal	21° 39'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445634804	P	Comercial	RTVD	801	MG	São Francisco do Glória		17		491	B	Principal	20° 42'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445635282	P	Comercial	RTVD	801	MG	São João de Alegre		17		491	C	Principal	22° 20'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445635444	P	Comercial	RTVD	801	MG	São Sebastião do Rio Preto		17		491	C	Principal	19° 17'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445646489	P	Educativo	RTVD	801	MG	Sardão		17		491	B	Principal	18° 47'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652795	P	Educativo	RTVD	801	MG	Senador Modestino Gonçalves		17		491	B	Principal	17° 57'
Ver Estações	TV-C4 (Canal Licenciado)	21229281000129	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	50445652616	P	Educativo	RTVD	801	MG	Serra Leopoldina de Minas		17		491	C	Principal	15° 48'



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

is.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	043.608.076-19

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:07:15



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/24062066-86-195-195

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	053.966.646-73

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:06:57



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Anexo 02 - Ata da Reunião do Conselho de Administração - 2024 - 06 - 196

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	819.828.287-49

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:06:37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/24062066-pg./197.197

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	035.267.886-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:06:18



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/24062066-pg./198

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	339.597.227-53

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:06:01



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	043.091.096-75

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:05:37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

ANEXO 2 - Ata de Sessão (01/52/520) - SEI 01500506-40/20062066-06/200 200

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornélio

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	21.229.281/0001-29

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 02334471569 - Kelen Azevedo Cornélio Data: 14/05/2024 Hora: 10:05:03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/24062066-pg./201

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:04:42 do dia 14/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/06/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Codigo de Controle: **ABEKGHGQMK**

Documento/Certidão nº **27.752.630** Exercício: **2024**

Emissão em: **14/05/2024**

Requerimento em: **10:03:32**

Validade: **13/06/2024**

Nome: **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**

CNPJ: **21.229.281.0001.29**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://cnd.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtml>

<http://www.camara.gov.br/legis/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
14/05/2024

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
12/08/2024

NOME/NOME EMPRESARIAL: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 062979871.00-60

CNPJ/CPF: 21.229.281/0001-29

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA TENENTE BRITO MELO

NÚMERO: 1090

COMPLEMENTO: ANDAR 2,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180074

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2024000762027097



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

fazenda.mg.gov.br/sol/ctrl/SOL/CDT/DETALHE_7462?descServico=Solicitar+Certidao+E3e+de+D+E9bitos+Tribut+E1rios&numProto...

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

1/1

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 21.229.281/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/08/1985
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE MINAS DE TELEVISAO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 114-7 - Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal		
LOGRADOURO R TENENTE BRITO MELO	NUMERO 1090	COMPLEMENTO ANDAR 2
CEP 30.180-074	BAIRRO/DISTRITO BARRO PRETO	MUNICIPIO BELO HORIZONTE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR		TELEFONE (31) 3254-3032
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MG		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2001
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 14/05/2024 às 10:01:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpireva/Cnpireva_Comprovante.asp

SEI 5E063907400724062866-86./206 206

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Certidão nº: 33377758/2024

Expedição: 14/05/2024, às 10:01:44

Validade: 10/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/240062066-pg./207.207>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:01:12 do dia 14/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2024.

Código de controle da certidão: **6EE7.ABB0.2B11.E28D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 21.229.281/0001-29
Razão Social: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
Endereço: AV N OSSA SENHORA DO CARMOS 931 / SION / BELO HORIZONTE / MG / 30310-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/04/2024 a 25/05/2024

Certificação Número: 2024042604022345525017

Informação obtida em 14/05/2024 10:00:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

CHECKLIST

**Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público – União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos**

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

CNPJ: 21.229.281/0001-29

Localidade: **Varginha/MG**

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 25E

Edital de Seleção Pública nº 94/2015, de 21/12/2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 22/12/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas

(ref. publicação do Edital 04/2022): (60 dias, contados de 02/02/2022) 04/04/2022

(ref. ofício de notificação 10830/2022): (60 dias, contados de 12/05/2022)

Data do protocolo desta proposta: 21/06/2022

Requerimento tempestivo? ☒ Sim ☐ Não

Localidade em faixa de fronteira? ☐ Sim ☒ Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? ☐ Sim ☒ Não

Entidade concorre como filial? ☐ Sim ☒ Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES (ref. petição SEI 10071278)
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p><i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;</i></p> <p><i>(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios</i></p> <p><i>os, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº</i></p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

6
Atualização SEI
(10614958)
Atualização SEI
(11525520)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

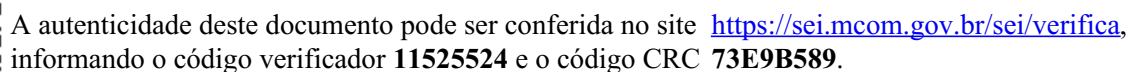
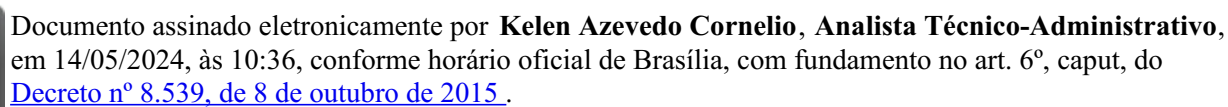
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

<p>c) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, quando for o caso;</p>	<p>Atribuições 9</p> <p>.</p> <p>7</p> <p>SÉRGIO RODRIGO REIS</p> <p>Presidente</p> <p>99296551668</p> <p>10</p> <p>KATIA MARILIA</p> <p>SILVEIRA CARNEIRO</p> <p>Dir geral</p> <p>Diretores:</p> <p>8</p> <p>EDSON SIQUARA DE</p> <p>SOUZA</p> <p>EDUARDO CÉSAR</p> <p>SILVA GOMES</p> <p>11</p> <p>FABIO CALDEIRA</p> <p>CASTRO SILVA</p> <p>12</p> <p>LUIZ HENRIQUE</p> <p>YAGELOVIC</p> <p>-</p> <p>Atualização (11293022)</p> <p>p21 portaria que explica</p> <p>que dirigentes EMC</p> <p>passam a responder pela</p> <p>fundação.</p> <p>p22-25</p> <p>Presidente Gustavo</p> <p>Medicino de Oliveira</p> <p>.</p> <p>dir executiva Renata</p> <p>Maria Renaut do Santos</p> <p>.</p> <p>dir conteudo</p> <p>Luciano Correia</p> <p>Gonçalves</p> <p>.</p> <p>Dir políticas Edson</p> <p>Siquara de Souza</p> <p>.</p> <p>dir planejamento</p> <p>Eduardo Cesar Silva</p> <p>Gomes</p> <p>.</p> <p>Dir captação</p> <p>Joana Maria Teixeira</p> <p>Coelho Moreira</p>
<p>d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p>	<p>26</p> <p>Atualização SEI</p> <p>(11218932)</p> <p>Atualização SEI</p> <p>(11525520)</p> <p>25/05/24</p>

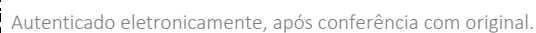


<p>a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>	<p>SÉRGIO 11-17 99296551668 KATIA 20 50822292653 EDSON 18 81982828749 EDUARDO 19 05396664673 FABIO 22 85076147600 LUIZ 23 28016653634</p> <p>Atualizar novas nomeações Atualização (11293022) 7-11</p> <p>Presidente Gustavo Medicino de Oliveira 04309109675</p> <p>dir executiva p12 Renata Maria Renaut do Santos 33959722753</p> <p>dir conteúdo p19-20 Luciano Correia Gonçalves 03526788600</p> <p>Dir políticas p15 Edson Siquara de Souza 81982828749</p> <p>dir planejamento p13-14 Eduardo Cesar Silva Gomes 05396664673</p> <p>Dir captação p16 Joana Maria Teixeira Coelho Moreira 04360807619</p>
<p align="center">PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA</p>	
<p>a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 e está em conformidade com art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63?</p>	<p>Atualização SEI (11218932) Atualização SEI (11525520)</p>





SEI n° 11525524



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 8639/2024/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Diligências da Consultoria Jurídica. Exigência Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E (conforme item 9 da Nota Técnica nº 12129/2023 - SEI nº 11033097), constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. Primeiramente, cumpre destacar que, após instrução do feito, esta Coordenação, área responsável pela análise dos pedidos de outorga dos serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, concluiu pelo deferimento do pleito com vistas ao encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação sobre a regularidade jurídico-formal do processo, conforme Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11366687) e Nota Técnica nº 4995/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11427842).

3. Na análise realizada pela Consultoria Jurídica - CONJUR, no entanto, conforme Parecer Conj. nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI nº 11518157), verificou-se a necessidade de resoluções de questões sobre o presente caso concreto, pois, a CONJUR recomendou as seguintes diligências:

Item 29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de **atualização das certidões vencidas**, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão.

Itens 31-32. A minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI 11366684) contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a **correção da**



denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

Item 33 e 36-40. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão: Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005). Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005). Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023). Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.

Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, **recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto** de outorga apresentada (SEI 11366684).

Item 41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve **adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV** outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que **o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da mencionada autorização.**

Item 42. Oriente, por fim, a realização da **mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição de Motivos** (SEI 11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI 11366686).

4. Então, conforme orientação da Conjur, entende-se o seguinte:

I - Não houve qualquer menção negativa do Parecer relativamente ao disposto no item 13 da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11366687), qual seja "destaque-se ainda que, conforme expresso no Ofício TVMINAS/RTV nº 1/2024, datado de 05/01/2024 (Requerimento SEI nº 11314081, p.2), em resposta a questionamento feito pela área, o GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA) informou só ter interesse na presente outorga, restando assim configurada a desistência expressa da entidade na sua participação em todas as demais seleções de outorga referentes aos editais nº 94/2015, nº 88/2016 e nº 166/2016". Assim, **já é possível aplicar os efeitos da referida desistência nos processos em questão.**

II - No que concerne à necessidade de **atualização de certidões**: esta diligência já foi realizada conforme Checklist nº 11525524 e será novamente promovida quando da instrução para assinatura Contratual.

III - Relativamente à necessidade de **desistência específica do processo de RTV** para o prosseguimento do presente processo, a entidade será notificada para se manifestar a respeito (em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa).

IV - Quanto ao **ajuste de minutas**, este passo deve ser realizado depois da resposta da entidade sobre o prosseguimento do processo.

5. Desta forma, cumpre cientificar a proponente da necessidade de juntada da seguinte documentação:

a) documento, assinado pelo representante legal da entidade, informando se deseja ou não desistir da autorização do serviço de RTV na localidade de Varginha/MG (conforme orientado pelo item 41 do Parecer Conjur nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - SEI nº 11518157).

6. Por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023), que também rege a obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na emissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.gov.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Documentos e informações não imputáveis à falha do referido sistema.

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais. Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3.399/2018, publicada em 09/07/2018), as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opinamos que seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 5), contados da data do seu recebimento, sob pena de indeferimento do pleito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/05/2024, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 16/05/2024, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525536** e o código CRC **F8E6BCA2**.

Minutas e Anexos

Parecer Conj. nº 311/2024 (SEI nº 11518157).

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11525536



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 16500/2024/MCOM

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (GOVERNO DE MINAS GERAIS)
CNPJ: 21.229.281/0001-29

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.007440/2016-86. Varginha/MG (FME).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA nº 8639/2024/SEI-MCOM** (SEI nº 11525536), que trata de **pendências** encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício (o prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018 (revogado/substituído pelo art. 166, Parte II, Livro I, Capítulo III, Título VII da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade apresente documentação, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.
4. Destaque-se que, conforme normativo que rege o procedimento eletrônico nessa pasta (art. 17, da Portaria nº 3.399, de 5 de julho de 2018), o cadastro de usuário externo é obrigatório para qualquer pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado que se relacione ou necessite se relacionar com o Ministério no que diz respeito à comunicação de atos processuais.
5. Informamos ainda que já está disponível o Sistema de Protocolo Digital do MCom, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica, acessível a partir do seguinte caminho: <https://www.gov.br/mcom/> >> Serviços >> Protocolo Digital do MCom. Para utilizá-lo é necessário ter cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo no endereço <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Documento assinado eletronicamente por **Weronica de Jesus Leite, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 16/05/2024, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525538** e o código CRC **D99FA51C**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11525538



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Data de Envio:

17/05/2024 10:09:28

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

Para:

PRESIDENCIA@REDEMINAS.MG.GOV.BR

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53900.007440/2016-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11525538.html
Parecer_11518157_PAR_311_JR.pdf
Nota_Tecnica_11525536.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Correspondência Eletrônica - 11532384

SBL3355d007440/2016-86 pg. 2/221

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

* MINUTA DE DOCUMENTO

DECRETO DE DE DE .

Outorga concessão
à FUNDAÇÃO TV
MINAS CULTURAL E
EDUCATIVA, para
executar o serviço de
radiodifusão de sons e
imagens, com fins
exclusivamente
educativos, na localidade
de Varginha, Estado de
Minas Gerais.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição; art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo Administrativo nº 53900.056089/2015-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Brasília, de de ; ° da Independência e ° da República.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 15/08/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11787020** e o código CRC **ACD4489D**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11787020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 202_.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53900.007440/2016-86, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 22 de dezembro de 2015, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no §3º do art. 223 da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 15/08/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11787022** e o código CRC **DCDAAD8C**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11787022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA DE PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Processo para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do Decreto Presidencial de outorga da concessão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §2º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 15/08/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11787024** e o código CRC **AC064CAA**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11787024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-legis/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2012086-86pg.227227>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 14103/2024/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.**

Assunto: **Cumprimento de Diligências da Consultoria Jurídica e Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. A Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11366687) e, posteriormente, a Nota Técnica nº 4995/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11427842), referentes à formalização da outorga em comento, encaminharam o presente procedimento à Consultoria Jurídica - CONJUR.

3. Na análise realizada pela CONJUR, no entanto, conforme Parecer Conjur nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI nº 11518157), verificou-se a necessidade de resoluções de questões sobre o presente caso concreto, pois, foram recomendadas as seguintes diligências:

Item 29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de **atualização das certidões vencidas**, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão.

Itens 31-32. A minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI 11366684) contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a **correção da denominação da pessoa jurídica outorgada**, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

Item 33 e 36-40. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão: Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:35596106-4193-49b8-b07e-53edd9fd4193-2024-06-06 ppg228

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005). Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005). Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023). Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.

Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, **recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto** de outorga apresentada (SEI 11366684).

Item 41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve **adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV** outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que **o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da mencionada autorização.**

Item 42. Oriente, por fim, a realização da **mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição de Motivos** (SEI 11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI 11366686).

4. Então, conforme orientação da Conjur, entende-se o seguinte:

I - Não houve qualquer menção negativa do Parecer relativamente ao disposto no item 13 da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI nº 11366687), qual seja "destaque-se ainda que, conforme expresso no Ofício TVMINAS/RTV nº 1/2024, datado de 05/01/2024 (Requerimento SEI nº 11314081, p.2), em resposta ao questionamento feito pela área, a FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA informou só ter interesse na presente outorga, restando assim configurada a desistência expressa da entidade na sua participação em todas as demais seleções de outorga referentes aos editais nº 94/2015, nº 88/2016 e nº 166/2016". Assim, **já é possível aplicar os efeitos da referida desistência nos processos em questão.**

II - No que concerne à necessidade de **atualização de certidões**: esta diligência já foi realizada conforme Checklist nº 11525524 e será novamente promovida quando da instrução para assinatura Contratual.

III - Relativamente à necessidade de **desistência específica do processo de RTV** para o prosseguimento do presente processo, a entidade foi notificada e se manifestou a respeito (em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa), informando sua desistência da autorização do serviço de RTV (SEI nº 11570290). Conforme orientado pelos itens 36-41 as **providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV serão adotadas após a ratificação do Decreto e antes da assinatura de Contrato (dessa forma foi devidamente alterado o art. 4º da minuta de Decreto).**

5. Quanto ao **ajuste de minutas** apontado nos Itens 31, 32 e 42 do Parecer nº 311/2024 (SEI nº 11518157), a Conjur explana que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, e recomendou a correção da denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS", tendo em conta que a minuta de Decreto de outorga apresentada contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação. Sobre essa questão, cumpre também considerar que, anteriormente, a denominação da pessoa jurídica outorgada pela área se deu com base em decisões exaradas em Pareceres análogos da Conjur, a exemplo do Parecer nº 465/2015 ("não obstante a personalidade jurídica distinta, caso se esteja diante de entidade da administração indireta, cuja finalidade precípua é a de promoção da radiodifusão pública de interesse do mesmo Estado (administração direta) (...). Nesse diapasão, devem ambas as es ser consideradas como única interessada"). **Dessa forma, realizando-se interpretação**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocId:35396106 23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193 206 666 ppg229

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

sistemática do posicionamento da Consultoria, como se trata de entidade da administração indireta, o ajuste de destaque ao nome da Fundação será realizado, trazendo a informação que vincula indiretamente a entidade ao Estado de Minas como explicação/observação à parte, conforme minutas anexas.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, para prosseguimento dos procedimentos necessários à outorga, em razão do cumprimento das recomendações do Parecer da Consultoria Jurídica, encaminhem-se, ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - GACSE, as minutas atualizadas de Exposição de Motivos, Parecer de Mérito e Decreto Presidencial, para as providências consectárias.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 12/08/2024, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 12/08/2024, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 15/08/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11787033** e o código CRC **67924838**.

Minutas e Anexos

Minuta de Decreto Presidencial - SEI nº 11787020.
Minuta de Exposição de Motivos - SEI nº 11787022.
Minuta de Parecer de Mérito - SEI nº 11787024.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11787033



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DocuSign Envelope ID: 430BC41418003927

SEI53900.007440/2016-86 ppg2230

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Interessado: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais)

Assunto: Cumprimento de Diligências da Consultoria Jurídica e Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 14103 (11787033), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos, juntamente com as minutas atualizadas de Exposição de Motivos (11787022), Parecer de Mérito (11787024) e Decreto Presidencial (11787020), em razão do cumprimento das recomendações do Parecer da Consultoria Jurídica, para as providências consectárias.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 22/08/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11814351** e o código CRC **7FE673FD**.

Minutas e Anexos

Minuta de Decreto Presidencial (11787020)
Minuta de Exposição de Motivos (11787022)
Minuta de Parecer de Mérito (11787024)

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11814351



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 22 de agosto de 2024.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.007440/2016-86, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 94/2015/SEI-MC, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE DE DE 2024.

Outorga concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, V, e 223, **caput**, da Constituição Federal, o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 -

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, caput, e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo Administrativo nº 53900.056089/2015-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; º da Independência e º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Juscelino Filho

PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Processo para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do Decreto Presidencial de outorga da concessão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do § 2º, do art. 31, do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29.

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.



5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/08/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11815290** e o código CRC **8C180CCC**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11815290



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Expediente de Min.ºs (11815290)

SEI 53900.007440/2016-86 pág. 2/24

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54099/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 597 (11815290)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 14103/2024 (11787033), encaminho a Exposição de Motivos nº 597 (11815290), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 27/08/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11815368** e o código CRC **BC44CCDE**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11815368



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Documento nº 11815368

SEI53900007440162006366 ppg2255

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54402/2024/MCOM

Brasília, 02 de setembro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11815290)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DEPUB_MCOM (11814351), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 597/2024(11815290), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 02/09/2024, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11851248** e o código CRC **F52C35C6**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11851248



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Documento nº 11851248

SEI53900007440201686 ppg2266

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Brasília, 5 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.007440/2016-86, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 94/2015/SEI-MC, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Exposição de Motivos nº 1234 (2) 05/03/2017 09:00 2017-06/2016-2016 pg. 238

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

DE

Outorga concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição Federal, o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, caput, e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo Administrativo nº 53900.056089/2015-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; ° da Independência e ° da República.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.datenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/Expostadocuments/BRCCM030-2024-72183583311-33951ED03040/2074-06/2016-289> pg. 239

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-
6119/6915

PARECER n. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão de sons e imagens. TV educativa. Decreto de outorga.

EMENTA: RÁDIO-DIFUSÃO DE SOMS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. SELEÇÃO PÚBLICA. DECRETO DE OUTORGA. POSSIBILIDADE.

I – A outorga de radiodifusão com fins exclusivamente educativos não exige prévia licitação. Mas requer a realização de processo de seleção na forma da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

II – Após a homologação do procedimento de seleção, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional para posterior celebração do contrato de concessão.

III – Pela ausência de óbices jurídicos à edição do Decreto de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG, por meio do canal 25E, que foi objeto do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015.

2. Por meio do Ofício interno nº 49228/2024/MCOM (SEI-11464711), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE solicitou análise e manifestação desta Consultoria Jurídica a respeito da publicação de Decreto de outorga em favor da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, inscrita no CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29.

3. O processo de seleção (NUP: 53900.056089/2015-76) foi homologado por meio do Edital nº 97/2023/SEI- MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, que divulgou o resultado do certame e adjudicou o respectivo objeto à referida entidade vencedora.

4. Por meio do Checklist (SEI-11315686) foi realizada a análise documental dos requisitos necessários para o deferimento da outorga. Na Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687), a SECOE concluiu que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento da outorga em favor da entidade declarada como vencedora do certame.

5. A localidade em que será prestado o serviço não está localizada em faixa de fronteira.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Exposição documental em MCOM nº 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 2024-06-20 pg. 240/ pg. 240

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

6. Constam do processo minutas de Decreto Presidencial (SEI-11366684) e de Exposição de Motivos (SEI-11366685) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

7. É o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

9. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a formalização da outorga de TV educativa

10. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da Constituição, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

11. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). O § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

12. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

13. A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto



de sons e imagens (TV), que se destina à “divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” sem caráter comercial ou finalidade lucrativa, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda e o patrocínio dos programas transmitidos (art. 13 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e arts. 123 e 124 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Portanto, as TVs educativas devem destinar integralmente seu tempo à emissão de programas educativo-culturais (art. 124, § 1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

14. Só podem executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: (i) a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; (ii) as instituições de educação superior credenciadas pelo Ministério da Educação; e (iii) as fundações de direito público ou privado (art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Para obter a outorga, as universidades e fundações devem comprovar que possuem recursos próprios para o empreendimento (art. 14, § 1º, do Decreto-lei nº 236, de 1967). Com exceção das pessoas de direito público, as demais entidades interessadas devem possuir, entre as finalidades institucionais previstas nos respectivos atos constitutivos ou estatuto, a de executar serviços de radiodifusão (art. 136, § 3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

15. No caso de fundações privadas que não sejam elas próprias instituições de educação superior (IES), é necessário que mantenham algum tipo de vínculo jurídico com uma IES credenciada pelo Ministério da Educação com sede ou campus localizado no Estado (ou Distrito Federal) em que o serviço será executado e que garanta suporte pedagógico e técnico para a produção de programas educacionais (art. 138, §§ 4º a 6º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Embora a norma mencione o termo “convênio”, qualquer instrumento jurídico, independentemente de sua denominação, que contemple as informações e cláusulas exigidas pelo § 5º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, poderá ser admitido para esse fim.

16. Não é exigida licitação para a outorga do serviço de radiodifusão educativa (art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236 e art. 13, § 1º, do RSR). Porém, o art. 133 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exige que as outorgas de concessão ou permissão de radiodifusão educativa sejam precedidas de procedimento de seleção.

17. O Ministério das Comunicações deve dar publicidade ao procedimento de seleção pública por meio da publicação de extrato do respectivo edital, cujo inteiro teor deve ser divulgado no sítio eletrônico desta Pasta na Internet (art. 135 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

18. As entidades interessadas em participar da seleção devem apresentar requerimento de outorga juntamente com todos os documentos necessários para a sua habilitação no prazo estipulado no edital (art. 138 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). No caso de instituição de educação superior que esteja sob a condição de “mantida”, o requerimento deve ser apresentado em conjunto com sua mantenedora (art. 137 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). A documentação que deve ser apresentada, conforme a natureza da pessoa jurídica interessada, está descrita nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

19. Encerrada a fase de inscrição, o Ministério das Comunicações deve proceder a classificação das interessadas conforme a ordem de preferência estabelecida no art. 140 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023. Em seguida, o Ministério das Comunicações deve verificar se a entidade classificada em primeiro lugar preenche todos os requisitos para habilitação (art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Deverá ser inabilitada a entidade que: (i) deixe de apresentar a documentação exigida ou a apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as regras do edital; (ii) deixe de cumprir outras exigências do edital; (iii) possua outorga de radiodifusão para o mesmo tipo de serviço na mesma localidade; (iv) promova a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou (v) exceda ou venha a exceder os limites quantitativos de outorgas de



radiodifusão previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967 (art. 143 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Em caso de inabilitação, o Ministério das Comunicações deve examinar a documentação das demais entidades conforme a ordem de classificação (art. 144 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

20. Após encerrada a fase de recursos, o Secretário de Comunicação Social Eletrônica deve homologar o resultado definitivo da seleção em ato que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, em que constará a decisão a eventuais recursos que tenham sido apresentados (art. 147 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

21. Caso se trate de localidade em faixa de fronteira, o Ministério das Comunicações deve solicitar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), conforme previsto na Lei nº 6.634, de 1979, e no Decreto nº 85.064, de 1980 (art. 148 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

22. Concluído o processo de seleção, compete ao Presidente da República editar o Decreto de outorga[1] do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos (art. 6º, § 1º, do RSR) para que seja submetida à deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 1º, da Constituição). Em caso de deliberação favorável do Poder Legislativo e desde que preenchidos os requisitos necessários, deverá ser firmado o contrato de concessão para a outorga do serviço (art. 31-A, § 11, do RSR).

Do atendimento aos requisitos para a edição do Decreto de outorga

23. Por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, foi divulgado o resultado da seleção pública, havendo sido declarada como vencedora da FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29. Trata-se de fundação pública vinculada ao Governo Estadual de Minas Gerais.

24. Em se tratando a entidade vencedora de pessoa jurídica de direito público, não se exige que dentre suas finalidades institucionais conste a execução de serviços de radiodifusão, de modo que está atendido o § 3º art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

25. Tratando-se a interessada de fundação pública estadual, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e não se aplica a exigência de apresentação de vínculo jurídico com instituição de educação superior prevista nos §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

26. De acordo com a documentação apresentada (SEI-10071278 e SEI-11293022), todos os dirigentes da interessada são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

27. Em sua Nota Técnica, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica informou que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, o que fez nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15/01/2024 (SEI nº 11315827).



28. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua Nota Técnica e no Checklist por ela realizado que a documentação apresentada pela interessada está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito

(I) Requerimento de outorga corretamente preenchido.

Base normativa

Art. 15, § 1º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(II) Cópia do ato constitutivo da entidade e suas alterações com registro no órgão competente. Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato constitutivo da mantenedora e da IES mantida.

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278)

Requisito

(III) Cópia do ato de nomeação ou eleição dos dirigentes da interessada.

Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato de nomeação da mantenedora e da IES mantida.

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(IV) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente[2].

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Não se aplica.

Requisito

(V) Declaração de que trata o § 2º do art. 15 do RSR.

Base normativa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2074-6620pg-244> pg. 244

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Art. 15, § 2º, do RSR

Forma de comprovação

A declaração consta do requerimento de outorga (SEI- 10071278 e SEI-11293022)

Requisito

(VI) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis ou, quando a entidade não houver completado um exercício fiscal, balanço de abertura.

Base normativa

Art. 15, § 4º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278)

Requisito

(VII) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Base normativa

Art. 15, § 4º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplicável apenas no caso de IES privada constituída sobre a forma de sociedade empresária.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(VIII) Prova de inscrição no CNPJ

Base normativa

Art. 15, § 7º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10614958)

Requisito

(IX) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11293022) Validade: 16/06/2024

Requisito

(X) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual/distrital da sede da pessoa jurídica

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2023-06-20/pg-245>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Atendido (SEI-11293022) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica quando se tratar de entidade sediada no Distrito Federal.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel

Base normativa

Art. 15, § 7º, III, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica caso se trate de entidade que não seja executante de serviço de radiodifusão.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XIII) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Base normativa

Art. 15, § 7º, IV, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 01/02/2024

Requisito

(XIV) Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

Base normativa

Art. 15, § 7º, V, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11218932) Validade: 14/05/2024

Requisito

(XV) Relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.

Base normativa

Art. 138, § 3º, c/c Anexo XI “n” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas se a interessada for sociedade por ações.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XVI) Apresentação de cópia de documento de identificação capaz de comprovar a nacionalidade dos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://portal.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/2024-06-20/pg-246> pg. 246

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Base normativa

Art. 15, § 3º, do RSR, e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: A exigência de apresentação de documentos de identificação dos sócios não se aplica a fundações ou associações.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(XVII) Convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo

Base normativa

Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XVIII) Cópia de documento de identificação oficial com foto do representante da IES com a qual o convênio foi firmado

Base normativa

Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XIX) Assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Base normativa

Art. 2º, I, da Lei nº 6.634, de 1979, e art. 149 da PRT Consolidação nº1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas no caso de localidade situada em faixa de fronteira.

Forma de comprovação

Não se aplica

29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão[3].

Das minutas de Decreto e de Exposição de Motivos

30. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional (art. 6º, § 1º, do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.datenticidade-assinatura.camara.leg.br/23185d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193/Exposicao-de-interesse-em-OC-630-2024-4218389311-33955E035040/2076-46/2016-867/> pg. 247

RSR). Nos termos do art. 149 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, deve constar do ato de outorga: (i) o nome e o CNPJ da pessoa jurídica outorgada; (ii) o serviço a ser prestado; (iii) a Instituição de Educação Superior (IES) responsável pela execução do serviço e sua mantenedora, se for o caso; (iv) a localidade de prestação do serviço e o canal; e (v) as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

31. A minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684) contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação.

32. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a correção da denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

33. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão:

Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

34. A SECOE justificou a inclusão do dispositivo em questão nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. Ressalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVD (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018)

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)



§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

11. No entanto, de acordo com o art. 504. da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023, "o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U, conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684. (grifos no original)

35. Como já apontado pela Secretaria, o serviço de retransmissão de televisão (RTV) é um serviço ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, regido por normatização própria (Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 476 e seguintes da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

36. Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

37. Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

38. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

39. Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.

40. Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684).

41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da mencionada autorização.

42. Oriento, por fim, a realização da mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição



de Motivos (SEI- 11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI- 11366686).

43. Após os ajustes ora recomendados, as minutas estarão adequadas aos fins a que se destinam, bem como aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado

IV - CONCLUSÃO

44. Ante o exposto, concluo que não há óbice jurídico à outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens em favor da entidade interessada, observadas as orientações deste Parecer, especialmente as constantes dos itens 29, 32, 40, 41 e 42.

45. Após os ajustes recomendados, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas estarão adequadas aos fins a que se destinam e aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

46. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, emita o Decreto de outorga, caso em que o ato deverá ser submetido à deliberação do Congresso Nacional.

47. Ressalvo ainda que a outorga de radiodifusão de que se trata somente se aperfeiçoará após a celebração do contrato de concessão.

48. A Coordenação de Apoio Administrativo deve providenciar o espelhamento no Sapiens do processo principal da seleção pública (NUP: 53900.056089/2015-76).

49. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior

Brasília, 08 de maio de 2024.

DAVI PEREIRA ALVES

Procurador Federal

Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Notas

1. ^ A outorga de radiodifusão só se aperfeiçoa com a celebração do contrato de permissão ou de concessão, conforme o caso. Nesse sentido, vide os §§ 38 a 43 do PARECER n. 00116/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53900.040055/2015-60).

2. ^ No caso de associações ou fundações, é possível admitir como "documento equivalente" para os fins do inciso VI do art. 99 da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023: (i) certidão do cartório de registro de pessoas jurídicas que informe quais são os atuais administradores da entidade e respectivo mandato acompanhada de cópia registrada do estatuto social da entidade; (ii) cópia da ata de eleição dos administradores da entidade acompanhada de cópia do estatuto social registrados no cartório competente; ou (iii) certidão de inteiro teor do cartório de registro de pessoas jurídicas que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

acompanhe esses mesmos documentos (ata de eleição de administradores e estatuto social). Vide o DESPACHO n. 02154/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU (NUP: 53500.077990/2021-32).

3. ^ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1487578302 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-05-2024 16:28. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-
6119/6915

DESPACHO n. 00837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADO: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

ASSUNTO: Radiodifusão de sons e imagens. Finalidade educativa. Emissão de outorga.

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Davi Pereira Alves, Procurador Federal e Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos, referente ao deferimento do pedido de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4995/2024/SEI- MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para a entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa , explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do citado PARECER, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6º e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; e da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023.
5. Em relação à orientação apresentada no item 29 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

6. Deste modo e após observar as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão à entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa, com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da emissão da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1493897587 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:20. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-
6119/6915

DESPACHO n. 00839/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Decreto de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 837/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de maio de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1494319410 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:54. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 29849/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.007440/2016-86.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/09/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11859009** e o código CRC **C3975E86**.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11859009



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Brasília, 5 de Setembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.007440/2016-86, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023.
2. O processo de seleção em questão fez parte do Edital nº 94/2015/SEI-MC, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
3. No curso processual foram realizadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, não havendo qualquer óbice legal e normativo ao prosseguimento do pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou de modo favorável à outorga, por meio da Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM, e a Consultoria Jurídica, de igual modo, também apresentou considerações favoráveis, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
4. Em conformidade com os preceitos estabelecidos no § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, a outorga, objeto do presente processo, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

DECRETO DE DE DE 2024.

Outorga concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição Federal, o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, caput, e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo Administrativo nº 53900.056089/2015-76,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica outorgada concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; º da Independência e º da República.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-
6119/6915

PARECER n. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão de sons e imagens. TV educativa. Decreto de outorga.

EMENTA: RÁDIO-DIFUSÃO DE SOMS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. SELEÇÃO PÚBLICA. DECRETO DE OUTORGA. POSSIBILIDADE.

I – A outorga de radiodifusão com fins exclusivamente educativos não exige prévia licitação. Mas requer a realização de processo de seleção na forma da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

II – Após a homologação do procedimento de seleção, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional para posterior celebração do contrato de concessão.

III – Pela ausência de óbices jurídicos à edição do Decreto de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG, por meio do canal 25E, que foi objeto do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015.

2. Por meio do Ofício interno nº 49228/2024/MCOM (SEI-11464711), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE solicitou análise e manifestação desta Consultoria Jurídica a respeito da publicação de Decreto de outorga em favor da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, inscrita no CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29.

3. O processo de seleção (NUP: 53900.056089/2015-76) foi homologado por meio do Edital nº 97/2023/SEI- MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, que divulgou o resultado do certame e adjudicou o respectivo objeto à referida entidade vencedora.

4. Por meio do Checklist (SEI-11315686) foi realizada a análise documental dos requisitos necessários para o deferimento da outorga. Na Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687), a SECOE concluiu que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento da outorga em favor da entidade declarada como vencedora do certame.

5. A localidade em que será prestado o serviço não está localizada em faixa de fronteira.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

6. Constan do processo minutas de Decreto Presidencial (SEI-11366684) e de Exposição de Motivos (SEI-11366685) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

7. É o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico- administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

9. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a formalização da outorga de TV educativa

10. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da Constituição, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

11. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). O § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

12. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

13. A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM)



quanto de sons e imagens (TV), que se destina à “divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” sem caráter comercial ou finalidade lucrativa, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda e o patrocínio dos programas transmitidos (art. 13 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e arts. 123 e 124 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Portanto, as TVs educativas devem destinar integralmente seu tempo à emissão de programas educativo-culturais (art. 124, § 1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

14. Só podem executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: (i) a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; (ii) as instituições de educação superior credenciadas pelo Ministério da Educação; e (iii) as fundações de direito público ou privado (art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Para obter a outorga, as universidades e fundações devem comprovar que possuem recursos próprios para o empreendimento (art. 14, § 1º, do Decreto-lei nº 236, de 1967). Com exceção das pessoas de direito público, as demais entidades interessadas devem possuir, entre as finalidades institucionais previstas nos respectivos atos constitutivos ou estatuto, a de executar serviços de radiodifusão (art. 136, § 3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

15. No caso de fundações privadas que não sejam elas próprias instituições de educação superior (IES), é necessário que mantenham algum tipo de vínculo jurídico com uma IES credenciada pelo Ministério da Educação com sede ou campus localizado no Estado (ou Distrito Federal) em que o serviço será executado e que garanta suporte pedagógico e técnico para a produção de programas educacionais (art. 138, §§ 4º a 6º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Embora a norma mencione o termo “convênio”, qualquer instrumento jurídico, independentemente de sua denominação, que contemple as informações e cláusulas exigidas pelo § 5º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, poderá ser admitido para esse fim.

16. Não é exigida licitação para a outorga do serviço de radiodifusão educativa (art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236 e art. 13, § 1º, do RSR). Porém, o art. 133 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exige que as outorgas de concessão ou permissão de radiodifusão educativa sejam precedidas de procedimento de seleção.

17. O Ministério das Comunicações deve dar publicidade ao procedimento de seleção pública por meio da publicação de extrato do respectivo edital, cujo inteiro teor deve ser divulgado no sítio eletrônico desta Pasta na Internet (art. 135 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

18. As entidades interessadas em participar da seleção devem apresentar requerimento de outorga juntamente com todos os documentos necessários para a sua habilitação no prazo estipulado no edital (art. 138 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). No caso de instituição de educação superior que esteja sob a condição de “mantida”, o requerimento deve ser apresentado em conjunto com sua mantenedora (art. 137 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). A documentação que deve ser apresentada, conforme a natureza da pessoa jurídica interessada, está descrita nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

19. Encerrada a fase de inscrição, o Ministério das Comunicações deve proceder a classificação das interessadas conforme a ordem de preferência estabelecida no art. 140 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023. Em seguida, o Ministério das Comunicações deve verificar se a entidade classificada em primeiro lugar preenche todos os requisitos para habilitação (art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Deverá ser inabilitada a entidade que: (i) deixe de apresentar a documentação exigida ou a apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as regras do edital; (ii) deixe de cumprir outras exigências do edital; (iii) possua outorga de radiodifusão para o mesmo tipo de serviço na mesma localidade; (iv) promova a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou (v) exceda ou venha a exceder os limites



quantitativos de outorgas de radiodifusão previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967 (art. 143 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Em caso de inabilitação, o Ministério das Comunicações deve examinar a documentação das demais entidades conforme a ordem de classificação (art. 144 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

20. Após encerrada a fase de recursos, o Secretário de Comunicação Social Eletrônica deve homologar o resultado definitivo da seleção em ato que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, em que constará a decisão a eventuais recursos que tenham sido apresentados (art. 147 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

21. Caso se trate de localidade em faixa de fronteira, o Ministério das Comunicações deve solicitar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), conforme previsto na Lei nº 6.634, de 1979, e no Decreto nº 85.064, de 1980 (art. 148 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

22. Concluído o processo de seleção, compete ao Presidente da República editar o Decreto de outorga[1] do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos (art. 6º, § 1º, do RSR) para que seja submetida à deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 1º, da Constituição). Em caso de deliberação favorável do Poder Legislativo e desde que preenchidos os requisitos necessários, deverá ser firmado o contrato de concessão para a outorga do serviço (art. 31-A, § 11, do RSR).

Do atendimento aos requisitos para a edição do Decreto de outorga

23. Por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, foi divulgado o resultado da seleção pública, havendo sido declarada como vencedora da FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29. Trata-se de fundação pública vinculada ao Governo Estadual de Minas Gerais.

24. Em se tratando a entidade vencedora de pessoa jurídica de direito público, não se exige que dentre suas finalidades institucionais conste a execução de serviços de radiodifusão, de modo que está atendido o § 3º art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

25. Tratando-se a interessada de fundação pública estadual, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e não se aplica a exigência de apresentação de vínculo jurídico com instituição de educação superior prevista nos §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

26. De acordo com a documentação apresentada (SEI-10071278 e SEI-11293022), todos os dirigentes da interessada são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

27. Em sua Nota Técnica, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica informou que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, o que fez nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de



28. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua Nota Técnica e no Checklist por ela realizado que a documentação apresentada pela interessada está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito

(I) Requerimento de outorga corretamente preenchido.

Base normativa

Art. 15, § 1º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(II) Cópia do ato constitutivo da entidade e suas alterações com registro no órgão competente. Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato constitutivo da mantenedora e da IES mantida.

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278)

Requisito

(III) Cópia do ato de nomeação ou eleição dos dirigentes da interessada.

Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato de nomeação da mantenedora e da IES mantida.

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(IV) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente[2].

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Não se aplica.

Requisito

(V) Declaração de que trata o § 2º do art. 15 do RSR.



Base normativa
Art. 15, § 2º, do RSR

Forma de comprovação
A declaração consta do requerimento de outorga (SEI- 10071278 e SEI-11293022)

Requisito
(VI) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis ou, quando a entidade não houver completado um exercício fiscal, balanço de abertura.

Base normativa
Art. 15, § 4º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.
Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação
Atendido (SEI-10071278)

Requisito
(VII) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Base normativa
Art. 15, § 4º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.
Obs.: Aplicável apenas no caso de IES privada constituída sobre a forma de sociedade empresária.

Forma de comprovação
Não se aplica

Requisito
(VIII) Prova de inscrição no CNPJ

Base normativa
Art. 15, § 7º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação
Atendido (SEI-10614958)

Requisito
(IX) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal

Base normativa
Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação
Atendido (SEI-11293022) Validade: 16/06/2024

Requisito
(X) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual/distrital da sede da pessoa jurídica

Base normativa
Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.



Forma de comprovação

Atendido (SEI-11293022) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica quando se tratar de entidade sediada no Distrito Federal.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel

Base normativa

Art. 15, § 7º, III, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica caso se trate de entidade que não seja executante de serviço de radiodifusão.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XIII) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Base normativa

Art. 15, § 7º, IV, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 01/02/2024

Requisito

(XIV) Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

Base normativa

Art. 15, § 7º, V, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11218932) Validade: 14/05/2024

Requisito

(XV) Relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.

Base normativa

Art. 138, § 3º, c/c Anexo XI “n” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas se a interessada for sociedade por ações.

Forma de comprovação

Não se aplica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Requisito

(XVI) Apresentação de cópia de documento de identificação capaz de comprovar a nacionalidade dos dirigentes da entidade interessada e dos respectivos sócios.

Base normativa

Art. 15, § 3º, do RSR, e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: A exigência de apresentação de documentos de identificação dos sócios não se aplica a fundações ou associações.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(XVII) Convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo

Base normativa

Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XVIII) Cópia de documento de identificação oficial com foto do representante da IES com a qual o convênio foi firmado

Base normativa

Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XIX) Assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Base normativa

Art. 2º, I, da Lei nº 6.634, de 1979, e art. 149 da PRT Consolidação nº1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas no caso de localidade situada em faixa de fronteira.

Forma de comprovação

Não se aplica

29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão[3].

Das minutas de Decreto e de Exposição de Motivos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

30. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional (art. 6º, § 1º, do RSR). Nos termos do art. 149 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, deve constar do ato de outorga: (i) o nome e o CNPJ da pessoa jurídica outorgada; (ii) o serviço a ser prestado; (iii) a Instituição de Educação Superior (IES) responsável pela execução do serviço e sua mantenedora, se for o caso; (iv) a localidade de prestação do serviço e o canal; e (v) as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

31. A minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684) contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação.

32. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a correção da denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

33. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão:

Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

34. A SECOE justificou a inclusão do dispositivo em questão nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. Ressalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVD (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018)

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de



sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

11. No entanto, de acordo com o art. 504. da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023, "o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U, conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684. (grifos no original)

35. Como já apontado pela Secretaria, o serviço de retransmissão de televisão (RTV) é um serviço ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, regido por normatização própria (Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 476 e seguintes da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

36. Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

37. Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

38. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

39. Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.

40. Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684).

41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da



mencionada autorização.

42. Oriente, por fim, a realização da mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição de Motivos (SEI- 11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI- 11366686).

43. Após os ajustes ora recomendados, as minutas estarão adequadas aos fins a que se destinam, bem como aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado

IV - CONCLUSÃO

44. Ante o exposto, concluo que não há óbice jurídico à outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens em favor da entidade interessada, observadas as orientações deste Parecer, especialmente as constantes dos itens 29, 32, 40, 41 e 42.

45. Após os ajustes recomendados, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas estarão adequadas aos fins a que se destinam e aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

46. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, emita o Decreto de outorga, caso em que o ato deverá ser submetido à deliberação do Congresso Nacional.

47. Ressalvo ainda que a outorga de radiodifusão de que se trata somente se aperfeiçoará após a celebração do contrato de concessão.

48. A Coordenação de Apoio Administrativo deve providenciar o espelhamento no Sapiens do processo principal da seleção pública (NUP: 53900.056089/2015-76).

49. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior

Brasília, 08 de maio de 2024.

DAVI PEREIRA ALVES

Procurador Federal

Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Notas

1. ^ A outorga de radiodifusão só se aperfeiçoa com a celebração do contrato de permissão ou de concessão, conforme o caso. Nesse sentido, vide os §§ 38 a 43 do PARECER n. 00116/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53900.040055/2015-60).

2. ^ No caso de associações ou fundações, é possível admitir como "documento equivalente" para os fins do inciso VI do art. 99 da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023: (i) certidão do cartório de registro de pessoas jurídicas que informe quais são os atuais administradores da entidade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

e respectivo mandato acompanhada de cópia registrada do estatuto social da entidade; (ii) cópia da ata de eleição dos administradores da entidade acompanhada de cópia do estatuto social registrados no cartório competente; ou (iii) certidão de inteiro teor do cartório de registro de pessoas jurídicas que acompanhe esses mesmos documentos (ata de eleição de administradores e estatuto social). Vide o DESPACHO n. 02154/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU (NUP: 53500.077990/2021-32). 3. ^ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1487578302 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-05-2024 16:28. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-
6119/6915

DESPACHO n. 00837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADO: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

ASSUNTO: Radiodifusão de sons e imagens. Finalidade educativa. Emissão de outorga.

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Davi Pereira Alves, Procurador Federal e Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos, referente ao deferimento do pedido de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4995/2024/SEI- MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para a entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa , explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do citado PARECER, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6º e ss. do Decreto nº 52.795,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; e da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023.

5. Em relação à orientação apresentada no item 29 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

6. Deste modo e após observar as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão à entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa, com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da emissão da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1493897587 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:20. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

DESPACHO n. 00839/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Decreto de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 837/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de maio de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1494319410 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:54. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão de sons e imagens. TV educativa. Decreto de outorga.

EMENTA: RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. SELEÇÃO PÚBLICA. DECRETO DE OUTORGA. POSSIBILIDADE.

I – A outorga de radiodifusão com fins exclusivamente educativos não exige prévia licitação. Mas requer a realização de processo de seleção na forma da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

II – Após a homologação do procedimento de seleção, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional para posterior celebração do contrato de concessão.

III – Pela ausência de óbices jurídicos à edição do Decreto de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de seleção pública para outorga de **serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos**, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal **25E**, que foi objeto do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015.

2. Por meio do Ofício interno nº 49228/2024/MCOM (SEI-11464711), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE solicitou análise e manifestação desta Consultoria Jurídica a respeito da **publicação de Decreto de outorga** em favor da **Fundação TV Minas Cultural e Educativa**, inscrita no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**.

3. O processo de seleção (NUP: 53900.056089/2015-76) foi homologado por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, que divulgou o resultado do certame e adjudicou o respectivo objeto à referida entidade vencedora.

4. Por meio do Checklist (SEI-11315686) foi realizada a análise documental dos requisitos necessários para o deferimento da outorga. Na Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687), a SECOE concluiu que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento da outorga em favor da entidade declarada como vencedora do certame.

5. A localidade em que será prestado o serviço não está localizada em faixa de fronteira.

6. Constam do processo minutas de Decreto Presidencial (SEI-11366684) e de Exposição de Motivos (SEI-11366685) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

7. É o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

9. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

o Dos requisitos para a formalização da outorga de TV educativa

10. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da Constituição, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

11. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). O § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

12. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

13. A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à "divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates" sem caráter comercial ou finalidade lucrativa, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda e o patrocínio dos programas transmitidos (art. 13 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, e arts. 123 e 124 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Portanto, as TVs educativas devem destinar integralmente seu tempo à emissão de programas educativo-culturais (art. 124, § 1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

14. Só podem executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: (i) a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; (ii) as instituições de educação superior credenciadas pelo Ministério da Educação; e (iii) as fundações de direito público ou privado (art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, e art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Para obter a outorga, as universidades e fundações devem comprovar que possuem recursos próprios para o empreendimento (art. 14, § 1º, do Decreto-Lei nº 236, de 1967). Com exceção das pessoas de direito público, as demais entidades interessadas devem possuir, entre as finalidades institucionais previstas nos respectivos atos constitutivos ou estatuto, a de executar serviços de radiodifusão (art. 136, § 3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

15. No caso de fundações privadas que não sejam elas próprias instituições de educação superior (IES), é necessário que mantenham algum tipo de vínculo jurídico com uma IES credenciada pelo Ministério da Educação com sede ou campus localizado no Estado (ou Distrito Federal) em que o serviço será executado e que garanta suporte pedagógico e técnico para a produção de programas educacionais (art. 138, §§ 4º a 6º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Embora a norma mencione o termo "convênio", qualquer instrumento jurídico, independentemente de sua denominação, que contemple as informações e cláusulas exigidas pelo § 5º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, poderá ser admitido para esse fim.

16. Não é exigida licitação para a outorga do serviço de radiodifusão educativa (art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236 e art. 13, § 1º, do RSR). Porém, o art. 133 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exige que as outorgas de concessão ou permissão de radiodifusão educativa sejam precedidas de procedimento de seleção.

17. O Ministério das Comunicações deve dar publicidade ao procedimento de seleção pública por meio da publicação de extrato do respectivo edital, cujo inteiro teor deve ser divulgado no sítio eletrônico desta Pasta na Internet (art. 135 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

18. As entidades interessadas em participar da seleção devem apresentar requerimento de outorga juntamente com todos os documentos necessários para a sua habilitação no prazo estipulado no edital (art. 138 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). No caso de instituição de educação superior que esteja sob a condição de "mantida", o requerimento deve ser apresentado em conjunto com sua mantenedora (art. 137 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). A documentação que deve ser apresentada, conforme a natureza da pessoa jurídica interessada, está descrita nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

19. Encerrada a fase de inscrição, o Ministério das Comunicações deve proceder a classificação das interessadas conforme a ordem de preferência estabelecida no art. 140 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023. Em seguida, o Ministério das Comunicações deve verificar se a entidade classificada em primeiro lugar preenche todos os requisitos para habilitação (art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Deverá ser inabilitada a entidade que: (i) deixe de apresentar a documentação exigida ou a apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as regras do edital; (ii) deixe de cumprir outras exigências do edital; (iii) possua outorga de radiodifusão para o mesmo tipo de serviço na mesma localidade; (iv) promova a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou (v) exceda ou venha a exceder os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967 (art. 143 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Em caso de inabilitação, o Ministério das Comunicações deve examinar a documentação das demais entidades conforme a ordem de classificação (art. 144 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

20. Após encerrada a fase de recursos, o Secretário de Comunicação Social Eletrônica deve homologar o resultado definitivo da seleção em ato que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, em que constará a decisão a eventuais recursos que tenham sido apresentados (art. 147 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

21. Caso se trate de localidade em faixa de fronteira, o Ministério das Comunicações deve solicitar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), conforme previsto na Lei nº 6.634, de 1979, e no Decreto nº 85.064, de 1980 (art. 148 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

22. Concluído o processo de seleção, compete ao Presidente da República editar o Decreto de outorga^[1] do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos (art. 6º, § 1º, do RSR) para que seja submetida à deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 1º, da Constituição). Em caso de deliberação favorável do Poder Legislativo e desde que preenchidos os requisitos necessários, deverá ser firmado o contrato de concessão para a outorga do serviço (art. 31-A, § 11, do RSR).

• Do atendimento aos requisitos para a edição do Decreto de outorga



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23. Por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, foi divulgado o resultado da seleção pública, havendo sido declarada como vencedora da **FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ sob o nº **21.229.281/0001-29**. Trata-se de fundação pública vinculada ao Governo Estadual de Minas Gerais.
24. Em se tratando a entidade vencedora de pessoa jurídica de direito público, não se exige que dentre suas finalidades institucionais conste a execução de serviços de radiodifusão, de modo que está atendido o § 3º art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
25. Tratando-se a interessada de fundação pública estadual, está atendida a regra do *caput* do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e não se aplica a exigência de apresentação de vínculo jurídico com instituição de educação superior prevista nos §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
26. De acordo com a documentação apresentada (SEI-10071278 e SEI-11293022), todos os dirigentes da interessada são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.
27. Em sua Nota Técnica, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica informou que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, o que fez nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15/01/2024 (SEI nº 11315827).

28. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua Nota Técnica e no Checklist por ela realizado que a documentação apresentada pela interessada está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito	Base normativa	Forma de comprovação
(I) Requerimento de outorga corretamente preenchido.	Art. 15, § 1º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023	Atendido (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(II) Cópia do ato constitutivo da entidade e suas alterações com registro no órgão competente. <i>Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato constitutivo da mantenedora e da IES mantida.</i>	Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).</i>	Atendido (SEI-10071278)
(III) Cópia do ato de nomeação ou eleição dos dirigentes da interessada. <i>Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato de nomeação da mantenedora e da IES mantida.</i>	Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(IV) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente ^[2] .	Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).</i>	Não se aplica.
(V) Declaração de que trata o § 2º do art. 15 do RSR.	Art. 15, § 2º, do RSR	A declaração consta do requerimento de outorga (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(VI) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis ou, quando a entidade não houver completado um exercício fiscal, balanço de abertura.	Art. 15, § 4º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).</i>	Atendido (SEI-10071278)
(VII) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 15, § 4º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Aplicável apenas no caso de IES privada constituída sobre a forma de sociedade empresária.</i>	Não se aplica
(VIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 15, § 7º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-10614958)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/latest

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

(IX) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal	Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-11293022) Validade: 16/06/2024
(X) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual/distrital da sede da pessoa jurídica	Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-11293022) Validade: 14/02/2024
(XI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica	Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica quando se tratar de entidade sediada no Distrito Federal.</i>	Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024
(XII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 15, § 7º, III, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Não se aplica caso se trate de entidade que não seja executante de serviço de radiodifusão.</i>	Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024
(XIII) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	Art. 15, § 7º, IV, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-11315827) Validade: 01/02/2024
(XIV) Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho	Art. 15, § 7º, V, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.	Atendido (SEI-11218932) Validade: 14/05/2024
(XV) Relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.	Art. 138, § 3º, c/c Anexo XI “n” da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Aplica-se apenas se a interessada for sociedade por ações.</i>	Não se aplica
(XVI) Apresentação de cópia de documento de identificação capaz de comprovar a nacionalidade dos dirigentes da entidade interessada e dos respectivos sócios.	Art. 15, § 3º, do RSR, e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: A exigência de apresentação de documentos de identificação dos sócios não se aplica a fundações ou associações.</i>	Atendido (SEI-10071278 e SEI-11293022)
(XVII) Convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo	Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.</i>	Não se aplica
(XVIII) Cópia de documento de identificação oficial com foto do representante da IES com a qual o convênio foi firmado	Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.</i>	Não se aplica
(XIX) Assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN).	Art. 2º, I, da Lei nº 6.634, de 1979, e art. 149 da PRT Consolidação nº 1, de 2023. <i>Obs.: Aplica-se apenas no caso de localidade situada em faixa de fronteira.</i>	Não se aplica

29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão^[3].

o Das minutas de Decreto e de Exposição de Motivos

30. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional (art. 6º, § 1º, do RSR). Nos termos do art. 149 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, deve constar do ato de outorga: (i) o nome e o CNPJ da pessoa jurídica outorgada; (ii) o serviço a ser prestado; (iii) a Instituição de Educação Superior (IES) responsável pela execução do serviço e sua mantenedora, se for o caso; (iv) a localidade de prestação do serviço e o canal; e (v) as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

31. A minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684) contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação.



32. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a correção da denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

33. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão:

Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

34. A SECOE justificou a inclusão do dispositivo em questão nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. **Resalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVD (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):**

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018)

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

11. No entanto, de acordo com o art. 504, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023, "o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U., conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684. (grifos no original)

35. Como já apontado pela Secretaria, o serviço de retransmissão de televisão (RTV) é um serviço ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, regido por normatização própria (Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 476 e seguintes da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

36. Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

37. Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).

38. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

39. Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.

40. Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684).

41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da mencionada autorização.

42. Oriente, por fim, a realização da mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição de Motivos (SEI-11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI-11366686).



43. Após os ajustes ora recomendados, as minutas estarão adequadas aos fins a que se destinam, bem como aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado

IV - CONCLUSÃO

44. Ante o exposto, concluo que não há óbice jurídico à outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens em favor da entidade interessada, observadas as orientações deste Parecer, especialmente as constantes dos itens 29, 32, 40, 41 e 42.

45. Após os ajustes recomendados, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas estarão adequadas aos fins a que se destinam e aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

46. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, emita o Decreto de outorga, caso em que o ato deverá ser submetido à deliberação do Congresso Nacional.

47. Ressalvo ainda que a outorga de radiodifusão de que se trata somente se aperfeiçoará após a celebração do contrato de concessão.

48. A Coordenação de Apoio Administrativo deve providenciar o espelhamento no Sapiens do processo principal da seleção pública (NUP: 53900.056089/2015-76).

49. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior

Brasília, 08 de maio de 2024.

DAVI PEREIRA ALVES
Procurador Federal
Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Notas

- ¹ A outorga de radiodifusão só se aperfeiçoa com a celebração do contrato de permissão ou de concessão, conforme o caso. Nesse sentido, vide os §§ 38 a 43 do PARECER n. 00116/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53900.040055/2015-60).
- ² No caso de associações ou fundações, é possível admitir como "documento equivalente" para os fins do inciso VI do art. 99 da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023: (i) certidão do cartório de registro de pessoas jurídicas que informe quais são os atuais administradores da entidade e respectivo mandato acompanhada de cópia registrada do estatuto social da entidade; (ii) cópia da ata de eleição dos administradores da entidade acompanhada de cópia do estatuto social registrados no cartório competente; ou (iii) certidão de inteiro teor do cartório de registro de pessoas jurídicas que acompanhe esses mesmos documentos (ata de eleição de administradores e estatuto social). Vide o DESPACHO n. 02154/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53500.077990/2021-32).
- ³ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).



Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1487578302 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-05-2024 16:28. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADO: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

ASSUNTO: Radiodifusão de sons e imagens. Finalidade educativa. Emissão de outorga.

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pelo **Dr. Davi Pereira Alves, Procurador Federal e Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos**, referente ao deferimento do pedido de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 4995/2024/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para a **entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa**, explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do citado PARECER**, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss. do Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6° e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; e da Portaria de Consolidação GM/MCOM N° 1°, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 106, de 05 de junho de 2023.
5. Em relação à orientação apresentada no item 29 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.
6. Deste modo e após observar as orientações apresentadas **nos itens 29, 32, 40 a 42 do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão à **entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa**, com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da emissão da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.
8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1493897587 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:20. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/38738640/visualizar/2369724935-1493897587>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00839/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86
INTERESSADOS: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Decreto de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de maio de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1494319410 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:54. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Processo para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do Decreto Presidencial de outorga da concessão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do § 2º, do art. 31, do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29.

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):



Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Após o devido atendimento das orientações, não existe impedimento jurídico para que seja conferida a outorga à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 2268/2024/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53900.007440/2016-86, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.056089/2015-76.**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Fase de envio à Consultoria Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de fase de publicação de ato da outorga deferida ao GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, vencedora do processo de seleção pública, de serviço de radiodifusão em sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Varginha/MG**, por meio do canal 25E, constante do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, publicada no D.O.U. de 21 de setembro de 2015 c/c a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), conforme Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

ANÁLISE

2. Conforme toda a narrativa já detalhada na consolidação da Nota Técnica nº 393/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218930) e na Nota Técnica nº 12129/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11218930, p.7), houve publicação de Edital de Resultado, sagrando-se vencedor o GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA) - Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2023 (SEI nº 11218930, p.13).

3. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (Checklist SEI nº 11315686). Sobre o assunto, ressalta-se que a mencionada documentação foi conhecida, para fins de instrução processual, visto que a sua protocolização ocorrera no prazo estabelecido do Edital nº 04/2022, publicado em 02 de fevereiro de 2022.

4. Em relação à habilitação jurídica, a entidade juntou requerimento de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 15, §§ 1º e 2º, em conformidade com os §§ 1º e 2º do artigo 13 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020. Destaque-se que, por se tratar de entidade pública, as exigências contidas na norma são distintas em relação às das entidades privadas.

5. Logo, entende-se que a habilitação jurídica da entidade, para fins da outorga do serviço de radiodifusão, restou devidamente demonstrada, na forma do art. 15, § 1º e § 2º, e do art. 113, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 bem como



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Nota Técnica 2268 (14366687)

SEI 53900.007440/2016-86 / pg. 1

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

encontra consonância com o disposto no anexo próprio da Portaria nº 3238/2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023), e pelo exigido no correspondente Edital de Seleção Pública.

6. Em relação à qualificação econômico-financeira, bem como à regularidade fiscal e trabalhista, a entidade acostou aos autos balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do último exercício, sendo que as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED estão dispensadas de comprovar os itens II e III do *caput* - Origem: PRT SERAD-SEI/MCTIC 6.843/2019, art. 3º, §1º, substituídos pelo art. 7º, §1º da Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023 (SEI nº 10071278, págs. 38-64). Da análise da documentação, entende-se que a documentação contábil se encontra em consonância com o disposto especialmente nos arts. 3º e 4º da Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023), conforme o resultado dos índices de solvência constantes do Checklist enunciado (SEI nº 11315686).

7. Colacionou-se, ainda, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Apresentou-se, de igual modo, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Anexou-se, inclusive, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor, conforme lista de verificação de documentos SEI nº 11315686.

8. Então, pela documentação acostada aos autos, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, sob a perspectiva econômico-financeira e fiscal, de modo a impossibilitar a continuidade da prestação do serviço de radiodifusão, tudo com base no art. 113, incisos III e IV, V, VI, VII, VIII e IX, e art. 15, inciso I, II e III, e § 2º, ambos do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.405/2020 em conjunto com o disposto na Portaria nº 6.843/2019 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação SECOE/MCOM nº 2/2023).

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15/01/2024 (SEI nº 11315827).

10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVD), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. **Ressalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVD (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):**

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e ([Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018](#))

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. ([Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020](#))

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. ([Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020](#))

§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. ([Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020](#))

No entanto, de acordo com o art. 504. da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Nota Técnica 2208 (1-366687)

SEI 55300.007440/2016-86 / pg. 2



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

"o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que **a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.**

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U, conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684.

13. **Destaque-se ainda que, conforme expresso no Ofício TVMINAS/RTV nº 1/2024, datado de 05/01/2024 (Requerimento SEI nº 11314081, p.2), em resposta a questionamento feito pela área, o GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA) informou só ter interesse na presente outorga, restando assim configurada a desistência expressa da entidade na sua participação em todas as demais seleções de outorga referentes aos editais nº 94/2015, nº 88/2016 e nº 166/2016.**

14. Por fim, atendendo ao disposto na legislação vigente, após a adjudicação do objeto ao vencedor do procedimento seletivo, o Ministério das Comunicações publicará ato do qual constarão, dentre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - o serviço a ser prestado; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - a área da prestação do serviço; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (agora MCOM) portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

15. Importante mencionar que com a entrada em vigor no dia 1º de setembro de 2020 do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão, retirando inclusive a necessidade de apresentação prévia do projeto técnico da estação, haverá primeiramente a publicação de Portaria (no caso de permissões) ou de Decreto Presidencial (no caso de concessões), quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional e publicação do respectivo Decreto Legislativo, autorização de uso de radiofrequência e a licença de funcionamento junto à Anatel, e finalmente a assinatura do contrato no Ministério. Ressalte-se, no entanto, que a citada inversão nas fases não exime a área técnica de atestar a observância das condições técnicas necessárias para a entrada em funcionamento antes da celebração do contrato.

16. Assim, preenchidos todos os requisitos, entende-se possível a remessa dos autos à Consultoria Jurídica - Conjur para verificação da regularidade dos atos a serem submetidos à Presidência Pública, a quem compete a decisão sobre o pedido, em se tratando de outorga das concessões de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Nota Técnica 2208 (1366687)

SEI 55300.007440/2016-86 / pg. 3

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

serviços de radiodifusão em sons e imagens, nos termos do §1º do art. 6º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Decreto Presidencial e Exposição de Motivos com Parecer de Mérito (links das Minutas anexos), para que:

- a) se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- c) após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 09/02/2024, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2024, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 09/02/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11366687** e o código CRC **16D82FFE**.

Minutas e Anexos

Checklist SEI nº 11315686.

Minuta de Decreto SEI nº 11366684.

Minuta de Exposição de Motivos SEI nº 11366685.

Minuta de Parecer de Mérito SEI nº 11366686.

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

Documento nº 11366687



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

Nota Técnica 2208 (11366687)

SEI 53900.007440/2016-86 / pg. 4

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-

6119/6915

PARECER n. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão de sons e imagens. TV educativa. Decreto de outorga.

EMENTA: RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS.
SELEÇÃO PÚBLICA. DECRETO DE OUTORGA. POSSIBILIDADE.

- I – A outorga de radiodifusão com fins exclusivamente educativos não exige prévia licitação. Mas requer a realização de processo de seleção na forma da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.
- II – Após a homologação do procedimento de seleção, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional para posterior celebração do contrato de concessão.
- III – Pela ausência de óbices jurídicos à edição do Decreto de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG, por meio do canal 25E, que foi objeto do Edital de Seleção Pública nº 94/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

2. Por meio do Ofício interno nº 49228/2024/MCOM (SEI-11464711), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE solicitou análise e manifestação desta Consultoria Jurídica a respeito da publicação de Decreto de outorga em favor da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, inscrita no CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29.
3. O processo de seleção (NUP: 53900.056089/2015-76) foi homologado por meio do Edital nº 97/2023/SEI- MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, que divulgou o resultado do certame e adjudicou o respectivo objeto à referida entidade vencedora.
4. Por meio do Checklist (SEI-11315686) foi realizada a análise documental dos requisitos necessários para o deferimento da outorga. Na Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687), a SECOE concluiu que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento da outorga em favor da entidade declarada como vencedora do certame.
5. A localidade em que será prestado o serviço não está localizada em faixa de fronteira.
6. Constam do processo minutas de Decreto Presidencial (SEI-11366684) e de Exposição de Motivos (SEI-11366685) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.
7. É o relatório.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

8. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico- administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).
9. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.



III - FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a formalização da outorga de TV educativa

10. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da Constituição, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente

pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

11. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). O § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

12. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

13. A radiodifusão educativa é o serviço de radiodifusão, tanto em frequência modulada (FM) quanto de sons e imagens (TV), que se destina à "divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates" sem caráter comercial ou finalidade lucrativa, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda e o patrocínio dos programas transmitidos (art. 13 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e arts. 123 e 124 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Portanto, as TVs educativas devem destinar integralmente seu tempo à emissão de programas educativo-culturais (art. 124, § 1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



14. Só podem executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: (i) a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; (ii) as instituições de educação superior credenciadas pelo Ministério da Educação; e (iii) as fundações de direito público ou privado (art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Para obter a outorga, as universidades e fundações devem comprovar que possuem recursos próprios para o empreendimento (art. 14, § 1º, do Decreto-lei nº 236, de 1967). Com exceção das pessoas de direito público, as demais entidades interessadas devem possuir, entre as finalidades institucionais previstas nos respectivos atos constitutivos ou estatuto, a de executar serviços de radiodifusão (art. 136, § 3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

15. No caso de fundações privadas que não sejam elas próprias instituições de educação superior (IES), é necessário que mantenham algum tipo de vínculo jurídico com uma IES credenciada pelo Ministério da Educação com sede ou campus localizado no Estado (ou Distrito Federal) em que o serviço será executado e que garanta suporte pedagógico e técnico para a produção de programas educacionais (art. 138, §§ 4º a 6º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Embora a norma mencione o termo “convênio”, qualquer instrumento jurídico, independentemente de sua denominação, que contemple as informações e cláusulas exigidas pelo § 5º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, poderá ser admitido para esse fim.

16. Não é exigida licitação para a outorga do serviço de radiodifusão educativa (art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236 e art. 13, § 1º, do RSR). Porém, o art. 133 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exige que as outorgas de concessão ou permissão de radiodifusão educativa sejam precedidas de procedimento de seleção.

17. O Ministério das Comunicações deve dar publicidade ao procedimento de seleção pública por meio da publicação de extrato do respectivo edital, cujo inteiro teor deve ser divulgado no sítio eletrônico desta Pasta na Internet (art. 135 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

18. As entidades interessadas em participar da seleção devem apresentar requerimento de outorga juntamente com todos os documentos necessários para a sua habilitação no prazo estipulado no edital (art. 138 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). No caso de instituição de educação superior que esteja sob a condição de “mantida”, o requerimento deve ser apresentado em conjunto com sua mantenedora (art. 137 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). A documentação que deve ser apresentada, conforme a natureza da pessoa jurídica interessada, está descrita nos Anexo X, XI e XII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.

19. Encerrada a fase de inscrição, o Ministério das Comunicações deve proceder a classificação das interessadas conforme a ordem de preferência estabelecida no art. 140 da



Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023. Em seguida, o Ministério das Comunicações deve verificar se a entidade classificada em primeiro lugar preenche todos os requisitos para habilitação (art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Deverá ser inabilitada a entidade que: (i) deixe de apresentar a documentação exigida ou a apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as regras do edital; (ii) deixe de cumprir outras exigências do edital; (iii) possua outorga de radiodifusão para o mesmo tipo de serviço na mesma localidade; (iv) promova a alienação da IES mantida durante o procedimento de seleção; ou (v) exceda ou venha a exceder os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967 (art. 143 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023). Em caso de inabilitação, o Ministério das Comunicações deve examinar a documentação das demais entidades conforme a ordem de classificação (art. 144 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

20. Após encerrada a fase de recursos, o Secretário de Comunicação Social Eletrônica deve homologar o resultado definitivo da seleção em ato que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, em que constará a decisão a eventuais recursos que tenham sido apresentados (art. 147 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

21. Caso se trate de localidade em faixa de fronteira, o Ministério das Comunicações deve solicitar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), conforme previsto na Lei nº 6.634, de 1979, e no Decreto nº 85.064, de 1980 (art. 148 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023).

22. Concluído o processo de seleção, compete ao Presidente da República editar o Decreto de outorga[1] do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins educativos (art. 6º, § 1º, do RSR) para que seja submetida à deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 1º, da Constituição). Em caso de deliberação favorável do Poder Legislativo e desde que preenchidos os requisitos necessários, deverá ser firmado o contrato de concessão para a outorga do serviço (art. 31-A, § 11, do RSR).

Do atendimento aos requisitos para a edição do Decreto de outorga

23. Por meio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM (SEI-11218930), publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023, foi divulgado o resultado da seleção pública, havendo sido declarada como vencedora da FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29. Trata-se de fundação pública vinculada ao Governo Estadual de Minas Gerais.



24. Em se tratando a entidade vencedora de pessoa jurídica de direito público, não se exige que dentre suas finalidades institucionais conste a execução de serviços de radiodifusão, de modo que está atendido o § 3º art. 136 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

25. Tratando-se a interessada de fundação pública estadual, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, e não se aplica a exigência de apresentação de vínculo jurídico com instituição de educação superior prevista nos §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

26. De acordo com a documentação apresentada (SEI-10071278 e SEI-11293022), todos os dirigentes da interessada são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

27. Em sua Nota Técnica, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica informou que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, o que fez nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)

9. Em relação aos limites de outorga, a entidade e seus dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no que se refere ao art. 14, §3º, do Decreto nº 52.795/63, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 15/01/2024 (SEI nº 11315827).

28. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua Nota Técnica e no Checklist por ela realizado que a documentação apresentada pela interessada está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito

(I) Requerimento de outorga corretamente preenchido.

Base normativa

Art. 15, § 1º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)



Requisito

(II) Cópia do ato constitutivo da entidade e suas alterações com registro no órgão competente.

Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato constitutivo da mantenedora e da IES mantida.

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278)

Requisito

(III) Cópia do ato de nomeação ou eleição dos dirigentes da interessada.

Obs.: No caso de IES que esteja sob a condição de mantida, deve ser apresentado o ato de nomeação da mantenedora e da IES mantida.

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito

(IV) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente[2].

Base normativa

Art. 15, § 1º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Não se aplica.

Requisito

(V) Declaração de que trata o § 2º do art. 15 do RSR.

Base normativa

Art. 15, § 2º, do RSR

Forma de comprovação

A declaração consta do requerimento de outorga (SEI- 10071278 e SEI-11293022)

Requisito

(VI) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis ou, quando a entidade não houver completado um exercício fiscal, balanço de abertura.

Base normativa

Art. 15, § 4º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica para pessoas jurídicas de direito público (constituídas por lei).

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278)

Requisito

(VII) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Base normativa

Art. 15, § 4º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplicável apenas no caso de IES privada constituída sobre a forma de sociedade empresária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(VIII) Prova de inscrição no CNPJ

Base normativa

Art. 15, § 7º, I, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10614958)

Requisito

(IX) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11293022) Validade: 16/06/2024

Requisito

(X) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual/distrital da sede da pessoa jurídica

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11293022) Validade: 14/02/2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Requisito

(XI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica

Base normativa

Art. 15, § 7º, II, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica quando se tratar de entidade sediada no Distrito Federal.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel

Base normativa

Art. 15, § 7º, III, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Não se aplica caso se trate de entidade que não seja executante de serviço de radiodifusão.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 14/02/2024

Requisito

(XIII) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Base normativa

Art. 15, § 7º, IV, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11315827) Validade: 01/02/2024

Requisito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

(XIV) Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

Base normativa

Art. 15, § 7º, V, do RSR e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-11218932) Validade: 14/05/2024

Requisito

(XV) Relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.

Base normativa

Art. 138, § 3º, c/c Anexo XI “n” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas se a interessada for sociedade por ações.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XVI) Apresentação de cópia de documento de identificação capaz de comprovar a nacionalidade dos dirigentes da entidade interessada e dos respectivos sócios.

Base normativa

Art. 15, § 3º, do RSR, e art. 138 c/c os Anexos X, XI e XII da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: A exigência de apresentação de documentos de identificação dos sócios não se aplica a fundações ou associações.

Forma de comprovação

Atendido (SEI-10071278 e SEI- 11293022)

Requisito



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

(XVII) Convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo

Base normativa

Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XVIII) Cópia de documento de identificação oficial com foto do representante da IES com a qual o convênio foi firmado

Base normativa

Art. 138, § 4º, c/c Anexo XII “d” da PRT Consolidação nº 1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas em caso de fundação privada que não seja IES.

Forma de comprovação

Não se aplica

Requisito

(XIX) Assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Base normativa

Art. 2º, I, da Lei nº 6.634, de 1979, e art. 149 da PRT Consolidação nº1, de 2023.

Obs.: Aplica-se apenas no caso de localidade situada em faixa de fronteira.

Forma de comprovação

Não se aplica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

29. Concluo, assim, que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 15 do RSR e nos Anexos X, XI e XII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for celebrado o contrato de concessão[3].

Das minutas de Decreto e de Exposição de Motivos

30. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República emitir o Decreto de outorga a ser submetido à deliberação do Congresso Nacional (art. 6º, § 1º, do RSR). Nos termos do art. 149 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, deve constar do ato de outorga: (i) o nome e o CNPJ da pessoa jurídica outorgada; (ii) o serviço a ser prestado; (iii) a Instituição de Educação Superior (IES) responsável pela execução do serviço e sua mantenedora, se for o caso; (iv) a localidade de prestação do serviço e o canal; e (v) as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

31. A minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684) contém as informações mínimas necessárias, porém, na indicação do nome da pessoa jurídica outorgada, menciona o "GOVERNO DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA)", e logo depois indica o CNPJ da referida Fundação.

32. Tendo em vista que a Fundação interessada possui personalidade jurídica e CNPJ próprios, não se confundindo com o Estado de Minas Gerais, recomendo a correção da denominação da pessoa jurídica outorgada, de forma a ser retirada a menção ao "GOVERNO DE MINAS GERAIS".

33. Na minuta de Decreto proposta, há ainda a seguinte previsão:

Art. 4º Fica extinta a outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal digital 17, na localidade de Varginha/MG, a partir da publicação do extrato do Contrato de Concessão do Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, por meio do canal digital 25E.

34. A SECOE justificou a inclusão do dispositivo em questão nos seguintes termos:

Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM (SEI-11366687)



10. A entidade possui outorga do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte/MG (GTVĐ), mas na planilha de controle de Editais não aparece como vencedora em outra(s) localidade(s), em respeito aos limites acima informados. Ademais, os dirigentes integram somente o quadro diretivo do serviço de radiodifusão prestado nas localidades ora sob exame. Portanto, em nenhum caso há extrapolação dos limites de outorga, seja pela pessoa jurídica, seja pelos respectivos dirigentes. Ressalte-se, todavia, que, foi identificado no Sistema MOSAICO a existência de outorga de RTV na localidade de Varginha/MG para a entidade. No entanto, o sistema de Retransmissão de Televisão é um serviço ancilar regido por norma própria, não sendo obtido por concessão ou permissão, mas por autorização, distinto portanto do serviço de TV/GTVĐ (tendo inclusive número e classificação distintos no Mosaico):

XIX - sistema de retransmissão de televisão - é o conjunto constituído por uma ou mais redes de repetidoras e estações retransmissoras associadas, que permite a cobertura de determinada área territorial por sinais de televisão; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.479, de 2018)

XX - canal de rede - é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 2º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir mais de um canal de rede em um mesmo Estado ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

§ 3º A mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens poderá possuir canais de rede distintos em diferentes Estados ou no Distrito Federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.401, de 2020)

11. No entanto, de acordo com o art. 504. da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023, "o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) somente será autorizado para municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de Retransmissão de Televisão (RTV) de mesma programação básica (Origem: PRT GM/MCOM nº 141/2020, art. 26, caput)". Conforme Relatório do Canal de RTV extraído do Sistema Mosaico (SEI nº 11366642), foi verificado que a geradora do canal de RTV é a própria Fundação TV Minas. Para o presente caso concreto, então, cabe a interpretação de que a concessão dessa outorga deve estar vinculada à devolução do canal e à desistência da autorização de RTV, com base no art. 504 da Portaria de Consolidação.

12. Entende-se, dessa forma, que o canal de RTV deve ser devolvido quando a entidade obtiver a outorga de TV, ou seja, a outorga de RTV ficará extinta a partir da publicação do Extrato do Contrato da outorga de TV no D.O.U, conforme enunciado constante do art. 4º da Minuta de Decreto anexa SEI nº 11366684. (grifos no original)



35. Como já apontado pela Secretaria, o serviço de retransmissão de televisão (RTV) é um serviço ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, regido por normatização própria (Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 476 e seguintes da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).
36. Com efeito, o serviço de RTV só pode ser autorizado para localidades onde não haja concessionária ou autorizada do serviço de radiodifusão de sons e imagens de mesma programação básica ou autorizada para execução do serviço de RTV de mesma programação básica (vide art. 12 do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).
37. Já a extinção da autorização deve se dar por ato justificado, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa (vide art. 9º, § 2º, do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005).
38. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de portaria, outorgar autorização para a execução dos Serviços de RTV e, por consequência lógica, proceder à sua extinção, quando for o caso (vide art. 4º do Anexo ao Decreto nº 5.371, de 2005, e art. 494 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).
39. Cabe registrar que o procedimento para outorgar ou extinguir autorização de RTV não depende de deliberação do Congresso Nacional para produzir efeitos legais.
40. Considerando as diferenças de competência e de procedimento apontadas, recomendo a supressão do art. 4º da minuta de Decreto de outorga apresentada (SEI-11366684).
41. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso seja ratificado o Decreto de outorga ora proposto, a SECOE deve adotar as providências necessárias à extinção da autorização do serviço de RTV outorgada à entidade interessada, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, de modo que o contrato de concessão apenas seja celebrado caso a entidade opte por desistir da mencionada autorização.
42. Oriento, por fim, a realização da mesma correção indicada no item 32, na minuta de Exposição de Motivos (SEI- 11366685) para o encaminhamento da minuta de Decreto à Presidência da República e na minuta de Parecer de Mérito (SEI- 11366686).
43. Após os ajustes ora recomendados, as minutas estarão adequadas aos fins a que se destinam, bem como aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado

IV - CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

44. Ante o exposto, concluo que não há óbice jurídico à outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens em favor da entidade interessada, observadas as orientações deste Parecer, especialmente as constantes dos itens 29, 32, 40, 41 e 42.

45. Após os ajustes recomendados, as minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas estarão adequadas aos fins a que se destinam e aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

46. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, emita o Decreto de outorga, caso em que o ato deverá ser submetido à deliberação do Congresso Nacional.

47. Ressalvo ainda que a outorga de radiodifusão de que se trata somente se aperfeiçoará após a celebração do contrato de concessão.

48. A Coordenação de Apoio Administrativo deve providenciar o espelhamento no Sapiens do processo principal da seleção pública (NUP: 53900.056089/2015-76).

49. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior

Brasília, 08 de maio de 2024.

DAVI PEREIRA ALVES

Procurador Federal

Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Notas

1. ^ A outorga de radiodifusão só se aperfeiçoa com a celebração do contrato de permissão ou de concessão, conforme o caso. Nesse sentido, vide os §§ 38 a 43 do PARECER n. 00116/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53900.040055/2015-60).
2. ^ No caso de associações ou fundações, é possível admitir como "documento equivalente" para os fins do inciso VI do art. 99 da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023: (i) certidão do cartório de registro de pessoas jurídicas que informe quais são os atuais administradores da entidade e respectivo mandato acompanhada de cópia registrada do estatuto social da entidade; (ii) cópia da ata de eleição dos administradores da entidade acompanhada de cópia do estatuto social registrados no cartório competente; ou (iii) certidão de inteiro teor do cartório de registro de pessoas jurídicas que acompanhe esses mesmos documentos (ata de eleição de administradores e estatuto social). Vide o DESPACHO n. 02154/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU (NUP: 53500.077990/2021-32).
3. ^ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Documento assinado eletronicamente por DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1487578302 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI PEREIRA ALVES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-05-2024 16:28. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-

6119/6915

DESPACHO n. 00837/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

INTERESSADO: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

ASSUNTO: Radiodifusão de sons e imagens. Finalidade educativa. Emissão de outorga.

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Davi Pereira Alves, Procurador Federal e Chefe da Divisão Jurídica de Assuntos Estratégicos, referente ao deferimento do pedido de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.

3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4995/2024/SEI- MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da permissão para a entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa

, explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.

4. Conforme os termos do PARECER N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do citado PARECER, não existe óbice jurídico para a emissão de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme os termos do art. 223 e ss. da Constituição Federal; da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 13 e ss, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; do art. 6º e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações posteriores; e da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023.

5. Em relação à orientação apresentada no item 29 do mencionado PARECER, tem-se que a SECOE deve atentar para a referida recomendação, sem prejuízo na continuidade da tramitação do deferimento da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

6. Deste modo e após observar as orientações apresentadas nos itens 29, 32, 40 a 42 do PARECER

N. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, tem-se que não existe impedimento jurídico para outorgar permissão à entidade Fundação TV Minas Cultural e Educativa, com o objetivo de executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha/MG.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da emissão da outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1493897587 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:20. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027-

6119/6915

DESPACHO n. 00839/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.007440/2016-86

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

ASSUNTOS: Radiodifusão. TV educativa. Decreto de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 837/2024/CONJUR- MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 9 de maio de 2024.

Assinado eletronicamente

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

ADVOGADO DA UNIÃO

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900007440201686 e da chave de acesso eef3e211

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

autenticidade do documento está disponível com o código 1494319410 e chave de acesso eef3e211 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-05-2024 09:54. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 09 de setembro de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se do procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2023.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 636 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 09/09/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6067906** e o código CRC **3068229F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 09 de setembro de 2024.

Referência: Exposição de Motivos nº 636/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 09/09/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6070465** e o código CRC **E5613546** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Rádiodifusão

Nota SAG nº 85/2024/RÁDIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SUPER Nº: 53900.007440/2016-86.

INTERESSADO: SAI/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00636/2024 MCOM, de 5 de Setembro de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta de Decreto que outorga concessão do serviço de rádiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Varginha/MG.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00636/2024 MCOM (6067897), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.007440/2016-86, acompanhada da minuta de Decreto, que outorga a concessão do serviço de rádiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital^[1], com fins exclusivamente educativos, pelo prazo de quinze anos, para a FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, inscrita no CNPJ nº 21.229.281/0001-29, por intermédio do Edital nº 97/2023/SEI-MCOM, de 30 de outubro de 2023, no município de Varginha Minas Gerais, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 17, frequência 491 MHz, FISTEL nº 0445652454, de acordo com o disposto no § 2º do art. 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações^[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Rádiodifusão^[3].
2. A concessão dos serviços de rádiodifusão de sons e imagens é de competência do Presidente da República, com a instrução processual efetivada pelo Ministério das Comunicações (MCOM) e sendo precedida de procedimento licitatório, observada as disposições legais e regulamentares, cujas propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos no Regulamento dos Serviços de Rádiodifusão. No âmbito do MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE^[4] detém a competência de formular e avaliar a execução de políticas públicas, diretrizes, objetivos e metas relativas aos serviços de rádiodifusão e de seus ancilares, bem como propor a regulamentação e a alteração normativa dos mencionados serviços.
3. Observa-se, ainda, que a concessão do serviço de rádiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital com fins exclusivamente educativos que se destina à transmissão de programas educativos-culturais que atuam em conjunto com os sistemas de ensino pode ser outorgada às pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), observando a [Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018](#)^[5].
4. As fundamentações técnicas e jurídicas para a proposta estão descritas nos documentos indicados a seguir:
 - I - Parecer de Mérito I (6067902) – Nota Técnica nº 2268/2024/SEI-MCOM, de 09/02/2024, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM) que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - II - Parecer Jurídico nº 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 6067905), de 08/05/2024, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - V - Informação constante no item 3 da Nota Técnica nº 2268/2024 (6067902), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

II - ANÁLISE

5. Inicialmente, cumpre esclarecer que à Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG) compete, com fundamento art. 24, II, do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 48, I, do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#), proceder à análise do mérito, da oportunidade, da conveniência e da compatibilidade das propostas de atos normativos submetidas ao Presidente da República com as políticas e as diretrizes governamentais.
6. Assim sendo, a presente manifestação analisa a proposta de Decreto referente à outorga de concessão dos serviços de rádiodifusão de sons e imagens em destaque. Consoante já exposto, por meio da EM nº 00636/2024 MCOM (6067897), o Decreto proposto está organizado em três artigos:

Art. 1º Fica outorgada concessão à FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA (entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais), CNPJ nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais, por meio do canal 25E.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

7. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#)^[5]; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#)^[6], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

8. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	21.229.281/0001-29
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
CAPITAL SOCIAL:	

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ

9. Nesse sentido, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do processo de outorga de concessão do canal, considerando que:

- a) As manifestações dos órgãos técnico e jurídico são favoráveis à outorga de concessão;
- b) A documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação;
- c) Os registros administrativos sob a responsabilidade do MCOM podem ser atualizados enquanto o processo tramitar; e
- d) A documentação probatória de manutenção da situação de regularidade da entidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do instrumento de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

10. Pelo exposto acima, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices** ao prosseguimento do feito, e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

III - CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, conclui-se que a proposta é viável quanto ao mérito, à oportunidade e à conveniência, bem como compatível com as diretrizes de Governo.

12. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

KARLA BRANQUINHO DOS SANTOS GONZAGA
Assessora
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se à Secretária Especial de Análise Governamental, Substituta.

Brasília, na data da assinatura.



BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

DANIELLE CANCELA CRONEMBERGER
Secretária Especial de Análise Governamental, Substituta
(SAG/CC/PR)

[1] Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

[2] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

[3] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[4] Conforme Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023.

[5] Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

[6] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[7] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Branquinho dos Santos Gonzaga, Assessor(a)**, em 15/01/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 15/01/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Cancela Cronemberger, Secretária Especial substituta**, em 15/01/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6250409** e o código CRC **85F6457D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.007440/2016-86

Nota SAJ - Radiodifusão nº 1121 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

EM nº: 00636/2024 MCOM

Outorga de TV Educativa.

Decreto que outorga a concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos**, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais.

Pela expedição do Decreto e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Processo nº: 53900.007440/2016-86

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se da Exposição de Motivos nº **00636/2024 MCOM** (doc. SEI nº 6067897), com minuta de Decreto, cuja proposta é a outorga de concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos**, em favor de **FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA**, entidade integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob nº 21.229.281/0001-29, na localidade de Varginha, estado de Minas Gerais.
- O Processo de seleção fez parte do Edital nº 94/2015/SEI-MC, de 21 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2015, em conformidade com as disposições da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, e da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018 (revogada/substituída pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023).
- Tanto a área técnica competente (Nota Técnica nº **NOTA TÉCNICA** nº 2268/2024/SEI-MCOM, conforme doc. SEI nº 6067902) quanto a Consultoria Jurídica (Parecer nº **PARECER** n. 00311/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, conforme doc. SEI nº 6067897) do Ministério das Comunicações - MCOM, analisaram mérito e legalidade da outorga, com manifestações favoráveis.
- Em sua análise, a Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil - SAG/CC/PR apresentará Nota SAG 85 (doc. SEI nº 6250409).
- É o relatório.

II - ASPECTOS TÉCNICOS DA RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, COM FINS EDUCATIVOS

- Embora o principal instrumento regulador da atividade de radiodifusão de sons e imagens permaneça sendo o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT - Lei nº 4.117/1962), alterado ao longo de quase cinquenta anos por decretos e leis, a Constituição de 1988 estabeleceu competências, regras, procedimentos e princípios relativos às concessões de rádio e TV, criando um capítulo específico sobre a Comunicação Social, prevendo, ainda, em seu artigo 223, a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal:

"Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal."

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão."

- De acordo com a legislação vigente, denomina-se serviço de **radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos** aquela radiodifusão de sons e imagens (TV aberta), destinada à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional [\[1\]](#).
- O serviço de radiodifusão de sons e imagens é compreendido como o conjunto de atividades encadeadas, outorgado mediante "**concessão**" e realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação de serviço que consiste na oferta de conteúdos e obras audiovisuais em grades horárias específicas, por difusão linear, segundo linha editorial própria, ofertados ao consumidor final de forma gratuita. Nos termos da legislação, o prazo da outorga para serviços de radiodifusão de sons e imagens é de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por períodos sucessivos e iguais (art. 33 § 3º da Lei nº 4.117/1962 e art. 27 do Decreto nº 52.795/1963).
- As emissoras podem ser comerciais ou de finalidade educativa/cultural. As comerciais possuem seus serviços financiados predominantemente por venda de espaços publicitários. Já as emissoras educativas e culturais se caracterizam por serviços financiados substancialmente por recursos públicos, prestação de serviços ou publicidade institucional, sendo que sua outorga pode ser executada pela União, estados, municípios, universidades e fundações públicas. Assim, para atendimento da finalidade exclusivamente educativa do serviço, as outorgas desta modalidade não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos.
- Aponta-se ainda que, para as emissoras educativas, o tempo destinado à emissão dos "**programas educativos-culturais**" será integral, entendendo-se como tais aqueles que [\[2\]](#):

- respeitam os princípios e objetivos de **(a)** cooperação com processos educacionais e de formação crítica do cidadão; **(b)** exercício da cidadania e democracia, em especial mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates; **(c)** promoção a cultura nacional e regional, bem como a produção independente e a produção local; **(d)** respeito aos direitos humanos e valores éticos e sociais da pessoa e da família; e **(e)** não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- atuam conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visando à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho;
- abrangem atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional; e
- veiculam conteúdos de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, desde que presentes em sua apresentação elementos instrutivos ou enfoques educativos-culturais.

Como todo e qualquer serviço público, o serviço de radiodifusão de sons e imagens deve ser continuamente avaliado pelo Poder Público - no caso, pela União - sempre na perspectiva Autenticidade eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

da sua melhor prestação à coletividade. Da mesma forma, sendo serviço público prestado mediante concessão, incumbe ao poder concedente – no caso, a União – a devida fiscalização e monitoramento de sua prestação pelo concessionário.

12. Cabe à União (Poder Executivo no ato de outorga e de renovação da concessão e Poder Legislativo na sua apreciação) verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas concessionárias, dos princípios constitucionais da produção e programação, nos termos do art. 221 da Constituição.

III - ANÁLISE JURÍDICA

13. Examinados os autos, não se vislumbram ilegalidades ou inconstitucionalidades a maculá-los. O ato tem fundamento no art. 223 da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, e com o Decreto nº 52.795/1963.

14. No que tange à competência, deverá ser publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério das Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação. A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto [3].

15. Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga dos serviços de radiodifusão. No entanto, nos casos de execução dos serviços de *radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, a licitação é dispensável*, por força do §1º do artigo 13 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Ao dispor sobre os limites à concentração da propriedade, ficam explícitos na lei que não poderão ter concessão ou permissão às entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integrem o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites já fixados. Além disso, nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos. Também devem ser ressaltadas as vedações à deputados federais e senadores e a vedação de monopólios e oligopólios [4].

17. Para receber a outorga, a entidade emissora deve ter realizado previamente o pagamento do valor da outorga, nos termos do art. 30 do Decreto nº 52.795/1963. Além disso, a entidade emissora deverá ainda arcar com duas taxas: Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) no momento da emissão do certificado de licença válida por 15 anos; e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), paga anualmente, que corresponde a 50% do valor da TFI. Por fim, há necessidade de recolhimento do "Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência - PPDUR", valor devido, por pessoa física ou jurídica, quando da autorização de uso de radiofrequências, cuja cobrança é regulamentada pela Anatel [5].

18. Nota-se que, no caso, os autos do processo trazem os documentos exigidos pela legislação pertinente para o pedido de concessão, tendo o MCOM, ao analisar os referidos documentos, bem como sua subsunção às normas pertinentes, posicionado-se **favoravelmente à concessão**.

19. Os autos do processo trazem os documentos exigidos pela legislação pertinente para o pedido de concessão (art. 15 do Decreto nº 52.795/1963). Com relação à documentação apresentada, muito embora o Ministério das Comunicações já tenha realizado a prévia análise pertinente, esta Subchefia de Assuntos Jurídicos – SAJ realizou, nesta oportunidade, nova verificação de juntada dos documentos previstos em normas e entendimentos vigentes, para a completa outorga, considerando preenchidos os requisitos quanto ao tema.

20. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram ou tenham ocorrido durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga (seja decorrente de atualizações legislativas, seja por decurso do prazo) acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do MCOM.

21. Por este motivo, serão analisados apenas os documentos que eram exigíveis à época do protocolo do requerimento da outorga, ou seja, em 05/02/2016 [6] (Doc. SEI nº 6067226, p. 1).

22. Nesse sentido, conclui-se pela pertinência da expedição de Decreto em favor de FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA, com o consequente encaminhamento do pleito a Congresso Nacional para a adoção das providências cabíveis, em observância ao § 2º do art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

IV - CONCLUSÃO

23. Diante de todo o exposto, cumpridas as exigências legais e regulamentares, não se vislumbra óbice jurídico à proposição, razão pela qual se opina pela expedição de Decreto presidencial e posterior encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

24. Estas são as considerações sobre a proposta encaminhada pela **EM nº 00636/2024 MCOM**, objeto de apreciação, sujeitas à consideração superior.

MYLLER KAIRO COELHO DE MESQUITA

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de **radiodifusão com fins exclusivamente educativos**:

* As pessoas jurídicas de direito público interno (art. 41 do Código Civil Brasileiro). Ex.: a União; os Estados e o Distrito Federal; os Municípios; as Universidades Federais; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; as autarquias; e as demais entidades de caráter público criadas por lei;

* As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação (art. 12 do Decreto nº 5.773/2006). Ex.: as Universidades; os Centros Universitários; e as Faculdades; e

* As fundações de direito privado (inciso III do art. 44 do Código Civil Brasileiro), cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.

É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

[2] Nos termos da Portaria MCTIC nº 3.238/2018.

[3] Decreto nº 52.795/1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017):

"Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

(...)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria."

[4] Sobre o tema, vide art. 54, inciso II, alínea "a" c/c art. 220 § 5º da Constituição.

[5] O PPDUR está regulamentado pela Resolução nº 695/2018 da ANATEL.

[6] Este entendimento leva em consideração o mesmo procedimento previsto para renovação de concessões, conforme explicitado pelo art. 112 do Decreto nº 52.795/1963 (com redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017).



Anexo I à Nota SAJ nº

[minuta de Decreto]

DECRETO Nº , DE DE DE 2024

Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade de direito público inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 21.229.281/0001 29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 25E, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Anexo II à Nota SAJ nº

[lista de documentação]

EM nº: 00636/2024 MCOM
Entidade: FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
CNPJ nº: 21.229.281/0001-29
SEI: 53900.007440/2016-86
Localidade: Varginha, estado de Minas Gerais
Data do protocolo do requerimento de outorga: 05/02/2016
OUTORGA: concessão de radiodifusão de Sons e Imagens (TV aberta), em caráter educativo.

A lista de documentação a seguir considera a redação do Decreto nº 52.795/1963, vigente entre 17/janeiro/2012 (Decreto nº 7.670/2012) e 23/agosto/2017 (Decreto nº 9.138/2017). Verificação conforme checklist do MCOM (Doc. SEI nº 6067226, p. 210/215)

HABILITAÇÃO JURÍDICA DA ENTIDADE	
1. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, entre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (art. 15, § 1º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)	Sim (X) Não aplicável () Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()
2. Comprovante de que a entidade obteve o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver em faixa de fronteira (até 150km de distância de fronteira com outros países); (Lei nº 6.634/1979; art. 15, § 1º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)	Sim () Não aplicável (X) Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()
3. Declaração de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967. (art. 15, § 1º, "c", item 1 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Decreto-Lei nº 236/1967)	Sim () Não aplicável () Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)
4. Declaração de que nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade em que a concessão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/1967; (art. 15, § 1º, "c", item 2 e § 4º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)	Sim () Não aplicável () Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

<p>5. Declaração de inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011.</p> <p>(art. 15, § 1º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 5º, § 1º da Lei nº 12.485/2011)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>6. Para fundações de direito privado, instrumento jurídico, firmado com instituição de ensino superior, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;</p> <p>(Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados; Portaria MC nº 420, de 14/09/2011; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>7. Para fundações de direito privado, declaração do número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação;</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</p>	
<p>8. Balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);</p> <p>(art. 15, § 2º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>9. Certidão negativa de falência ou concordata (atual recuperação judicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(art. 15, § 2º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>10. Comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital;</p> <p>(art. 15, § 2º, "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>11. Pareceres de 2 auditores independentes, demonstrando capacidade econômica da empresa de realizar os investimentos necessários à prestação do serviço pretendido, quando o edital assim exigir;</p> <p>(art. 15, § 2º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>12. Projeto de investimento que demonstre a origem dos recursos a serem aplicados no empreendimento;</p> <p>(art. 15, § 2º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>13. Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>REGULARIDADE FISCAL</p>	
<p>14. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC (atual Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ);</p> <p>(art. 15, § 3º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>16. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(art. 15, § 3º, "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 27, "c" da Lei nº 8.036/90 – FGTS; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>17. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>18. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel;</p> <p>(art. 15, § 3º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>19. Prova de regularidade relativa ao INSS</p> <p>(Portaria MC nº 329, de 04/07/2012)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>HABILITAÇÃO DOS SÓCIOS E DIRIGENTES</p>	
<p>20. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios que representem, ao menos, 70% do capital social total ou votante, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) título de eleitor; (d) carteira profissional ou de identidade; ou (e) comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses.</p> <p>Após <u>setembro/2015</u>, também são aceitos como documentos comprovantes: (f) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou (h) passaporte;</p> <p>A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>



do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 222, § 1º da Constituição de 1988; Portaria 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

<p>21. Certidões negativas cíveis, criminais, das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral, e certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;</p> <p>Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</p> <p>(art. 15, § 4º, "b" e "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>22. Declaração dos sócios e dirigentes, de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;</p> <p>(art. 15, § 6º, item 2 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>23. prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;</p> <p>(art. 15, § 4º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
DOCUMENTOS ADICIONAIS, EXIGÍVEIS PARA OUTORGA DE RÁDIOFUSÃO, EM CARÁTER EDUCATIVO (TV OU RÁDIO)	
<p>24. Declaração de que os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº. 64/1990 - Lei da Ficha Limpa;</p> <p>Declaração exigível apenas para pedidos de outorgas protocolizados após 17/09/2015.</p> <p>(Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018; Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>25. Declaração de que a entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens;</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011; Portaria nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>26. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;</p> <p>Declaração exigível apenas para propostas de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno.</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>27. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que possui recursos financeiros para o empreendimento;</p> <p>Declaração exigível apenas para propostas de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno.</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim (x) Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>28. Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga;</p> <p>Declaração exigível apenas para propostas de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno.</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>29. Declaração firmada pelo representante legal da instituição de ensino interessada, informando o número de alunos matriculados</p> <p>Declaração exigível apenas para propostas de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno.</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>
<p>30. Proposta de grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga;</p> <p>Declaração exigível apenas para propostas de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno.</p> <p>(Portaria MC nº 420, de 14/09/2011)</p>	<p>Sim () Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (x)</p>

Portaria MC nº 4.335/2015, disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4-335-de-17-de-setembro-de-2015-32861729>.

Portaria MC nº 420/2011, disponível em: http://www.lex.com.br/doc_22069834_PORTARIA_N_420_DE_14_DE_SETEMBRO_DE_2011.aspx.

Portaria MC nº 329/2012, disponível em: <https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro49346/portaria%20n%C2%BA%20329.%20de%2004-07-2012.pdf>.

Ato Normativo nº 01/2007, da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4-335-de-17-de-setembro-de-2015-32861729>.



Documento assinado eletronicamente por **Myller Kairo Coelho de Mesquita**, Assessor, em 13/12/2024, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/12/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 20/12/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6299567** e o código CRC **6DF58240** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

SEI nº 6299567

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DECRETO Nº , DE DE 2024

Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade de direito público inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 25E, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



39730_Ato.docx

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/01/2025 | Edição: 6 | Seção: 1 | Página: 2

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.349, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade de direito público inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 25E, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sonia Faustino Mendes

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

DECRETO Nº 12.349, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade de direito público inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 25E, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.



D-CONCESSÃO TV MINAS CULTURA E EDUCATIVA (EM 636 MCOM)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



DECRETO Nº 12.349, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.007440/2016-86 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa, entidade de direito público inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 21.229.281/0001-29, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 25E, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

Spuk
MCOM
(S)

12.349 - D-CONCESSÃO TV MINAS CULTURA E EDUCATIVA (EM 636 MCOM)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 10 de janeiro de 2025.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.007440/2016-86.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura do Decreto nº 12.349/2025 pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.007440/2016-86, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 10/01/2025, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6357302** e o código CRC **8BC58976** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6357695) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 13/01/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6357699** e o código CRC **F37AF565** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

SEI nº 6357699



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 12.349, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais."

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 54, de 15 de janeiro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante do Decreto nº 12.349, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais."

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 16/01/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 16/01/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6365888** e o código CRC **FC1EE3F5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

MENSAGEM Nº 54

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto nº 12.349, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais."

Brasília, 15 de janeiro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>



23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 79/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 12.349, de 8 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2025, que "Outorga concessão à Fundação TV Minas Cultural e Educativa para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais".

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 16/01/2025, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367157** e o código CRC **B72FE943** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.007440/2016-86

SEI nº 6367157

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 16 de janeiro de 2025.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 16/01/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367875** e o código CRC **E6B6ACA5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.007440/2016-86

SEI nº 6367875



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193>

23b85d31-e213-49b8-b07e-53edd9fd4193